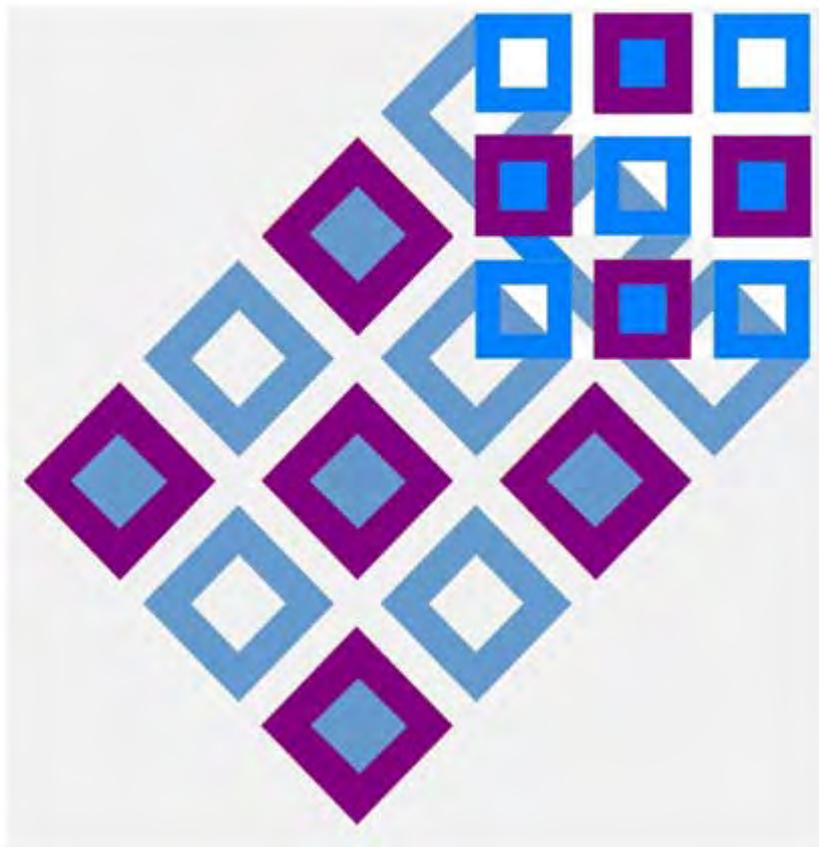


# CARTA SOCIAL

## REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS

### RELATÓRIO 2017





© Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP)

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS)

## ***CARTA SOCIAL – REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS 2017***

**Coordenação:** GEP/MTSSS

**Colaboração:** ISS, IP – Instituto da Segurança Social, IP (MTSSS), SCML – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (MTSSS) e CPL – Casa Pia de Lisboa (MTSSS)

**Email:** [cartasocial@gep.mtsss.pt](mailto:cartasocial@gep.mtsss.pt)

**Página:** [www.cartasocial.pt](http://www.cartasocial.pt); [www.gep.mtsss.gov.pt](http://www.gep.mtsss.gov.pt)

**ISBN:** 978-972-704-422-1

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,  
de acordo com a legislação em vigor por GEP/MTSSS

Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP)

Praça de Londres, n.º 2 - 5.º andar

1049-056 Lisboa

Tel.: (+351) 211 155 000

Fax: (+351) 211 155 150



# Índice

1. Nota introdutória .....	11
2. Caracterização geral da Rede de Serviços e Equipamentos .....	12
2.1 Entidades Proprietárias .....	12
2.1.1. Entidades Proprietárias: lucrativas e não lucrativas .....	12
2.1.2. Distribuição territorial das entidades proprietárias.....	13
2.2 Equipamentos Sociais.....	14
2.2.1. Equipamentos sociais de entidades lucrativas e não lucrativas .....	14
2.2.2. Distribuição territorial.....	15
2.2.3. Equipamentos sociais novos e encerrados .....	16
2.3 Respostas Sociais.....	18
2.3.1. Respostas sociais por população-alvo.....	18
2.3.2. Distribuição territorial.....	19
2.3.3. Respostas sociais novas.....	20
2.3.4. Relação entre a capacidade instalada e o número de utentes.....	21
3. Respostas sociais por população-alvo.....	22
3.1 Crianças e Jovens.....	22
3.1.1. Número de respostas sociais.....	22
3.1.2. Capacidade .....	23
3.1.3. Distribuição territorial.....	24
3.1.4. Taxa de cobertura .....	26
3.1.5. Taxa de utilização .....	27
3.1.6. Funcionamento .....	29
3.1.7. Caracterização dos utentes.....	32
3.2 Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência.....	34
3.2.1. Número de respostas sociais.....	34
3.2.2. Capacidade .....	35
3.2.3. Distribuição territorial.....	36
3.2.4. Taxa de cobertura .....	37
3.2.5. Taxa de utilização .....	38
3.2.6. Funcionamento .....	39
3.2.7. Caracterização dos utentes.....	40
3.3 Pessoas Idosas.....	43

3.3.1.	Número de respostas sociais.....	43
3.3.2.	Capacidade .....	44
3.3.3.	Distribuição territorial.....	45
3.3.4.	Taxa de cobertura .....	47
3.3.5.	Taxa de utilização .....	48
3.3.6.	Funcionamento .....	49
3.3.7.	Caraterização dos utentes.....	49
3.4	Família e Comunidade.....	52
3.4.1.	Número de respostas sociais.....	52
3.4.2.	Capacidade .....	53
3.4.3.	Distribuição territorial.....	53
3.4.4.	Taxa de utilização .....	54
3.4.5.	A resposta social Acolhimento Familiar .....	54
3.5	Pessoas Toxicodependentes .....	56
3.5.1.	Número de respostas sociais.....	56
3.5.2.	Capacidade .....	57
3.5.3.	Distribuição territorial.....	57
3.5.4.	Taxa de utilização .....	58
3.6	Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias .....	58
3.6.1.	Número de respostas sociais.....	58
3.6.2.	Capacidade .....	59
3.6.3.	Distribuição territorial.....	59
3.6.4.	Taxa de utilização .....	60
3.7	Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico .....	60
3.7.1.	Respostas sociais.....	60
3.7.2.	Capacidade .....	61
3.7.3.	Distribuição territorial.....	61
3.7.4.	Taxa de utilização .....	62
4.	Despesas de funcionamento em serviços e equipamentos sociais: o esforço público .....	63
4.1.	Despesa de funcionamento.....	63
4.2.	Comparticipação da Segurança Social através dos acordos de cooperação.....	64
ANEXOS	.....	65
Nomenclaturas e Conceitos	.....	66

## Índice de Figuras

Figura 1 – Evolução do número de entidades proprietárias segundo a natureza jurídica, Continente – 2000-2017 <sup>1</sup> .....	12
Figura 2 – Distribuição das entidades proprietárias, segundo a natureza jurídica, Continente – 2017.....	13
Figura 3 – Distribuição territorial e natureza jurídica das entidades proprietárias, por NUTS II – 2017 ...	13
Figura 4 – Distribuição territorial das entidades proprietárias, por concelho – 2017 .....	14
Figura 5 – Evolução do n.º de equipamentos, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2000-2017 .....	14
Figura 6 – Distribuição percentual dos equipamentos sociais, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2017 .....	15
Figura 7 – Distribuição territorial dos equipamentos sociais, por NUTS II e natureza jurídica da entidade proprietária – 2017 .....	15
Figura 8 – Distribuição territorial dos equipamentos sociais, por distrito (A) e concelho (B) – 2017 .....	16
Figura 9 – Evolução do n.º de equipamentos sociais novos e encerrados, Continente – 2010-2017 (%)...	17
Figura 10 – Distribuição percentual dos equipamentos sociais novos e dos equipamentos sociais encerrados, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2017 .....	17
Figura 11 – Distribuição do n.º de equipamentos sociais novos e encerrados, por distrito – 2017 .....	17
Figura 12 – Evolução do n.º de respostas sociais por população-alvo, Continente – 2000-2017.....	18
Figura 13 – Distribuição percentual das respostas sociais por população-alvo, Continente – 2017.....	18
Figura 14 – Distribuição territorial das respostas sociais por população-alvo Continente – 2017 .....	19
Figura 15 – Distribuição percentual das respostas sociais, por NUTS II e população-alvo – 2017 .....	19
Figura 16 – Evolução do número de respostas sociais novas, Continente – 2010-2017.....	20
Figura 17 – Distribuição percentual do número de respostas sociais novas, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2017.....	20
Figura 18 – Distribuição do número de respostas sociais novas, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, por distrito – 2017.....	20
Figura 19 – Distribuição percentual das respostas sociais novas, por tipologia, Continente – 2017.....	21
Figura 20 – Evolução da capacidade e dos utentes, Continente – 2000-2017 .....	21
Figura 21 – Evolução do número de respostas sociais para as Crianças e Jovens, Continente – 2000-2017 .....	22
Figura 22 – Evolução do número de respostas de Creche, Continente – 2000-2017.....	22
Figura 23 – Distribuição percentual do número de respostas de Creche segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2017.....	23
Figura 24 – Evolução da capacidade das respostas sociais para as Crianças e Jovens, Continente – 2000-2017.....	23
Figura 25 – Evolução da capacidade, n.º de utentes e n.º utentes em acordo da resposta social Creche, Continente – 2000-2017 .....	23
Figura 26 – Relação entre a população dos 0 aos 3 anos e a população total, distrito e concelho – 2017..	24
Figura 27 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Crianças e Jovens, por concelho – 2017 ..	25
Figura 28 – Distribuição territorial da resposta social Creche, por concelho – 2017 .....	25
Figura 29 – Distribuição territorial da resposta social Creche, por natureza jurídica da entidade proprietária e distrito – 2017 .....	25
Figura 30 – Evolução da taxa de cobertura das respostas sociais para a 1.ª infância, Continente – 2006-2017.....	26
Figura 31 – Taxa de cobertura das respostas sociais para a 1.ª infância, distrito e concelho – 2017.....	27
Figura 32 – Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância, Continente – 2000-2017.....	27
Figura 33 – Evolução do n.º de crianças dos 0-3 anos e do n.º de utentes em Creche, Continente – 2000-2017.....	28
Figura 34 – Evolução da taxa de cobertura e da taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2006-2017 .....	28
Figura 35 – Taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância, distrito e concelho – 2017 .....	28

Figura 36 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens por âmbito geográfico de funcionamento, Continente – 2017.....	29
Figura 37 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens por período de funcionamento, Continente – 2017.....	29
Figura 38 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens com encerramento para férias, Continente – 2017.....	30
Figura 39 – Distribuição percentual das Creches por horário de abertura, Continente – 2017.....	30
Figura 40 – Distribuição percentual das Creches por horário de encerramento, Continente – 2017.....	30
Figura 41 – Distribuição percentual dos CATL por horário de abertura, Continente – 2017.....	31
Figura 42 – Distribuição percentual dos CATL por horário de encerramento, Continente – 2017.....	31
Figura 43 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens por tempo médio de frequência diária das crianças, Continente – 2017.....	31
Figura 44 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens por número de horas em funcionamento, Continente – 2017.....	31
Figura 45 – Distribuição percentual dos utentes em respostas para Crianças e Jovens por escalão etário, Continente – 2017.....	32
Figura 46 – Evolução do número de respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência, Continente – 2000-2017.....	34
Figura 47 – Evolução do número de respostas sociais CAO e Lar Residencial, Continente – 2000-2017.....	34
Figura 48 – Evolução da capacidade das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência, Continente – 2000-2017.....	35
Figura 49 – Evolução da capacidade e do n.º de utentes da resposta social CAO, Continente – 2000-2017.....	35
Figura 50 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência, por distrito – 2017.....	36
Figura 51 – Distribuição territorial da resposta social Centro de Atividades Ocupacionais (CAO), por distrito – 2017.....	36
Figura 52 – Evolução da Taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade, Continente – 2006-2017.....	37
Figura 53 – Taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade, distrito – 2017.....	37
Figura 54 – Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade, Continente – 2000-2017.....	38
Figura 55 – Taxa de utilização das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade, por distrito – 2017.....	38
Figura 56 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade por âmbito geográfico de funcionamento, Continente – 2017.....	39
Figura 57 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade por período de funcionamento, Continente – 2017.....	39
Figura 58 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade com encerramento para férias, Continente – 2017.....	39
Figura 59 – Distribuição percentual dos CAO por horário de abertura, Continente – 2017.....	40
Figura 60 – Distribuição percentual dos CAO por horário de encerramento, Continente – 2017.....	40
Figura 61 – Distribuição percentual dos CAO por tempo médio de frequência diária dos utentes, Continente – 2017.....	40
Figura 62 – Distribuição percentual dos utentes em respostas sociais para Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade por escalão etário, Continente – 2017.....	40
Figura 63 – Distribuição percentual dos utentes em respostas para Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade por tempo de permanência, Continente – 2017.....	41
Figura 64 – Distribuição percentual dos utentes em CAO por capacidade de realização de Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD), Continente – 2017.....	41
Figura 65 – Distribuição percentual dos utentes em Lar Residencial por capacidade de realização de Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD), Continente – 2017.....	41

Figura 66 – Distribuição percentual dos utentes em CAO (A) e em Lar Residencial (B) por existência de problemas nas funções do corpo, Continente – 2017 .....	42
Figura 67 – Distribuição percentual dos utentes em CAO com participação em atividades/projetos de inclusão na sociedade, Continente – 2017 .....	42
Figura 68 – Evolução do número de respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2000-2017 ..	43
Figura 69 – Evolução do número de respostas sociais ERPI e SAD, Continente – 2000-2017.....	43
Figura 70 – Evolução da capacidade das respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2000-2017 .....	44
Figura 71 – Evolução da capacidade e do n.º de utentes da resposta social SAD, Continente – 2000-2017 .....	44
Figura 72 – Relação entre a População Idosa (≥ 65 anos) e a População Total, por distrito e por concelho – 2017.....	45
Figura 73 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho – 2017 ....	46
Figura 74 – Distribuição territorial da resposta social SAD, por concelho – 2017 .....	46
Figura 75 – Distribuição percentual da resposta social SAD, por natureza jurídica da entidade proprietária e distrito – 2017 .....	46
Figura 76 – Evolução da taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2006-2017 .....	47
Figura 77 – Taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho – 2017.....	47
Figura 78 – Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2000-2017.....	48
Figura 79 – Taxa de utilização das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho – 2017.....	48
Figura 80 – Distribuição percentual das respostas para as Pessoas Idosas por âmbito geográfico de funcionamento, Continente – 2017.....	49
Figura 81 – Distribuição percentual das respostas para as Pessoas Idosas por período de funcionamento, Continente – 2017 .....	49
Figura 82 – Distribuição percentual dos utentes em respostas sociais para as Pessoas Idosas por escalão etário, Continente – 2017 .....	49
Figura 83 – Distribuição percentual dos utentes em respostas sociais para as Pessoas Idosas por tempo de permanência na resposta, Continente – 2017 .....	50
Figura 84 – Distribuição percentual dos utentes em Centro de Dia, ERPI e SAD por capacidade de realização de Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD), Continente – 2017 .....	50
Figura 85 – Distribuição percentual dos utentes em ERPI por serviços prestados, Continente – 2017.....	51
Figura 86 – Distribuição percentual dos utentes em SAD por serviços prestados, Continente – 2017 .....	51
Figura 87 – Evolução das principais respostas sociais para a Família e Comunidade, Continente – 2000-2017.....	52
Figura 88 – Evolução da capacidade nas respostas para a Família e Comunidade, Continente – 2000-2017 .....	53
Figura 89 – Distribuição territorial das respostas sociais para a Família e Comunidade, distrito – 2017 ..	53
Figura 90 – Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para a Família e Comunidade, Continente – 2000-2017.....	54
Figura 91 – Distribuição da resposta social Família de Acolhimento por distrito – 2017 .....	55
Figura 92 – Distribuição percentual do número de pessoas acolhidas por grupo-alvo, Continente – 2017 ..	56
Figura 93 – Distribuição percentual das pessoas acolhidas por grupo-alvo, por distrito – 2017.....	56
Figura 94 – Evolução das respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes, Continente – 2000-2017 .....	56
Figura 95 – Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes, Continente – 2000-2017.....	57
Figura 96 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes, distrito – 2017.....	57
Figura 97 – Evolução da taxa de utilização da resposta Apartamento de Reinserção Social, Continente – 2000-2017.....	58

Figura 98 – Evolução das respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, Continente – 2000-2017 .....	58
Figura 99 – Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, Continente – 2000-2017.....	59
Figura 100 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, distrito – 2017 .....	59
Figura 101 – Evolução das taxas de utilização das respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, Continente – 2000-2017.....	60
Figura 102 – Evolução das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente – 2000-2017 .....	60
Figura 103 – Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente – 2000-2017 .....	61
Figura 104 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, distrito – 2017.....	61
Figura 105 – Evolução das taxas de utilização das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente – 2000-2017 .....	62
Figura 106 – Evolução da despesa de funcionamento com acordos de cooperação, Continente – 2000-2017 <sup>1</sup> .....	63
Figura 107 – Distribuição percentual da despesa de funcionamento com acordos de cooperação por população alvo, Continente – 2017 .....	63
Figura 108 – Evolução da despesa de funcionamento com acordos de cooperação por população-alvo, Continente – 2000-2017 .....	63
Figura 109 – Evolução da comparticipação da Segurança Social, por resposta social e utente, com base nos acordos de cooperação, Continente – 2000-2017.....	64

## 1. Nota introdutória

A **Rede de Serviços e Equipamentos Sociais** (RSES), enquanto elemento fundamental na promoção e no desenvolvimento da proteção social, traduz-se na oferta de um conjunto alargado de respostas sociais, direcionadas sobretudo para os grupos mais vulneráveis, com um papel determinante no combate às situações de pobreza, assim como na promoção da inclusão social e da conciliação entre a atividade profissional e a vida pessoal e familiar.

A **Carta Social** - ferramenta essencial ao estudo da dinâmica da RSES - apresenta-se como um instrumento de informação privilegiado de caracterização e análise, essencial para o processo de conceção e adequação das políticas sociais, para o apoio ao planeamento territorial e à preparação da tomada de decisão, afirmando-se também como meio fundamental na linha de informação ao cidadão.

A atualização da informação da Carta Social é realizada por via eletrónica, anualmente, junto das entidades que desenvolvem respostas sociais enquadradas na RSES, possibilitando que as referidas entidades acedam a uma plataforma informática, através da internet, que lhes permite atualizar ou inserir novos elementos associados à atividade desenvolvida, modelo que, para além de desburocratizar o processo e reduzir os procedimentos administrativos, apresenta menos encargos financeiros para o Estado. Paralelamente é também considerada informação proveniente de outros serviços do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, designadamente o Instituto de Segurança Social, IP (ISS, IP) e o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS, IP), que vem complementar a informação atualizada pelas entidades.

O presente relatório, que tem por base a informação obtida por referência a **31 de dezembro de 2017**, pretende dar a conhecer a dinâmica da evolução recente da RSES no território continental, apresentando as principais variáveis e indicadores de caracterização do comportamento das entidades, dos equipamentos sociais de suporte e das diferentes respostas sociais, assim como o esforço público que tem sido realizado ao nível do funcionamento. De referir, ainda, que o relatório que se apresenta integra, pelo terceiro ano consecutivo, elementos relativos à resposta de Educação Pré-Escolar.

## 2. Caracterização geral da Rede de Serviços e Equipamentos

### 2.1 Entidades Proprietárias

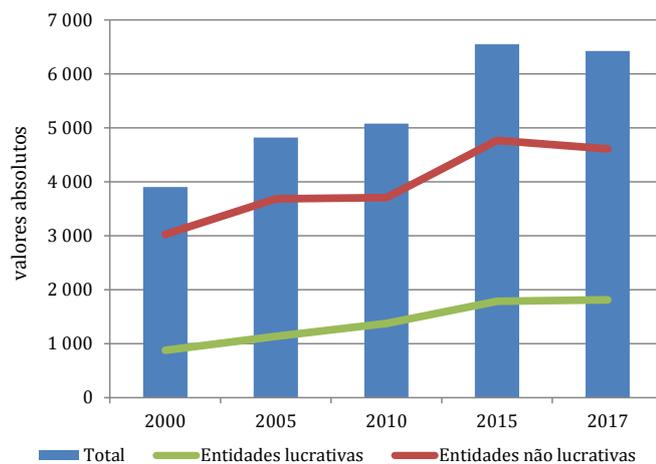
No âmbito da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais, é considerada **entidade proprietária** qualquer entidade, individual ou coletiva, a quem pertence (dono) um ou mais equipamentos (instalações) onde se desenvolvem respostas sociais.

#### 2.1.1. Entidades Proprietárias: lucrativas e não lucrativas

No contexto da análise deste relatório, as entidades proprietárias de equipamentos sociais são agrupadas segundo a natureza jurídica em entidades lucrativas e entidades não lucrativas. As **entidades lucrativas** congregam as entidades particulares com fins lucrativos, enquanto as **entidades não lucrativas** compreendem as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), outras entidades sem fins lucrativos (entidades equiparadas a IPSS e outras organizações particulares sem fins lucrativos), as Entidades Oficiais, que prosseguem fins de ação social, os Serviços Sociais de Empresas e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML).

O número de entidades proprietárias de equipamentos sociais tem registado uma evolução positiva entre 2000 e 2017 (65 %), sendo notória a preponderância das entidades não lucrativas.

Figura 1 – Evolução do número de entidades proprietárias segundo a natureza jurídica, Continente – 2000-2017<sup>1</sup>

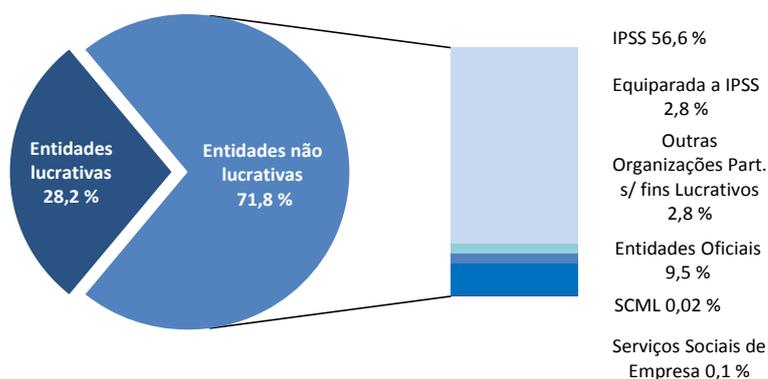


<sup>1</sup>Revisão de série, com efeitos a partir de 2000, em função de alteração metodológica (contabilizadas apenas as entidades com equipamentos sociais).

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Em 2017, por referência a 31 de dezembro, o universo era composto por cerca de 6500 entidades, das quais 71,8 % compreendiam entidades não lucrativas.

Figura 2 – Distribuição das entidades proprietárias, segundo a natureza jurídica, Continente – 2017



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

### 2.1.2. Distribuição territorial das entidades proprietárias

A região Norte apresentava o maior peso relativo de entidades proprietárias de equipamentos sociais (30,0 %), para além de apresentar a maior percentagem de entidades não lucrativas (32,8 %). A Área Metropolitana de Lisboa (AML), à semelhança de anos anteriores, concentrava 48,3 % das entidades lucrativas, ultrapassando largamente as restantes regiões.

Figura 3 – Distribuição territorial e natureza jurídica das entidades proprietárias, por NUTS II – 2017

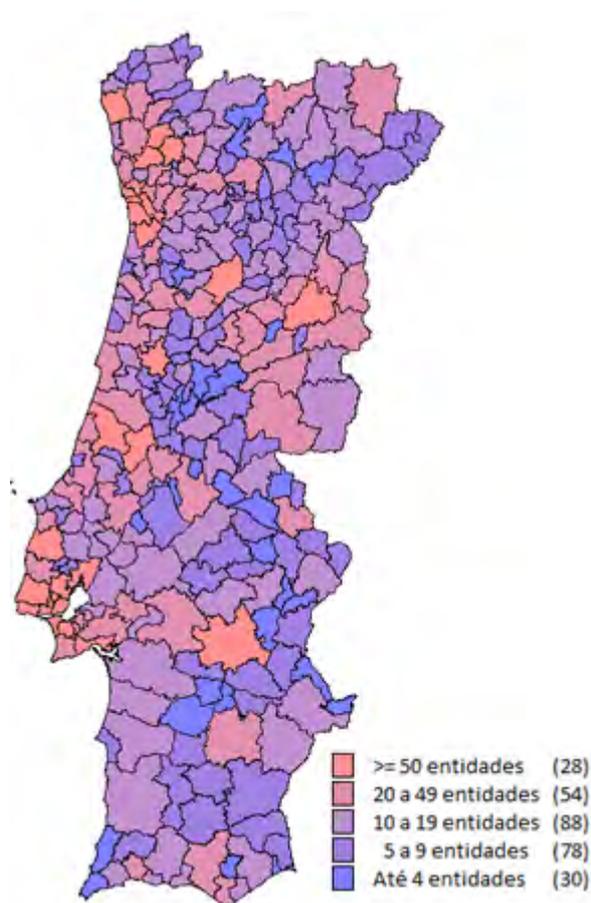
NUTS II	Total	Entidades lucrativas	Entidades não lucrativas
Norte	30,0	22,9	32,8
Centro	28,5	19,8	32,0
Área Metropolitana de Lisboa	28,2	48,3	20,2
Alentejo	9,9	5,4	11,6
Algarve	3,4	3,5	3,4
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

A nível concelhio, embora não se identifique um padrão de distribuição muito nítido, é de realçar uma concentração de entidades proprietárias de equipamentos sociais nos municípios ao longo da faixa litoral, designadamente em torno das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

É de destacar que dos 278 concelhos do Continente, 170 (61 %) reunia, em 2017, 20 ou mais entidades proprietárias de equipamentos.

Figura 4 – Distribuição territorial das entidades proprietárias, por concelho – 2017



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

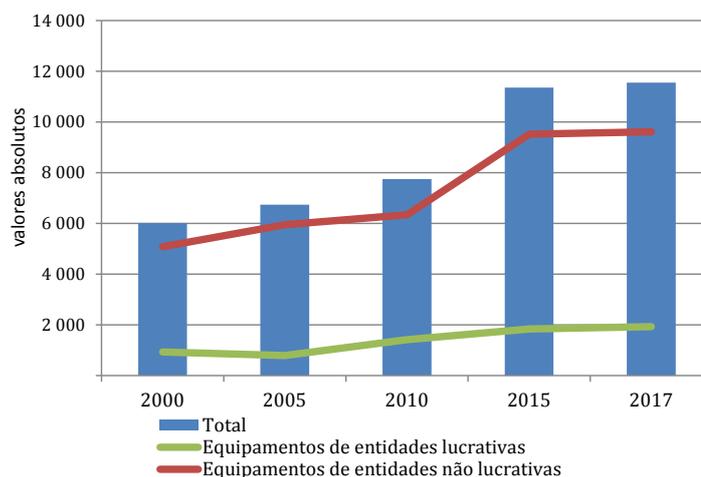
## 2.2 Equipamentos Sociais

No contexto da RSES, é considerado **equipamento social** toda a estrutura física onde se desenvolvem as diferentes respostas sociais ou onde estão instalados os serviços de enquadramento de determinadas respostas.

### 2.2.1. Equipamentos sociais de entidades lucrativas e não lucrativas

A evolução do número de equipamentos sociais ao longo do período 2000-2017 revela um crescimento muito significativo (92,3 %), sobretudo no que respeita aos equipamentos de entidades não lucrativas.

Figura 5 – Evolução do n.º de equipamentos, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2000-2017



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Em 2017, dos 11 500 equipamentos sociais em funcionamento, 83 % eram propriedade de entidades não lucrativas, i.e., equipamentos das redes pública e solidária, confirmando a importância destes setores no âmbito da proteção social às populações. No ano em análise, a proporção de equipamentos de entidades não lucrativas versus equipamentos de entidades lucrativas fixou-se em cinco para um.

Figura 6 – Distribuição percentual dos equipamentos sociais, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2017



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

### 2.2.2. Distribuição territorial

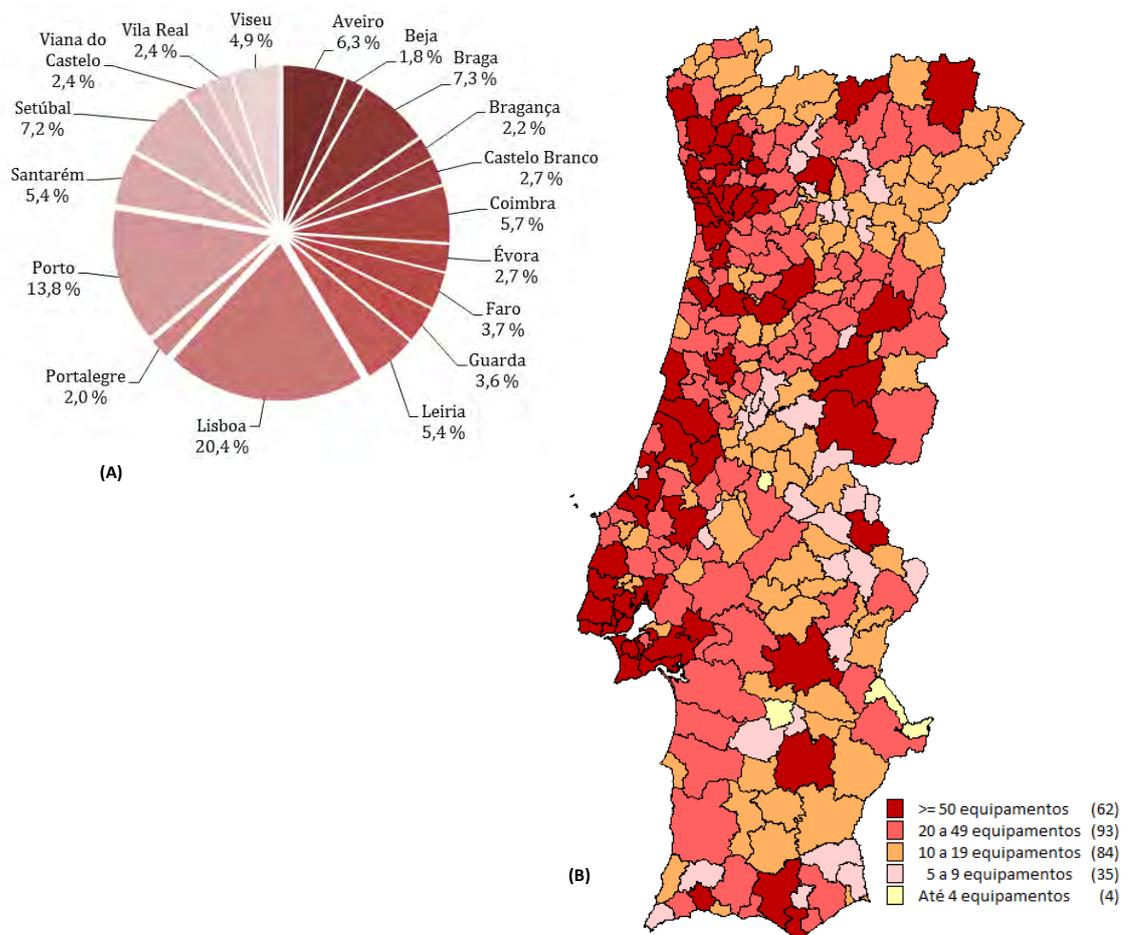
Conforme se verificou ao nível das entidades, a região Norte apresentava também o maior peso relativo do total infraestruturas (32,1 %), assim como de equipamentos de entidades não lucrativas (34,0 %). Os equipamentos de entidades privadas-lucrativas continuam a apresentar uma elevada concentração na AML (48,7 %).

Figura 7 – Distribuição territorial dos equipamentos sociais, por NUTS II e natureza jurídica da entidade proprietária – 2017

NUTS II	Total (%)	Equipamentos de entidades lucrativas (%)	Equipamentos de entidades não lucrativas (%)
Norte	32,1	22,9	34,0
Centro	29,3	19,6	31,3
Área Metropolitana de Lisboa	24,7	48,7	19,9
Alentejo	10,1	5,3	11,1
Algarve	3,7	3,5	3,7
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 8 – Distribuição territorial dos equipamentos sociais, por distrito (A) e concelho (B) – 2017



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

A distribuição territorial dos equipamentos sociais revelava uma disseminação destas infraestruturas por todo o Continente, todavia era notória uma maior concentração nos distritos e concelhos dispostos ao longo da faixa litoral. A nível concelhio era de realçar que do total de municípios do território continental (278), a maioria (155) dispunha de vinte ou mais equipamentos.

### 2.2.3. Equipamentos sociais novos e encerrados<sup>1</sup>

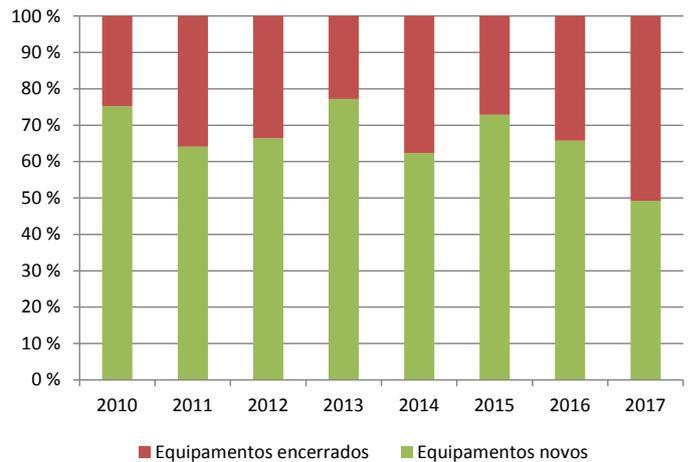
A evolução do número de equipamentos que entraram em funcionamento e que encerraram entre 2010 e 2017 apresentou oscilações, situação que não será alheia às alterações socioeconómicas ocorridas durante esse período e a própria mobilização das entidades proprietárias de equipamentos em momentos de maior ou menor necessidade das populações.

<sup>1</sup>Consideram-se equipamentos sociais novos e equipamentos sociais encerrados os equipamentos que entraram em funcionamento e cessaram atividade no ano de 2017, respetivamente. É de destacar que a resposta social Educação Pré-Escolar foi integrada na Carta Social pela primeira vez em 2015, pelo que tal situação deverá ser tida em conta na análise desta informação.

No ano de 2017, registou-se um equilíbrio entre o número de equipamentos novos e o número de equipamentos que deixaram de funcionar, o que poderá apontar para alguma estabilização.

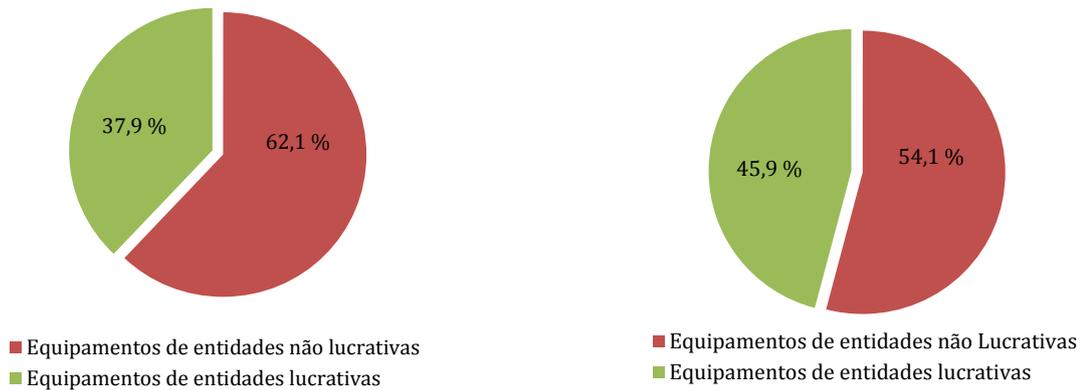
Os equipamentos de entidades não lucrativas apresentavam, em 2017, um peso relativo superior, quer no universo de equipamentos que abriram nesse ano (62 %), quer no universo dos que encerraram (51 %).

Figura 9 – Evolução do n.º de equipamentos sociais novos e encerrados, Continente – 2010-2017 (%)



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

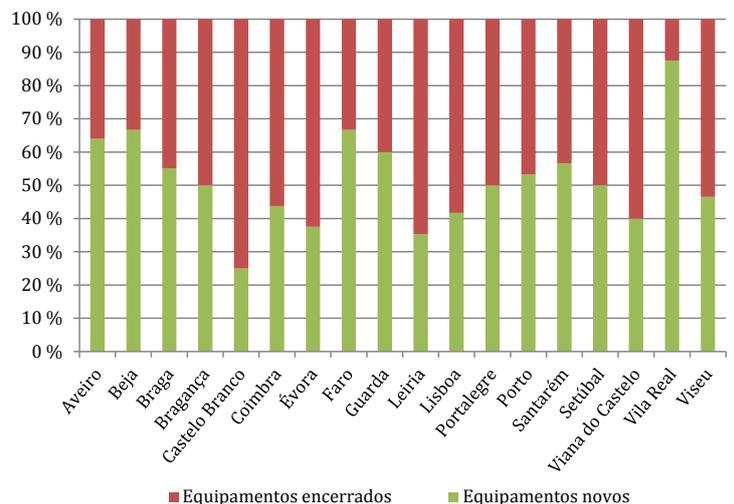
Figura 10 – Distribuição percentual dos equipamentos sociais novos e dos equipamentos sociais encerrados, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2017



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

À exceção de Castelo Branco, Coimbra, Évora, Leiria, Lisboa, Viana do Castelo e Viseu, a maioria dos distritos registou uma proporção de equipamentos novos superior à de equipamentos encerrados.

Figura 11 – Distribuição do n.º de equipamentos sociais novos e encerrados, por distrito – 2017



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

## 2.3 Respostas Sociais

As **repostas sociais** podem ser entendidas como um conjunto de atividades e/ou serviços desenvolvidas em equipamentos sociais, ou a partir destes, vocacionadas ao apoio a pessoas e famílias. As respostas sociais enquadradas na RSES dirigem-se a toda a população numa perspetiva de adequação às diferentes necessidades sociais. Todavia, existem serviços e equipamentos específicos dirigidos a grupos alvo enquadrados em quatro grandes áreas: (1) **Crianças e Jovens**; (2) **Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade**; (3) **Pessoas Idosas** e (4) **Pessoas com outras problemáticas**, no âmbito da **Família e Comunidade**.

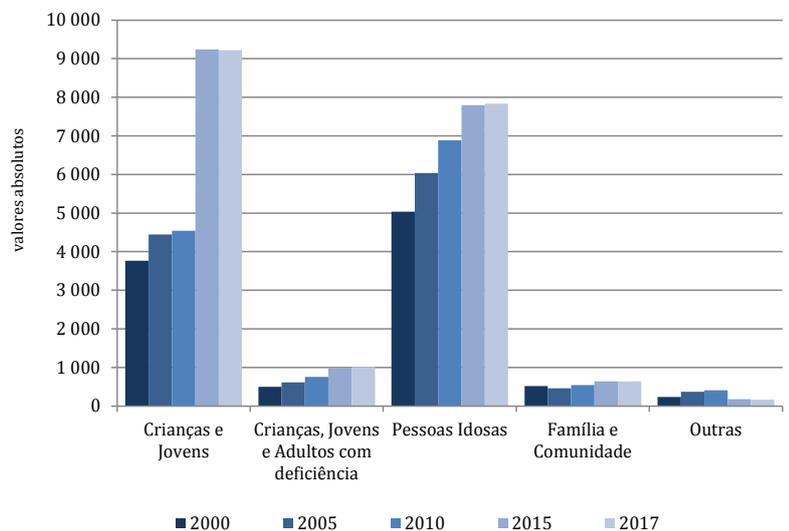
### 2.3.1. Respostas sociais por população-alvo

O número total de respostas sociais que compõem a RSES conheceu um crescimento muito significativo (88 %) desde 2000, particularmente as respostas que visam o apoio a crianças e jovens e a pessoas idosas.

Em 2017, as respostas destinadas às crianças e jovens representavam 48,8 % do universo de respostas, enquanto as respostas dirigidas às pessoas idosas representavam 41,5 %, colocando em evidência a pressão exercida por estas populações no âmbito da ação social.

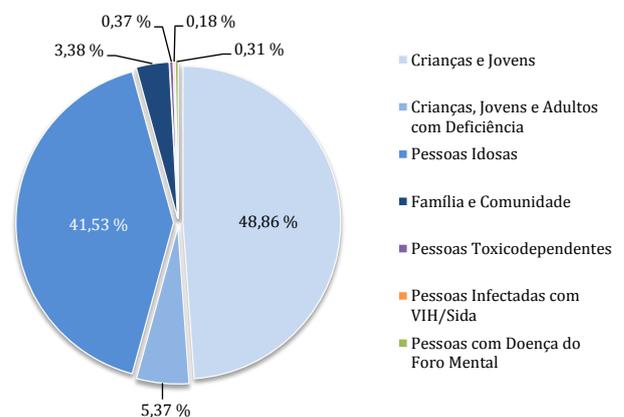
Embora apresentassem uma percentagem relativamente mais baixa, as respostas que visam o apoio a pessoas com deficiência registaram em 2017, face a 2000, um aumento de 103 %, ultrapassando já um milhar de respostas de apoio.

Figura 12 – Evolução do n.º de respostas sociais por população-alvo, Continente – 2000-2017



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 13 – Distribuição percentual das respostas sociais por população-alvo, Continente – 2017



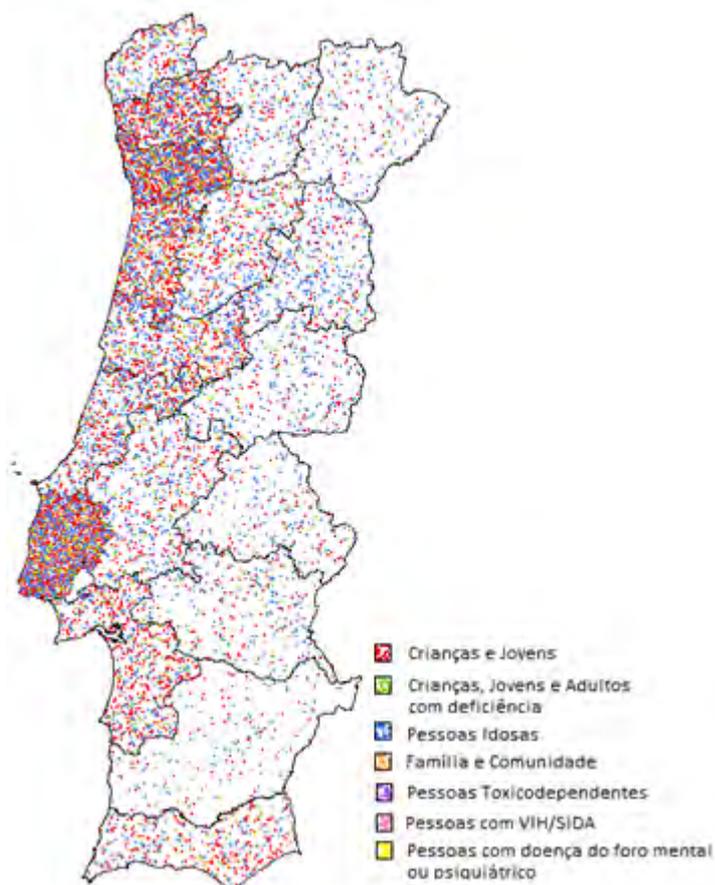
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

### 2.3.2. Distribuição territorial

O mapa de distribuição territorial das respostas sociais em funcionamento coloca em evidência a elevada disseminação de respostas para as diferentes populações-alvo por todo o território continental, ainda que com uma notória concentração de respostas nos distritos mais populosos da faixa litoral, sobretudo em Lisboa e em torno da Área Metropolitana do Porto (AMP).

Em termos de tipologia de resposta, verificavam-se, contudo, algumas diferenças a nível regional. Enquanto a região Norte apresentava um peso relativo superior a todas as outras regiões de respostas dirigidas às populações-alvo das *Crianças e Jovens*, *Crianças, Jovens e Adultos com deficiência* e *Família e Comunidade*, a região Centro dispunha de mais  $\frac{1}{3}$  das respostas em funcionamento para apoio à população idosa.

Figura 14 – Distribuição territorial das respostas sociais por população-alvo Continente – 2017



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 15 – Distribuição percentual das respostas sociais, por NUTS II e população-alvo – 2017

NUTS II	Crianças e Jovens (%)	Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência (%)	Pessoas Idosas (%)	Família e Comunidade (%)	Outras (%)
Norte	33,9	33,6	31,3	30,9	16,7
Centro	27,5	29,3	37,0	24,5	14,8
Área Metropolitana de Lisboa	26,6	22,6	15,5	27,6	50,6
Alentejo	8,0	11,7	13,1	8,9	6,8
Algarve	4,0	2,8	3,1	8,2	11,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

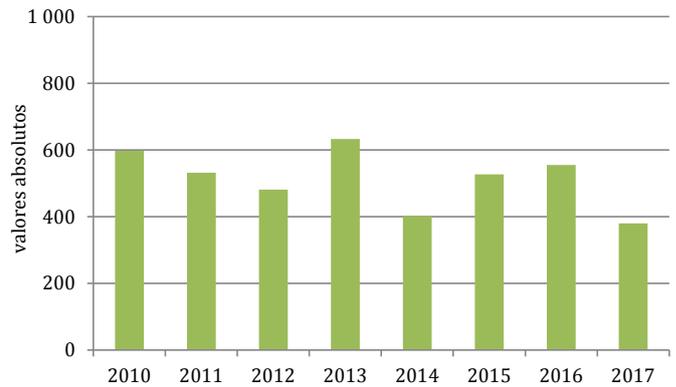
2.3.3. Respostas sociais novas<sup>2</sup>

À semelhança dos equipamentos, observaram-se algumas oscilações na evolução do número de respostas sociais que entraram em funcionamento entre 2010 e 2017 e que poderão encontrar explicação nas mudanças socioeconómicas ocorridas ao longo desta década.

No ano em análise, 72 % das respostas sociais que entraram em funcionamento foram desenvolvidas por entidades não lucrativas, particularmente da rede solidária, o que revela o dinamismo das entidades que integram a economia social.

Lisboa, Porto, Braga e Viseu foram os distritos que registaram o maior número de novas respostas durante o ano de 2017, sendo que em conjunto representaram 58 % do total.

Figura 16 – Evolução do número de respostas sociais novas, Continente – 2010-2017



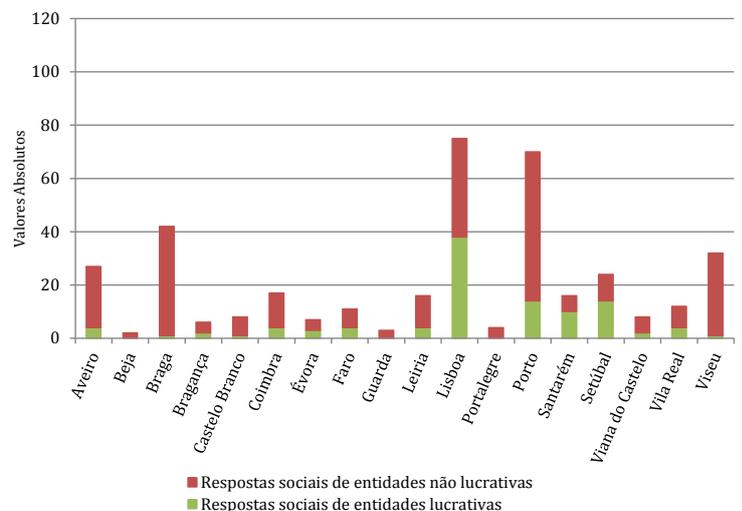
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 17 – Distribuição percentual do número de respostas sociais novas, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2017



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

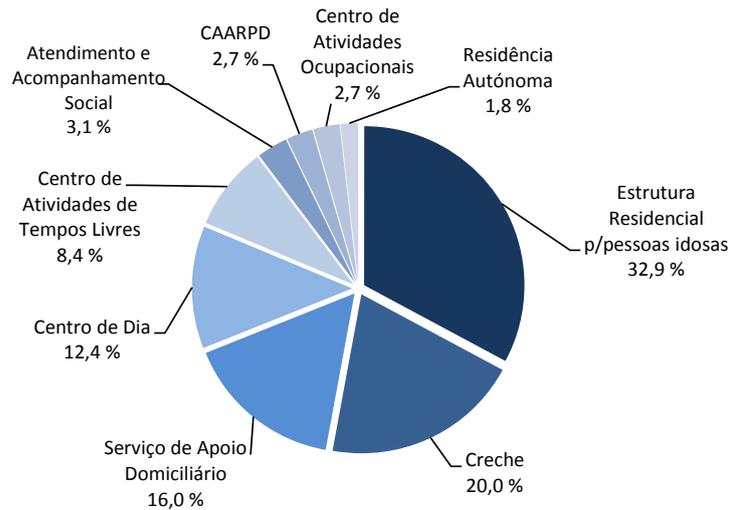
Figura 18 – Distribuição do número de respostas sociais novas, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, por distrito – 2017



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

<sup>2</sup> Consideram-se respostas sociais novas as respostas que entraram em funcionamento no ano de 2017.

Figura 19 – Distribuição percentual das respostas sociais novas, por tipologia, Continente – 2017



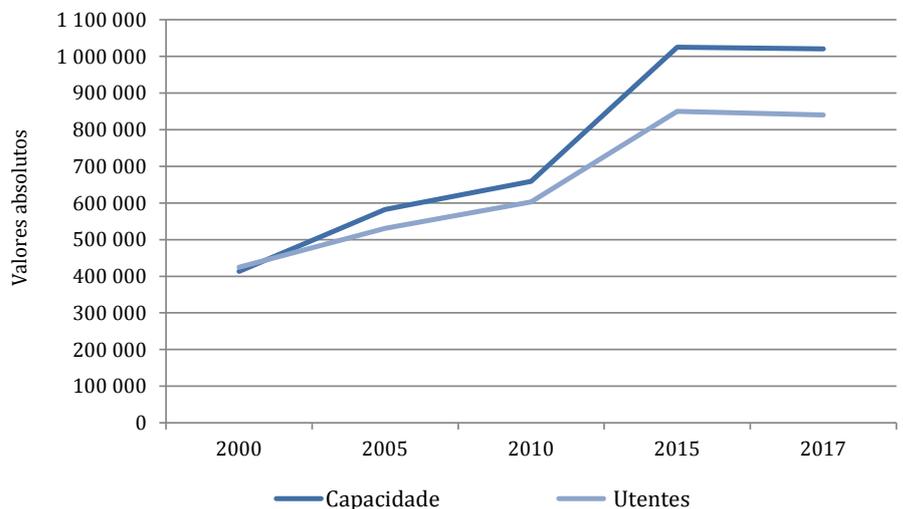
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Quanto à tipologia das respostas sociais que entraram em funcionamento em 2017, 61 % corresponderam a respostas dirigidas a pessoas idosas (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Serviço de Apoio Domiciliário e Centro de Dia), indiciando de algum modo as necessidades ainda existentes no âmbito do apoio à população idosa.

#### 2.3.4. Relação entre a capacidade instalada e o número de utentes

No período 2010-2017, a **Figura 20 – Evolução da capacidade e dos utentes, Continente – 2000-2017**

capacidade instalada do universo de respostas sociais que compõem a RSES apresentou um aumento muito significativo (147 %), contabilizando-se, em 2017, cerca de um milhão e vinte mil lugares.



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

### 3. Respostas sociais por população-alvo

#### 3.1 Crianças e Jovens

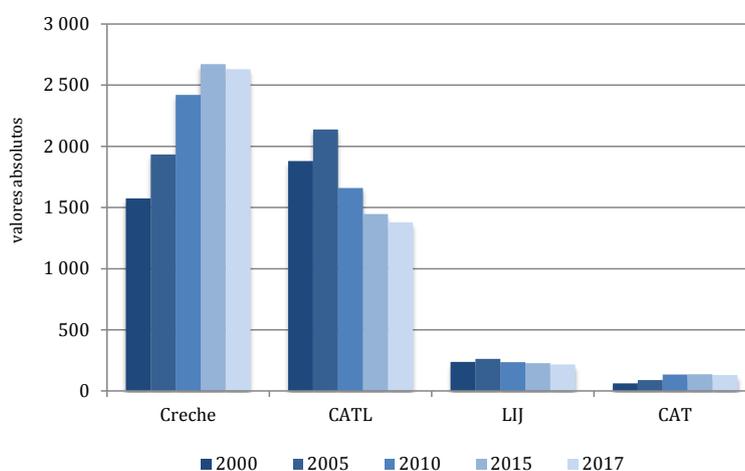
As respostas sociais dirigidas a **Crianças e Jovens** englobam a **Creche e a Ama**<sup>3</sup>, que visam o apoio à primeira infância (crianças até aos 3 anos de idade), a **Educação Pré-Escolar**<sup>4</sup>, o **Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL)**, o **Centro de Acolhimento Temporário (CAT)**, o **Lar de Infância e Juventude (LIJ)** e o **Centro de Apoio Familiar e Acolhimento Parental (CAFAP)**, entre outras com menor expressão.

##### 3.1.1. Número de respostas sociais

As principais respostas sociais para Crianças e Jovens apresentaram uma evolução muito positiva (16 %) entre 2000 e 2017, sendo notórias, contudo, diferenças entre as respostas. Se por um lado, a resposta de CATL tem registado um decréscimo contínuo (-27 %) desde 2005, justificado em grande medida pela introdução do prolongamento do horário escolar, por outro lado, tem-se verificado um crescimento constante (67 %) da resposta creche desde 2000, pese embora, em 2017, esta resposta revele um ligeiro abrandamento.

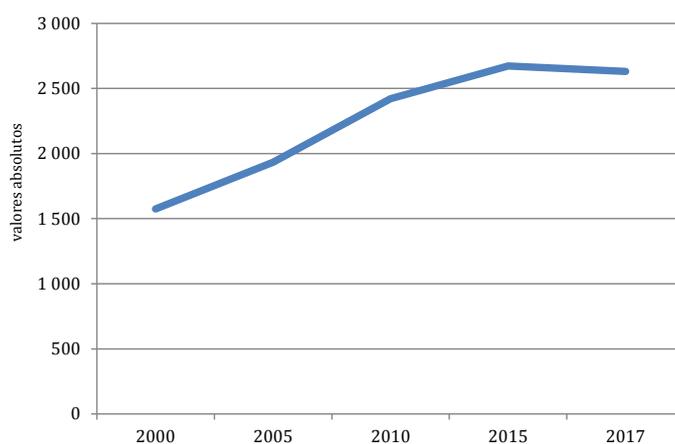
Em 2017, por referência a 31 de dezembro, contabilizaram-se no Continente 2631 creches, 75 % das quais propriedade de entidades não lucrativas, nomeadamente da rede

Figura 21 – Evolução do número de respostas sociais para as Crianças e Jovens, Continente – 2000-2017



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 22 – Evolução do número de respostas de Creche, Continente – 2000-2017



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

<sup>3</sup> Resposta social que consiste no exercício de atividade de ama, destinada a cuidar na sua residência de crianças até aos três anos de idade, ou até atingir a idade de ingresso no estabelecimento de educação pré-escolar, por tempo correspondente ao período de trabalho ou impedimento dos pais ou de quem exerce as responsabilidades parentais (família).

<sup>4</sup> Atendendo que a resposta social Educação Pré-Escolar foi integrada na Carta Social pela primeira vez em 2015, esta resposta será analisada de forma autónoma.

solidária. É de destacar que as entidades da rede solidária, que desenvolvem um papel fundamental ao nível dos cuidados à 1.ª infância, são maioritariamente apoiadas pelo Estado através de acordos de cooperação<sup>5</sup>.

### 3.1.2. Capacidade

Do mesmo modo, a capacidade (número de lugares) das principais respostas sociais dirigidas a Crianças e Jovens registou um crescimento significativo (25 %) no período em análise, particularmente a resposta creche.

No ano de 2017, o número total de lugares em creche fixou-se em 118 500, aproximadamente, 62 % dos quais comparticipados pelo Estado através de acordos de cooperação com entidades da rede solidária. O número de crianças que frequenta a resposta creche tem revelado, igualmente, um aumento expressivo, atingindo em 2017 quase as 100 000 crianças.

Figura 23 – Distribuição percentual do número de respostas de Creche segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2017

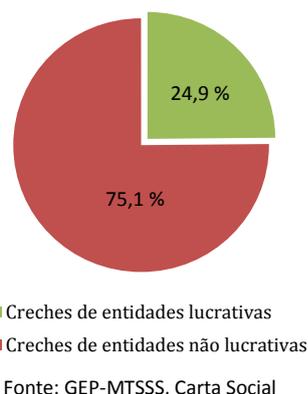


Figura 24 – Evolução da capacidade das respostas sociais para as Crianças e Jovens, Continente – 2000-2017

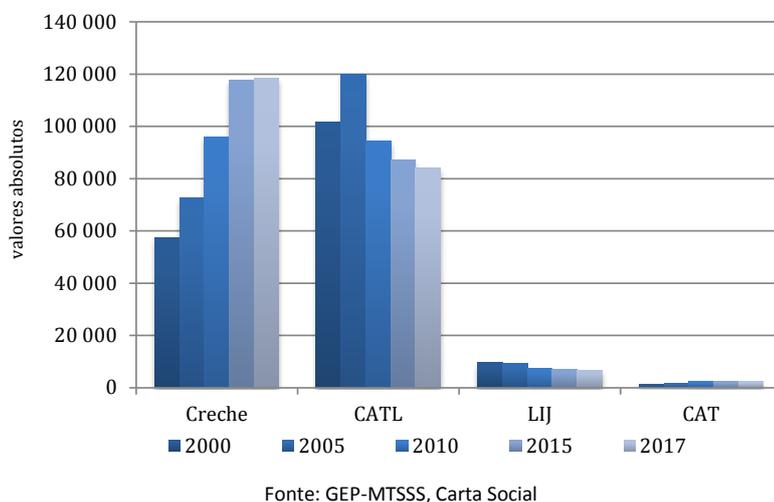
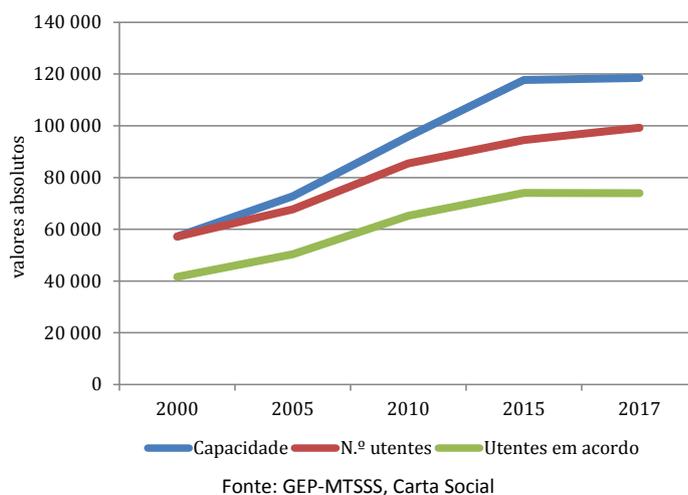


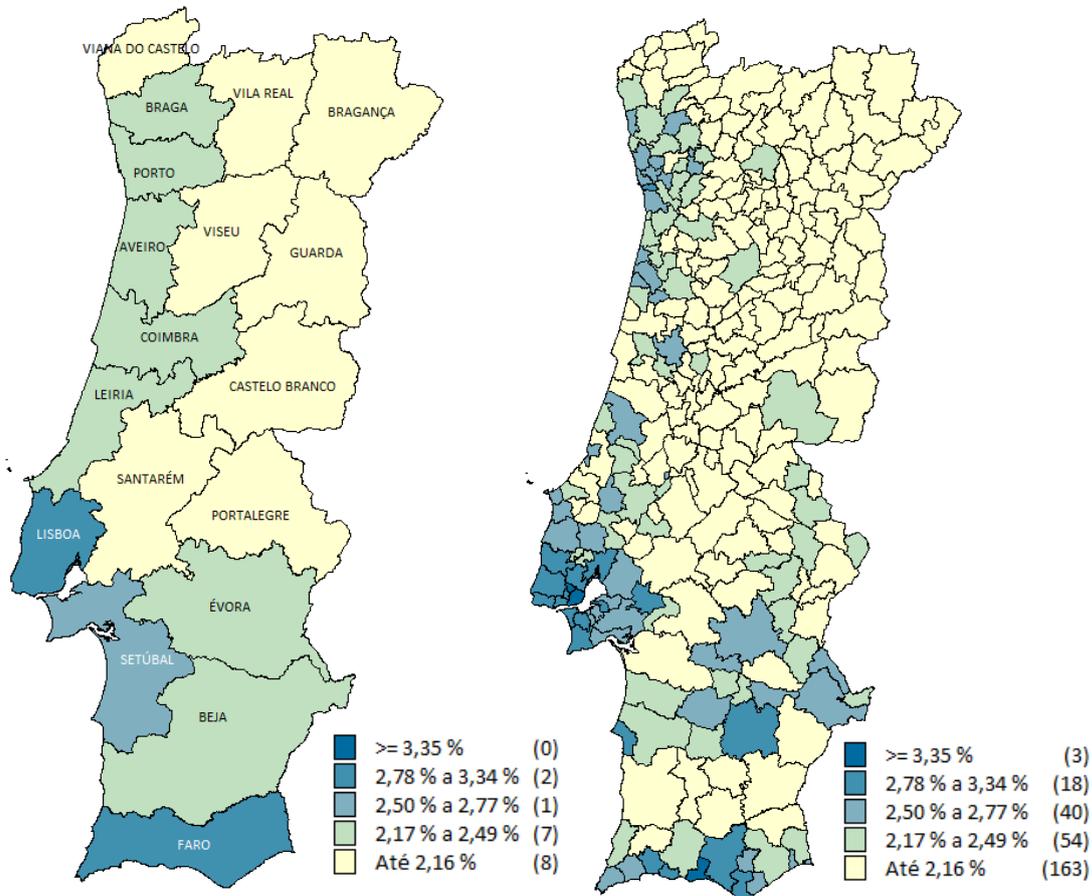
Figura 25 – Evolução da capacidade, n.º de utentes e n.º utentes em acordo da resposta social Creche, Continente – 2000-2017



<sup>5</sup> O Protocolo de Cooperação estabelecido bianualmente entre os Ministérios da Educação (ME), do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) e da Saúde (MS) e as entidades que compõem o setor social e solidário, representados pela União das Misericórdias Portuguesas (UMP), a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), a União das Mutualidades Portuguesas (UM) e a CONFECOOP - Confederação Cooperativa Portuguesa, CCRL, atento ao Decreto-Lei n.º 143/2017, define o valor de comparticipação financeira pago por utente/mês em cada uma das respostas abrangidas pelo Protocolo.

## 3.1.3. Distribuição territorial

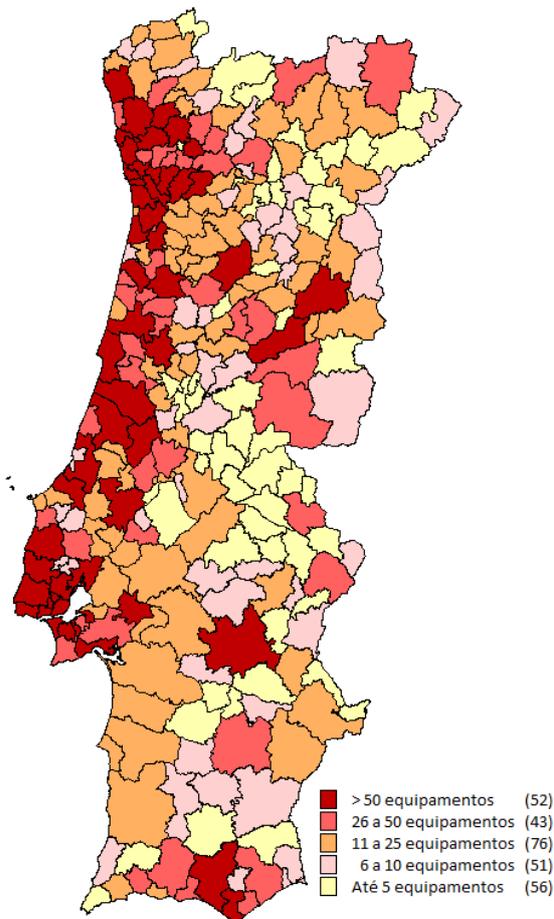
Figura 26 – Relação entre a população dos 0 aos 3 anos e a população total, distrito e concelho – 2017



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

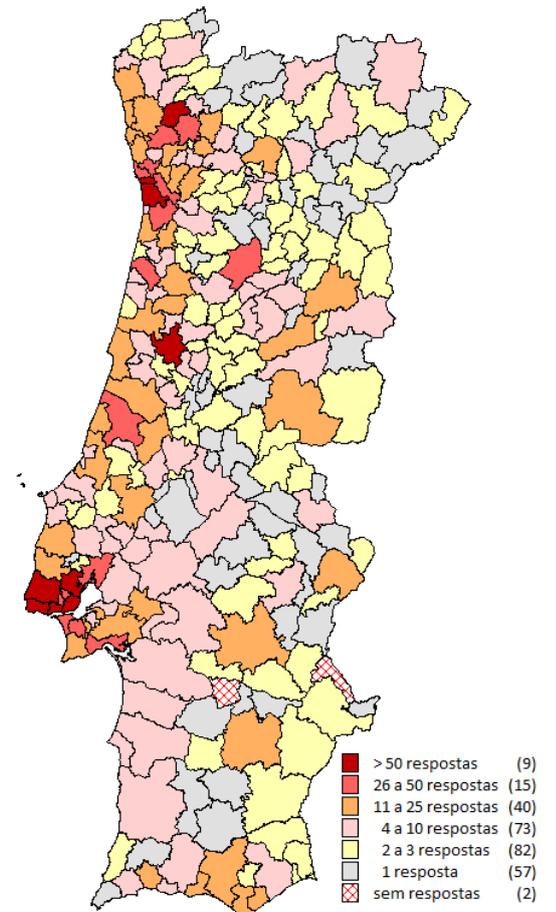
A relação entre população dos 0 aos 3 anos de idade e a população total no Continente dá conta das dicotomias existentes no país. Mais jovens, os territórios localizados junto à faixa litoral apresentavam, em 2017, as maiores percentagens de crianças com idade inferior a 3 anos, enquanto os territórios do interior do país registavam maioritariamente as menores percentagens de crianças nesta faixa etária. A distribuição territorial das respostas sociais dirigidas a grupo-alvo tem seguido, de alguma forma, este padrão de distribuição populacional, registando-se uma maior concentração de respostas nos territórios com maior proporção de crianças. Em 2017, cerca de 50 % dos concelhos (137) do território continental, concentrados sobretudo na faixa litoral norte e centro dispunha de quatro ou mais creches. De referir, ainda, que apenas em dois concelhos não existia qualquer oferta de creche.

Figura 27 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Crianças e Jovens, por concelho – 2017



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

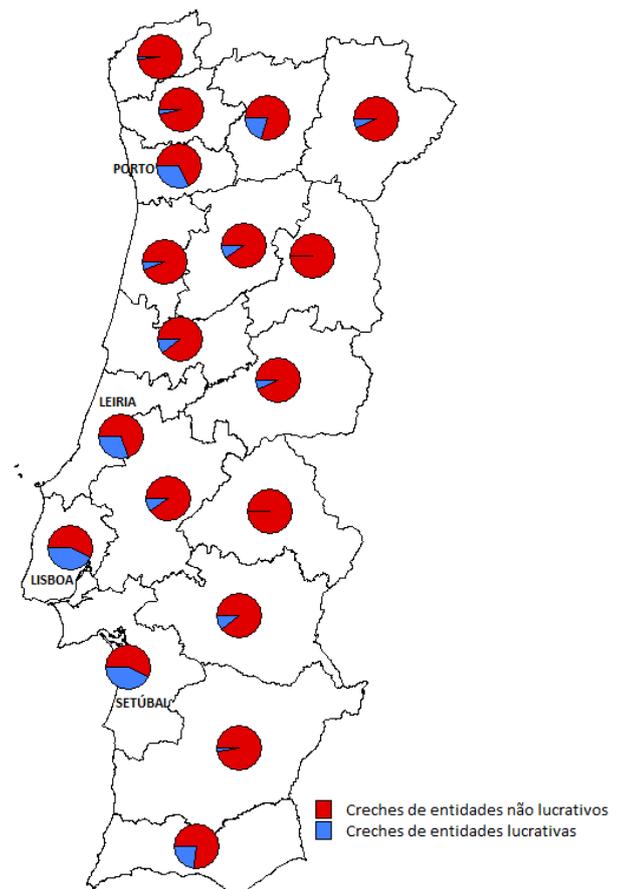
Figura 28 – Distribuição territorial da resposta social Creche, por concelho – 2017



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 29 – Distribuição territorial da resposta social Creche, por natureza jurídica da entidade proprietária e distrito – 2017

Em todo o território continental, era maioritária a oferta de creches propriedade de entidades não lucrativas. Somente nos distritos do Porto, Leiria, Lisboa e Setúbal se registou, em 2017, o peso relativo de creches de entidades privadas-lucrativas superior a 30 %.



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

### 3.1.4. Taxa de cobertura

A taxa de cobertura<sup>6</sup> das respostas sociais para a 1.<sup>a</sup> infância<sup>7</sup> registou, entre 2006 e 2017, um crescimento assinalável (84 %), acompanhando o aumento do número de lugares em creche.

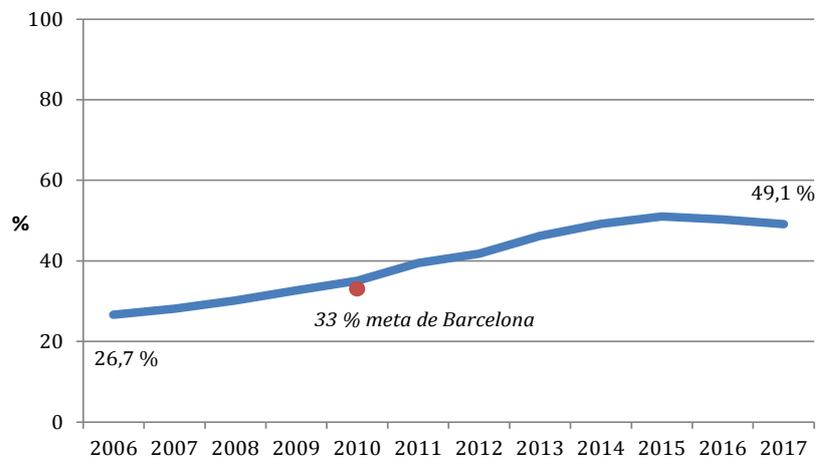
Em 2017, a taxa de cobertura média no Continente situou-se em 49,1 %, traduzindo uma

ligeira quebra iniciada em 2016 e que reflete, em parte, o aumento da população (1,7 %) que se assistiu nesta faixa etária (0-3 anos).

Em termos territoriais, é de destacar que 87 % dos concelhos do Continente (243 em 278) apresentavam, em 2017, uma taxa de cobertura acima de 33 %<sup>8</sup> e 61 % dos concelhos (170 em 278) registavam uma taxa de cobertura acima da média (49,1 %).

Sublinhe-se, ainda, que as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, designadamente os distritos de Lisboa, Setúbal e Porto, continuavam a ser os territórios com menor cobertura face à população residente. Em situação oposta, os territórios do interior, nomeadamente os distritos da Guarda, Castelo Branco e Portalegre registavam, em 2017, as taxas de cobertura mais elevadas de repostas para a 1.<sup>a</sup> infância.

Figura 30 – Evolução da taxa de cobertura das respostas sociais para a 1.<sup>a</sup> infância, Continente – 2006-2017



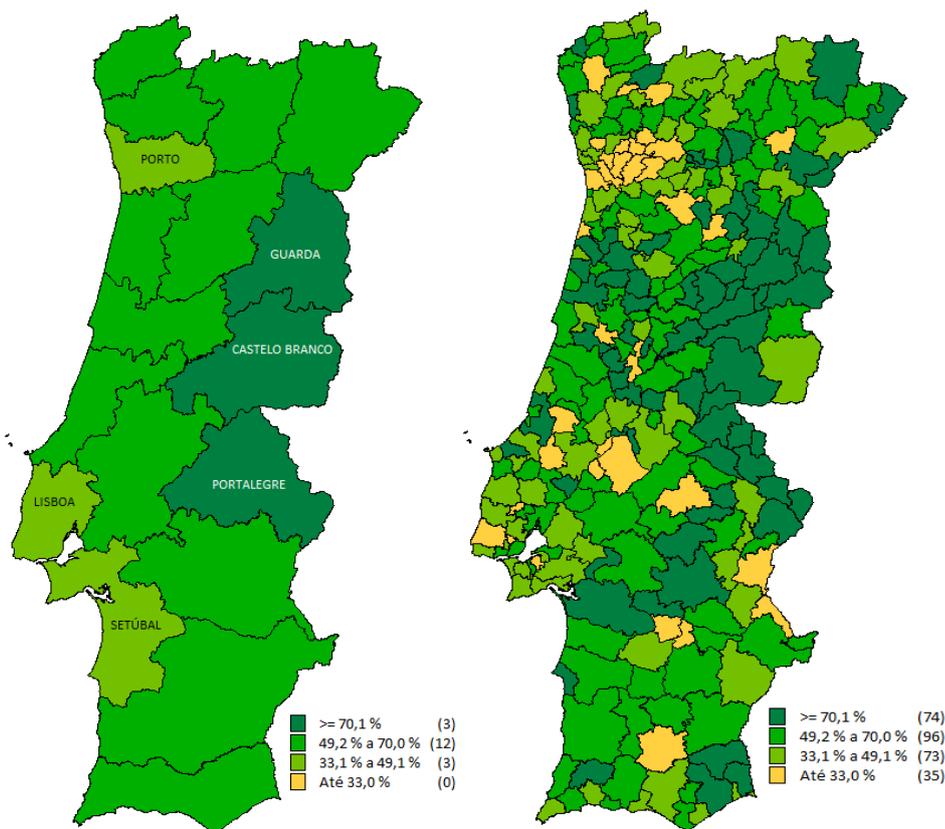
Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2017  
GEP-MTSSS, Carta Social

<sup>6</sup> Para o cálculo da taxa de cobertura são considerados o número total de lugares existentes e a população de referência da(s) resposta(s) em análise.

<sup>7</sup> Creche e Ama.

<sup>8</sup> Em 2002, foi definida no Conselho Europeu de Barcelona uma meta em matéria de infraestruturas de acolhimento de crianças com o objetivo de, até 2010, ser assegurado o acolhimento de 33 % das crianças com menos de 3 anos.

Figura 31 – Taxa de cobertura das respostas sociais para a 1.ª infância, distrito e concelho – 2017

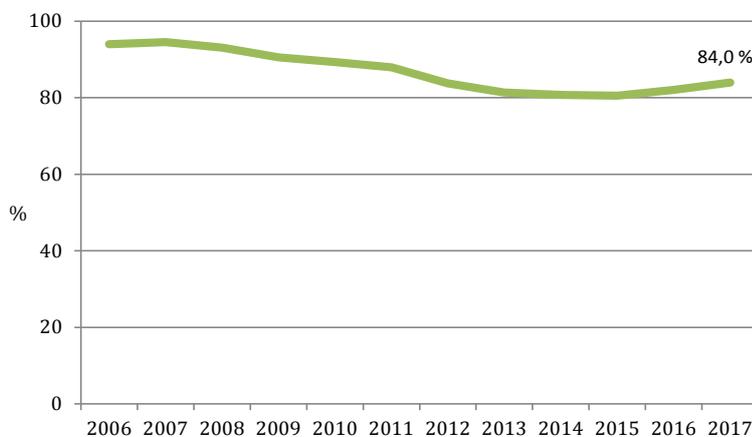


Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2017  
GEP-MTSSS, Carta Social

### 3.1.5. Taxa de utilização

Embora tenha apresentado uma tendência de decréscimo entre 2006 e 2015 (-14,3 %), a taxa de utilização<sup>9</sup> média das respostas para a 1.ª infância regista, desde 2016, uma recuperação, fixando-se, em 2017, em 84,0 %. Este crescimento da procura da resposta creche parece desde modo, acompanhar o aumento da população residente dos 0-3 anos desde 2016.

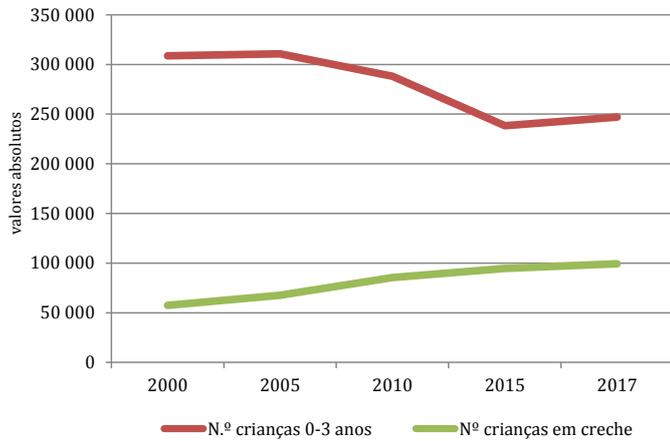
Figura 32 – Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância, Continente – 2000-2017



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

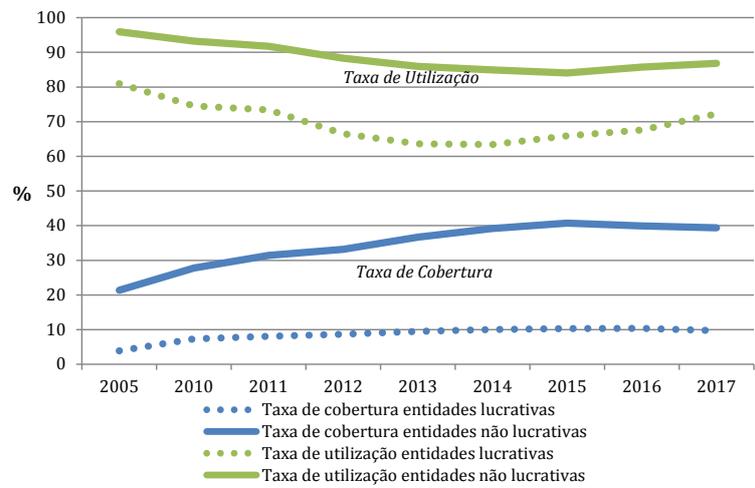
<sup>9</sup> Para o cálculo da taxa de utilização são considerados o número total de utentes e o número total de lugares existentes da(s) resposta(s) em análise.

Figura 33 – Evolução do n.º de crianças dos 0-3 anos e do n.º de utentes em Creche, Continente – 2000-2017



Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2017  
GEP-MTSSS, Carta Social

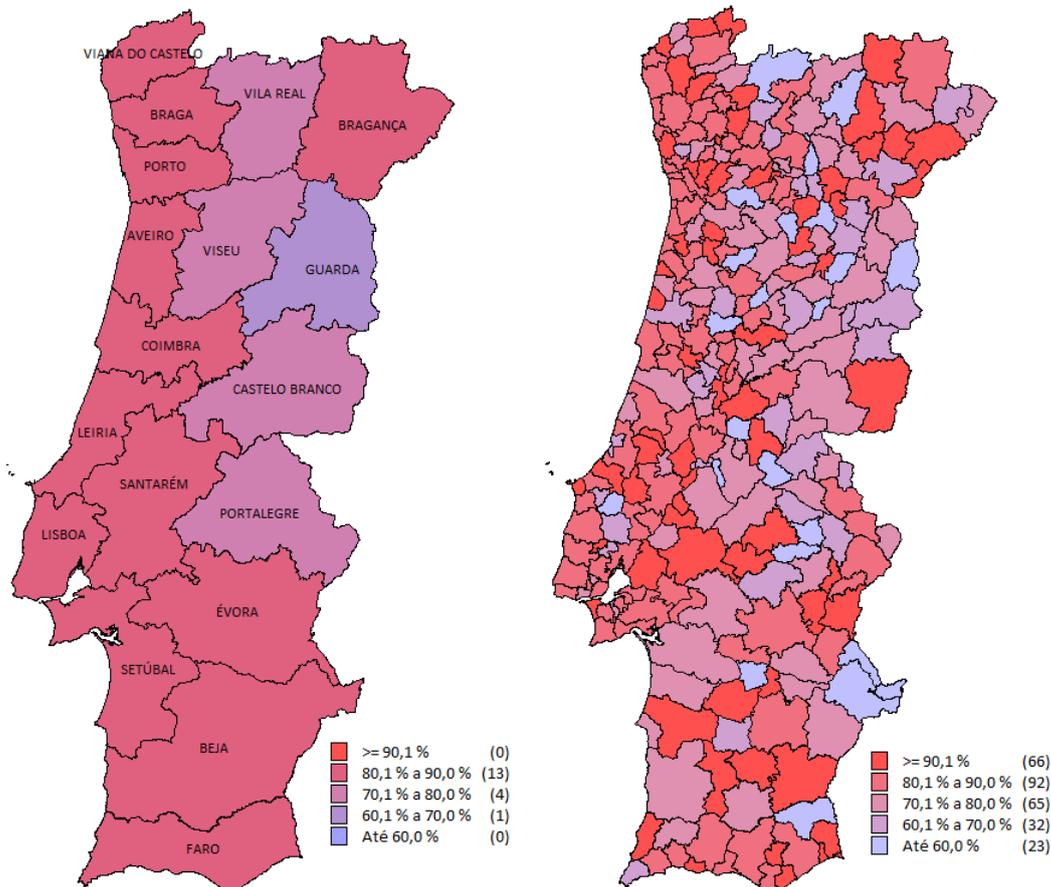
Figura 34 – Evolução da taxa de cobertura e da taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente – 2006-2017



Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2017  
GEP-MTSSS, Carta Social

O aumento da utilização das respostas para a 1.ª infância é notório, independentemente da natureza jurídica da entidade proprietária da resposta. As creches pertencentes a entidades não lucrativas apresentavam, em 2017, uma taxa de utilização média de 86,9 %.

Figura 35 – Taxa de utilização das respostas sociais para a 1.ª infância, distrito e concelho – 2017



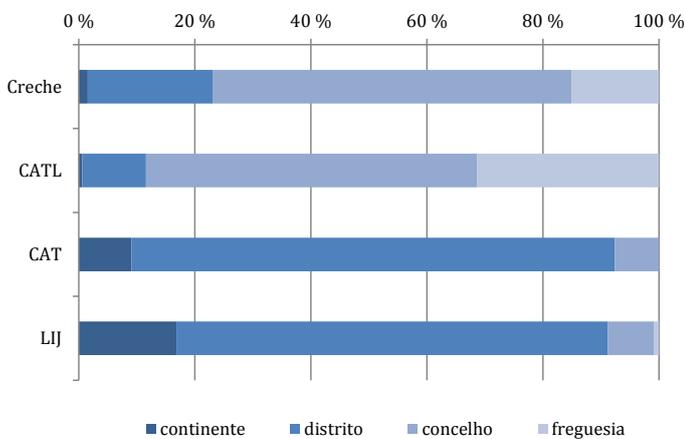
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Em termos territoriais, embora não sendo possível identificar um padrão de distribuição, são observáveis taxas de utilização mais elevadas nos distritos localizados junto à faixa litoral, mas também no Alentejo e Algarve. Note-se que os distritos do interior que registavam, em 2017, as taxas de cobertura mais elevadas (Guarda, Castelo Branco e Portalegre), eram também aqueles que apresentavam as taxas de utilização mais baixas.

### 3.1.6. Funcionamento

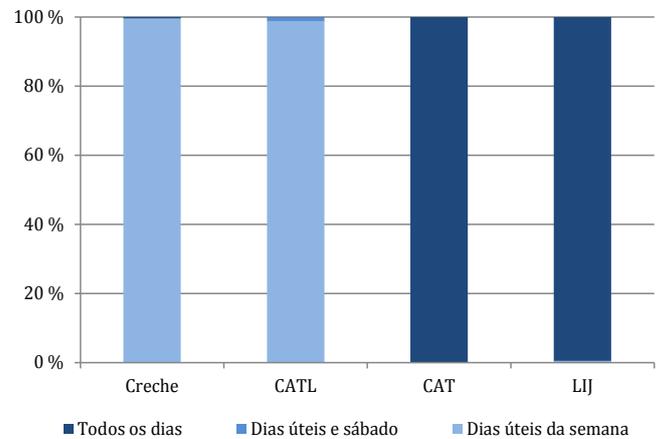
As respostas creche e CATL, enquanto respostas de proximidade vocacionadas para o apoio à criança e à família durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais e/ou outros familiares, acolhiam durante os dias úteis da semana, em 2017, maioritariamente crianças da própria freguesia ou concelho onde o equipamento estava instalado. No caso das respostas LIJ e CAT, destinadas ao acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo durante as 24 horas diárias como base na aplicação de uma medida de promoção e proteção, o raio de abrangência é maioritariamente distrital, ou até mesmo continental em algumas situações.

Figura 37 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens por âmbito geográfico de funcionamento, Continente – 2017



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

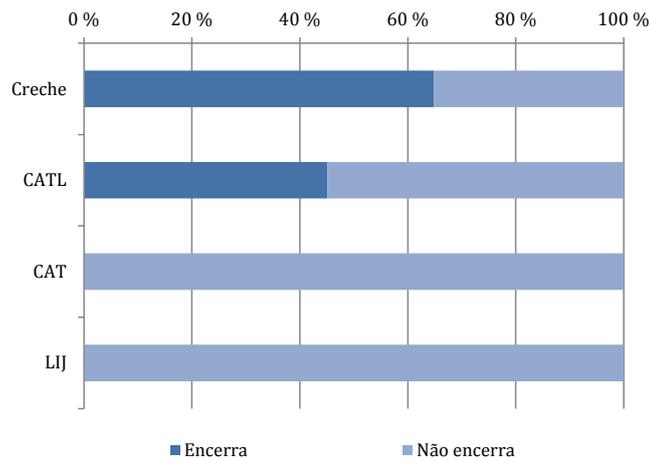
Figura 36 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens por período de funcionamento, Continente – 2017



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

O encerramento dos equipamentos por motivo de férias, embora tenha vindo a decrescer, ainda era uma realidade para 65 % das creches, em funcionamento em 2017, e para 45 % dos CATL.

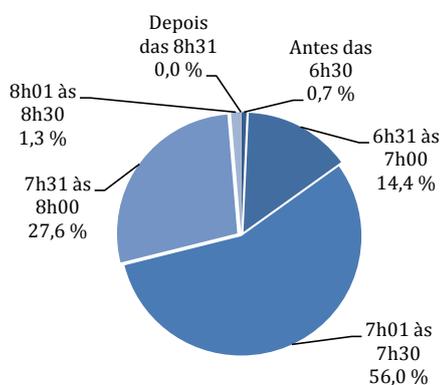
Figura 38 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens com encerramento para férias, Continente – 2017



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

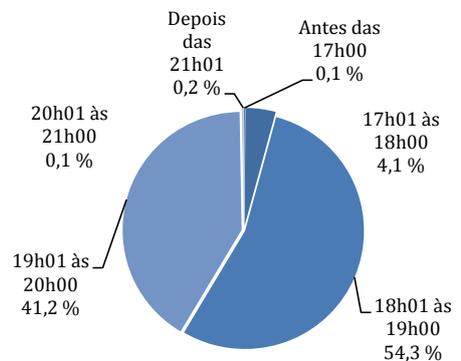
Quanto aos horários de abertura e encerramento, tem-se observado ao longo dos anos um alargamento dos mesmos, permitindo às famílias uma melhor gestão dos compromissos profissionais e familiares, numa lógica de promoção da conciliação entre a vida pessoal e familiar e a atividade profissional. A maioria das creches (83,6 %), em 2017, abria entre as 7h01 e as 8h00 e encerrava entre as 18h01 e as 19h00 (54,3 %) ou entre as 19h01 e as 20h00 (41,2 %). O CATL, resposta que funciona, sobretudo, nos prolongamentos do horário escolar, iniciava, em 2017, as atividades maioritariamente entre as 7h01 e as 8h00 (68,2 %) e encerrava entre as 18h01 e as 19h00 (52,1 %) ou entre as 19h01 e as 20h00 (41,6 %).

Figura 39 – Distribuição percentual das Creches por horário de abertura, Continente – 2017



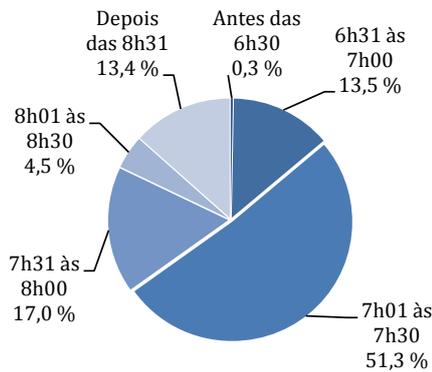
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 40 – Distribuição percentual das Creches por horário de encerramento, Continente – 2017



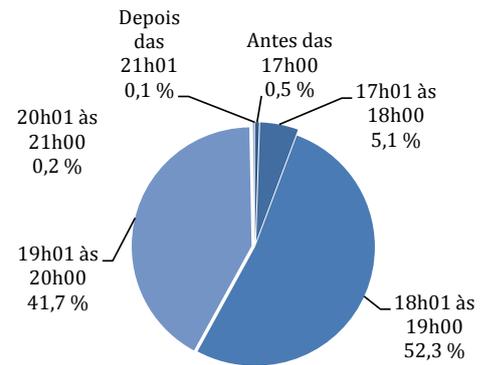
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 41 – Distribuição percentual dos CATL por horário de abertura, Continente – 2017



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

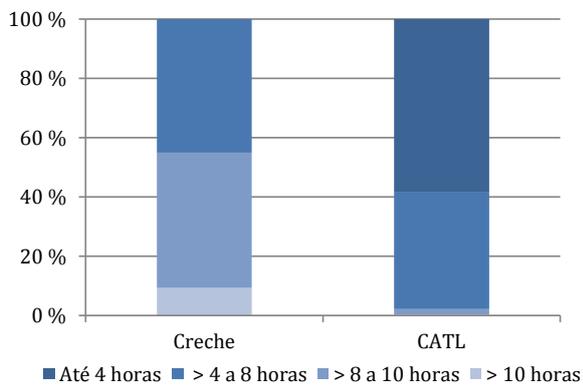
Figura 42 – Distribuição percentual dos CATL por horário de encerramento, Continente – 2017



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

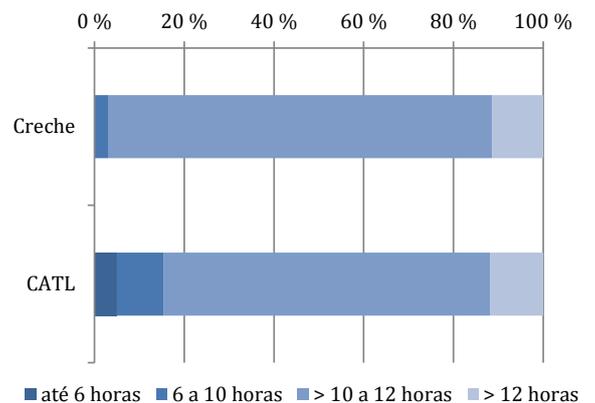
Cerca de 86 % das creches e 73 % dos CATL, em 2017, encontrava-se em funcionamento entre 10 e 12 horas por dia, sendo que 45 % crianças frequentavam as creches até 8 horas e 46 % entre 8 e 10 horas diárias. Quanto ao CATL, para 59 % das crianças a frequência diária não vai além das 4 horas, uma vez que esta resposta funciona em complementaridade com a escola e a sua frequência restringe-se aos períodos anteriores ou posteriores às responsabilidades escolares.

Figura 43 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens por tempo médio de frequência diária das crianças, Continente – 2017



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 44 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças e Jovens por número de horas em funcionamento, Continente – 2017



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

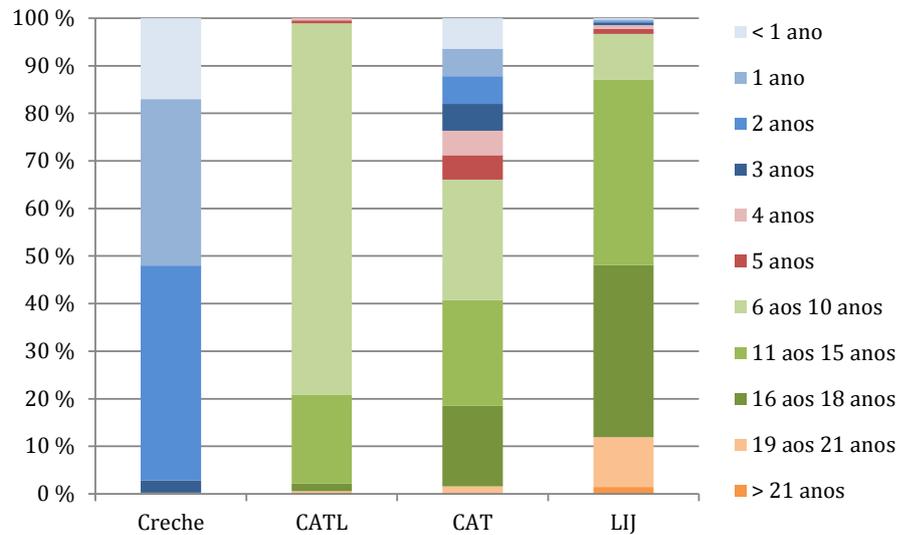
### 3.1.7. Caracterização dos utentes

Em 2017, do universo de crianças que frequentava a resposta creche 52,0 % tinha até 2 anos de idade e 45,1 % tinha entre 2 e 3 anos. Quanto às crianças que frequentavam a resposta CATL, 96,7 % tinha entre 6 e 15 anos de idade.

Já no que diz respeito às respostas CAT e LIJ, o universo etário das

crianças e jovens acolhidos é mais alargado. No caso dos CAT o público-alvo vai dos 0 aos 18 anos, sendo que em 2017 59,2 % dos utentes acolhidos tinha até 10 anos de idade. Relativamente ao LIJ, 87,1 % das crianças e jovens acolhidos tinha mais de 10 anos de idade.

Figura 45 – Distribuição percentual dos utentes em respostas para Crianças e Jovens por escalão etário, Continente – 2017

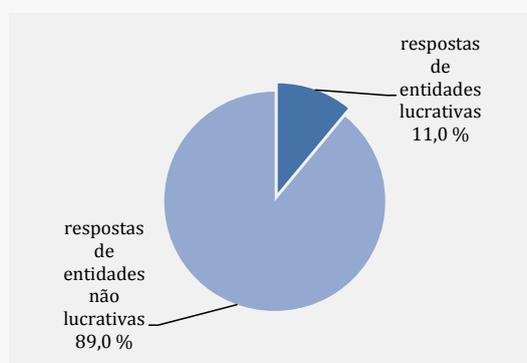


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

### Caraterização da resposta social Educação Pré-Escolar no âmbito da Carta Social

A Educação Pré-Escolar consiste numa resposta social com intervenção integrada da Segurança Social e da Educação, destinada a crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico, vocacionada para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe atividades educativas e de apoio à família. A Carta Social, no âmbito do processo de atualização da informação de 2017, recolheu, pelo terceiro ano consecutivo, informação relativa à resposta social Educação Pré-Escolar, pelo que os dados recolhidos poderão não abranger, ainda, o universo, situação que deverá ser tida em conta na análise da informação. Por este motivo, à semelhança dos anos anteriores, a análise desta resposta é feita em separado, tendo por base os elementos disponíveis. Em 2017, encontravam-se registadas na Carta Social cerca de 4732 respostas de Educação Pré-Escolar no território continental, 89 % das quais desenvolvidas por entidades não lucrativas, i.e. da rede pública e da rede solidária. O número total de lugares aproximou-se dos 244 500, mais de 1/3 dos quais distribuídos pela região Norte.

*Distribuição percentual das respostas de Educação Pré-Escolar, por natureza jurídica da entidade proprietária – 2017*



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

*Distribuição territorial da percentagem de respostas de Educação Pré-Escolar por NUTS II e natureza jurídica da entidade proprietária – 2017*

NUTS II	Total (%)	Respostas de entidades lucrativas (%)	Respostas de entidades não lucrativas (%)
Norte	36,0	22,2	37,7
Centro	28,0	11,2	30,0
Área Metropolitana de Lisboa	23,9	59,3	19,5
Alentejo	8,2	2,1	8,9
Algarve	3,9	5,2	3,8
Continente	100,0	100,0	100,0

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

*Distribuição territorial da percentagem de lugares em Educação Pré-Escolar, por NUTS II e natureza jurídica da entidade proprietária – 2017*

NUTS II	Total (%)	Respostas de entidades lucrativas (%)	Respostas de entidades não lucrativas (%)
Norte	35,7	21,3	37,2
Centro	23,3	9,3	24,7
Área Metropolitana de Lisboa	29,5	61,4	26,1
Alentejo	7,2	2,1	7,7
Algarve	4,4	5,9	4,2
Continente	100,0	100,0	100,0

Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

### 3.2 Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência

As respostas sociais direcionadas às **Pessoas com Deficiência ou Incapacidade** têm por objetivo a promoção da autonomia, a participação e a inclusão social destas pessoas. O **Centro de Atividades Ocupacionais (CAO)**, o **Lar Residencial**, a **Residência Autónoma** e o **Serviço de Apoio Domiciliário para Pessoas com Deficiência** constituem as respostas dirigidas a este grupo-alvo com maior representatividade. Do universo de respostas que visam o apoio a Pessoas com Deficiência e Incapacidade são de destacar ainda, o **Apoio em Regime Ambulatório**, a **Intervenção Precoce**, o **Lar de Apoio** e o **Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação para Pessoas com Deficiência e Incapacidade (CAARPD)**.

#### 3.2.1. Número de respostas sociais

A análise à evolução do número de respostas sociais dirigidas a pessoas com deficiência comprova um crescimento de 81 % no período 2000-2017. O Lar Residencial e o CAO são as respostas que tinham maior expressão neste conjunto, sendo que em 2017 representavam cerca de 70 % do total de respostas para este grupo-alvo.

Em 2017, por comparação a 2000, o Lar Residencial registou uma taxa de crescimento de 134 % e a resposta CAO de 79 %.

Figura 46 – Evolução do número de respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência, Continente – 2000-2017

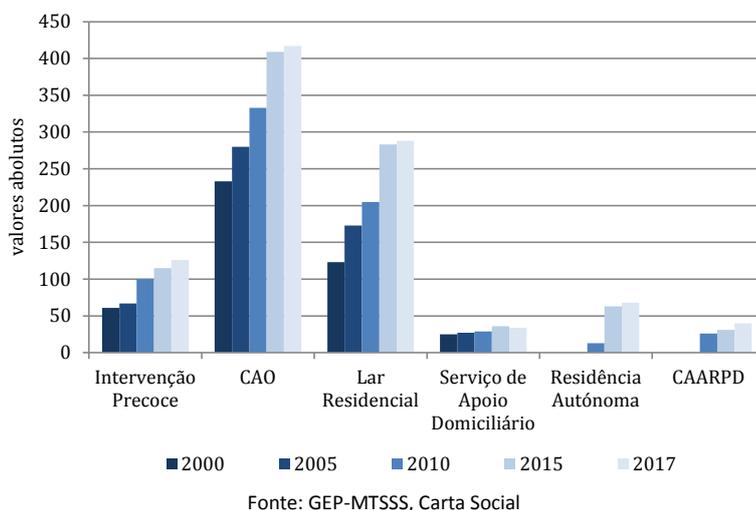
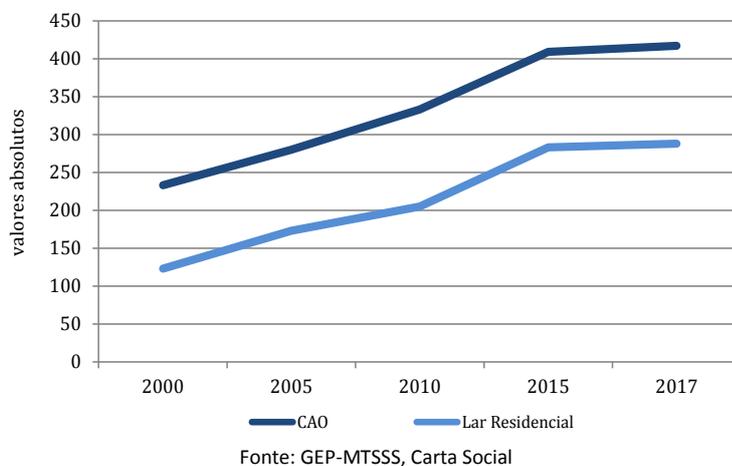


Figura 47 – Evolução do número de respostas sociais CAO e Lar Residencial, Continente – 2000-2017

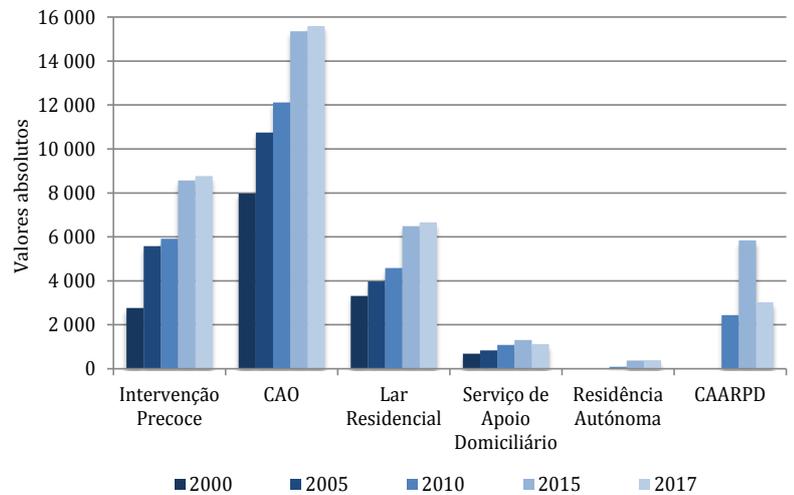


### 3.2.2. Capacidade

A evolução da capacidade das respostas dirigidas a Pessoas com Deficiência tem acompanhado o crescimento das respostas. Entre 2000 e 2017, o universo de respostas dirigidas a este grupo-alvo registou um crescimento de 115 % (+ 40 200 lugares), aproximadamente.

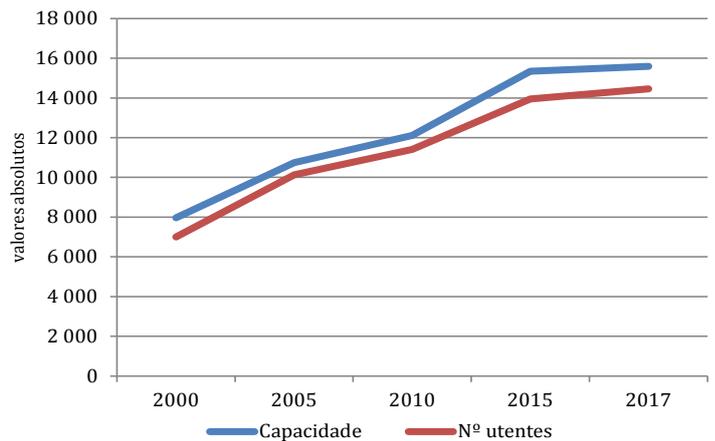
A resposta CAO, que desempenha um papel muito importante na capacitação e inclusão da pessoa com deficiência, constituía a resposta que maior capacidade apresentava, sendo que, em 2017, dos cerca de 15 600 lugares existentes, 14 500 lugares estavam em utilização.

Figura 48 – Evolução da capacidade das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência, Continente – 2000-2017



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 49 – Evolução da capacidade e do n.º de utentes da resposta social CAO, Continente – 2000-2017

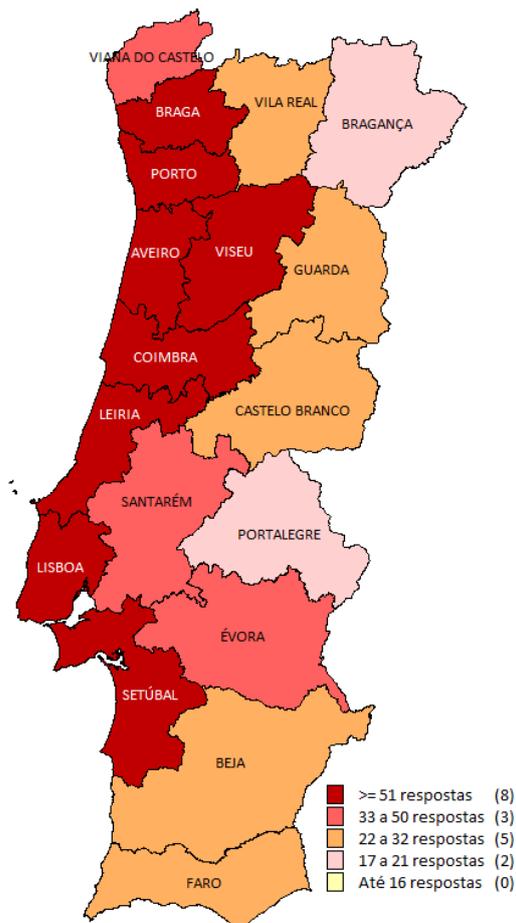


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

### 3.2.3. Distribuição territorial

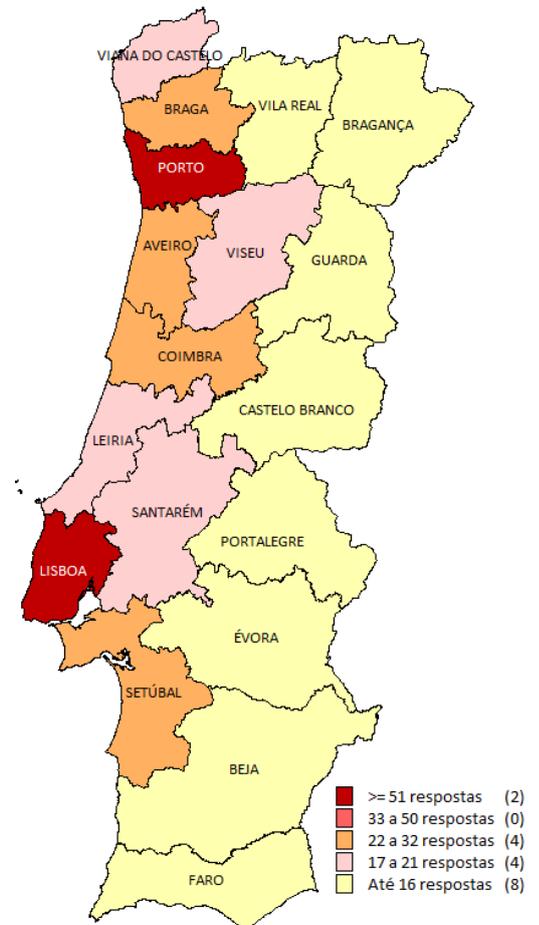
As respostas que visam o apoio a pessoas com deficiência, embora se encontrem implementadas por todo o território continental, concentravam-se em maior número no litoral. Os distritos de Braga, Porto, Aveiro, Viseu, Coimbra, Leiria, Lisboa e Setúbal reuniam, em 2017, 71 % da oferta total de respostas para esta população. Relativamente à resposta de CAO, os distritos de Lisboa e Porto registaram 39 % da oferta.

Figura 50 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência, por distrito – 2017



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 51 – Distribuição territorial da resposta social Centro de Atividades Ocupacionais (CAO), por distrito – 2017



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

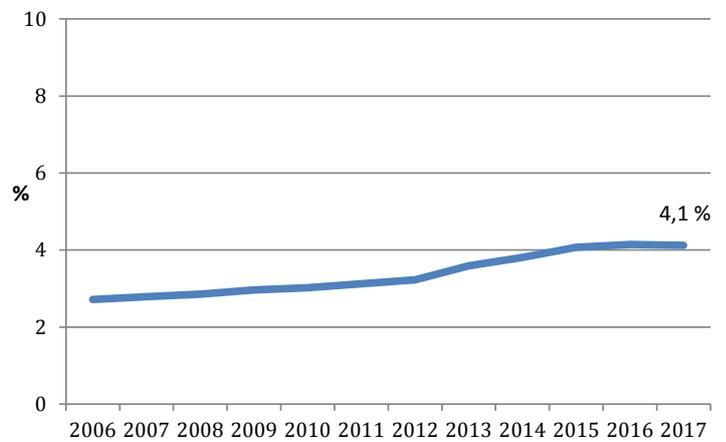
### 3.2.4. Taxa de cobertura

A taxa de cobertura das principais respostas para crianças, jovens e adultos com deficiência, que revela desde 2006 um aumento, fixou-se em 2017, à semelhança do ano anterior, em 4,1 %.

Em termos territoriais, é de realçar que onze distritos do Continente apresentavam uma taxa de cobertura acima da média (4,1 %).

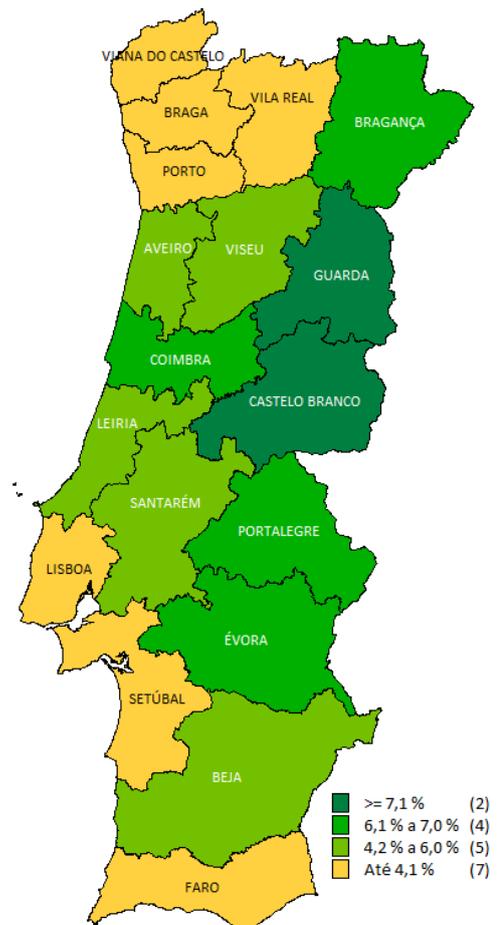
De referir, ainda, que as áreas metropolitanas do Porto e Lisboa, assim como a região algarvia, registavam as taxas de cobertura mais baixas deste tipo de respostas.

**Figura 52 – Evolução da Taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade, Continente – 2006-2017**



Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2017  
GEP-MTSSS, Carta Social

**Figura 53 – Taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade, distrito – 2017**

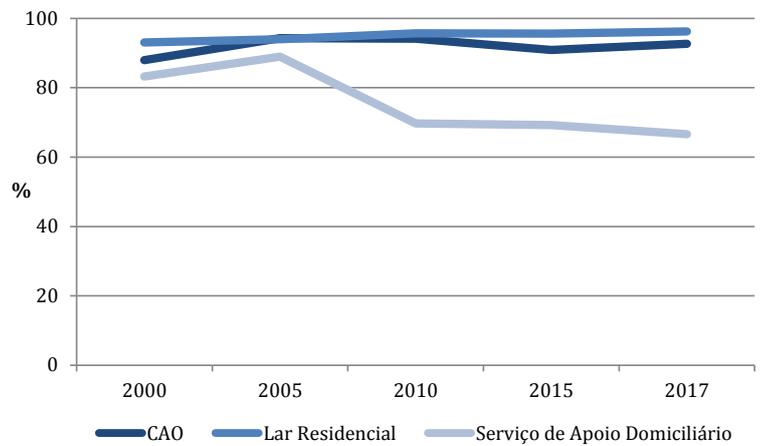


Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2017  
GEP-MTSSS, Carta Social

3.2.5. Taxa de utilização

Ao longo do período em análise (2000-2017), tem-se verificado uma elevada utilização das respostas que visam o apoio a pessoas com deficiência. À exceção do Serviço de Apoio Domiciliário (66,6 %), que, em 2017, registou uma taxa de utilização abaixo de 70 %, as restantes respostas apresentaram taxas acima dos 90 %, traduzindo a elevada procura por este tipo de apoio.

Figura 54 – Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade, Continente – 2000-2017

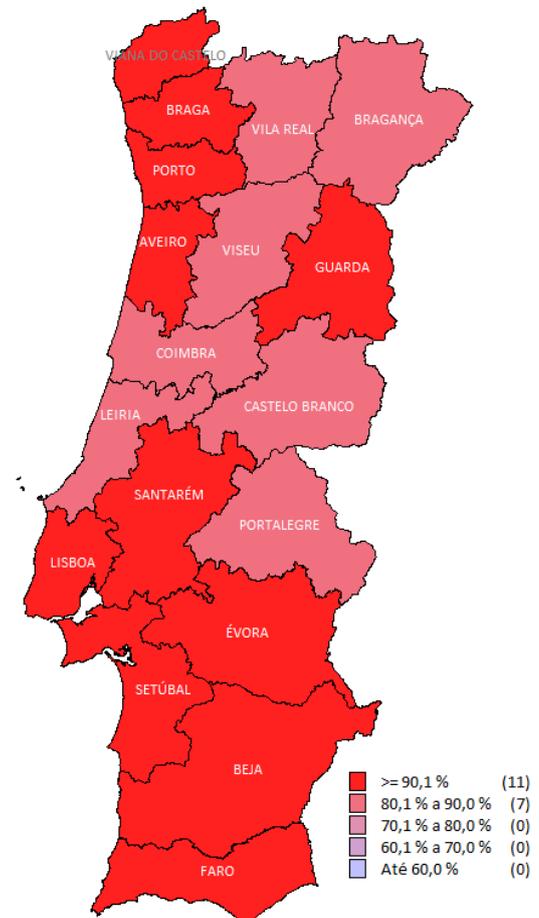


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

A análise à distribuição territorial da taxa de utilização destas respostas confirmava a existência de elevados níveis de ocupação por todo o território continental.

Figura 55 – Taxa de utilização das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade, por distrito – 2017

Os distritos localizados nas áreas metropolitanas do Porto e Lisboa, assim como nas regiões do Alentejo e Algarve, registaram as maiores taxas de utilização tendo em conta a baixa oferta que apresentavam.

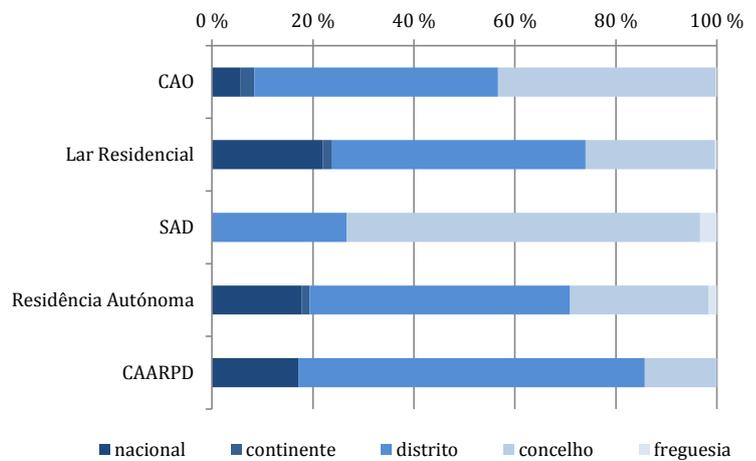


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

3.2.6. Funcionamento

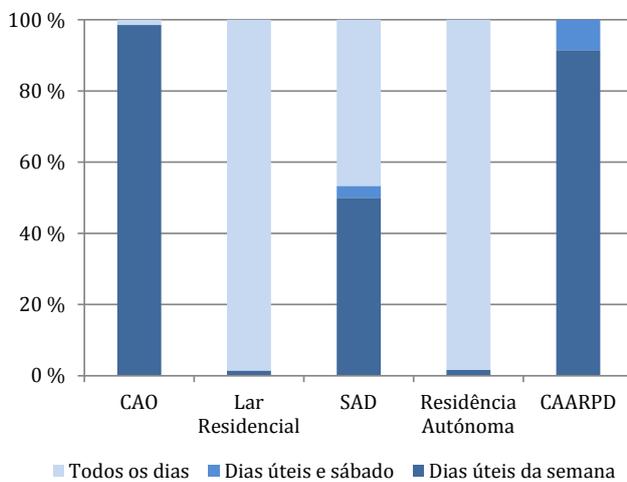
As respostas sociais dirigidas a crianças, jovens e adultos com deficiência tinham, em 2017, uma abrangência maioritariamente supraconcelhia, refletindo o raio de implantação destas respostas. A resposta SAD, enquanto resposta de proximidade apoiava maioritariamente (73,3 %) utentes da própria freguesia ou concelho onde o equipamento está instalado.

Figura 56 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade por âmbito geográfico de funcionamento, Continente – 2017



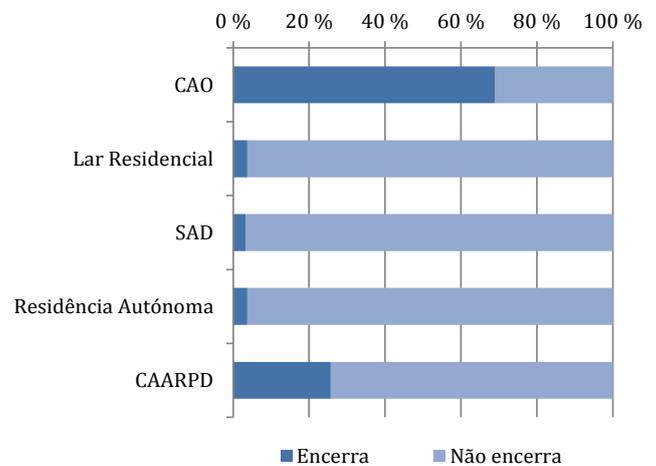
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 58 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade por período de funcionamento, Continente – 2017



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 57 – Distribuição percentual das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade com encerramento para férias, Continente – 2017

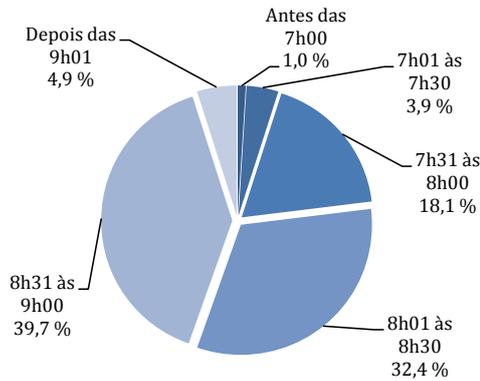


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Quanto ao período de funcionamento, enquanto as respostas CAO, SAD e CAARPD funcionavam, essencialmente, de segunda a sexta-feira, o Lar Residencial e a Residência Autónoma, destinadas ao alojamento de pessoas com deficiência ou incapacidade que não podem residir no meio familiar, estavam em funcionamento sete dias por semana, para além de não encerrarem para férias. É de salientar que quase 70 % dos CAO encerrou para férias.

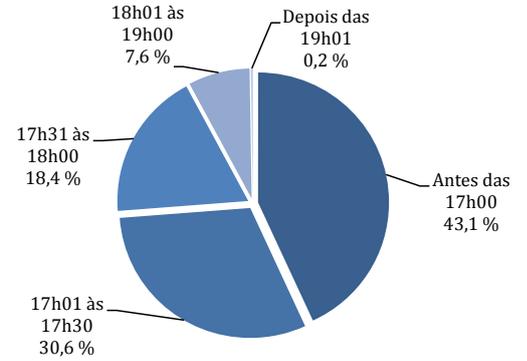
No que diz respeito ao horário de abertura e encerramento da resposta CAO, em 2017, o período entre as 8h01 e as 9h00 da manhã era o mais frequente (72,1 %) para abertura, enquanto que o término das atividades ocorria em 73,8 % das respostas até às 17h30, o que traduz uma oferta reduzida de horários alargados.

Figura 59 – Distribuição percentual dos CAO por horário de abertura, Continente – 2017



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

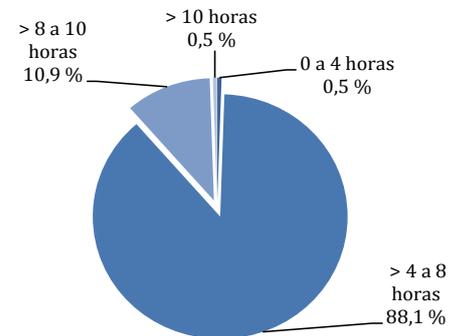
Figura 60 – Distribuição percentual dos CAO por horário de encerramento, Continente – 2017



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Em 2017, a frequência média diária dos utentes em CAO em 88,1 % das respostas variava entre 4 a 8 horas. De referir, contudo, que em 11,4 % das respostas a frequência média ultrapassou as 8 horas diárias.

Figura 61 – Distribuição percentual dos CAO por tempo médio de frequência diária dos utentes, Continente – 2017



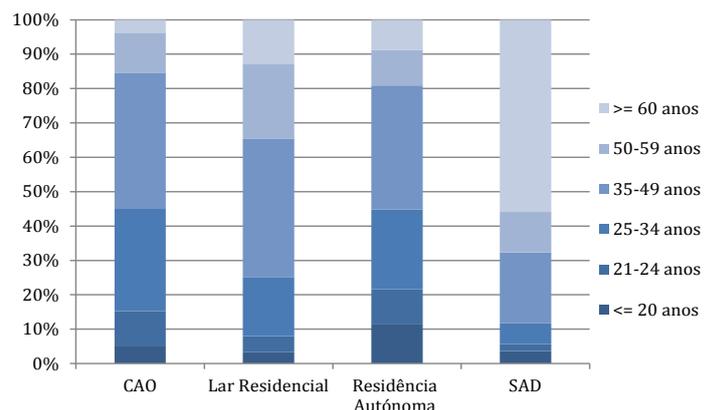
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

### 3.2.7. Caracterização dos utentes

À semelhança dos anos anteriores, a distribuição percentual dos utentes das respostas dirigidas à população com deficiência por escalão etário evidenciava as diferenças na população-alvo de cada resposta social.

Enquanto o universo de utentes que frequentava as respostas CAO e

Figura 62 – Distribuição percentual dos utentes em respostas sociais para Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade por escalão etário, Continente – 2017

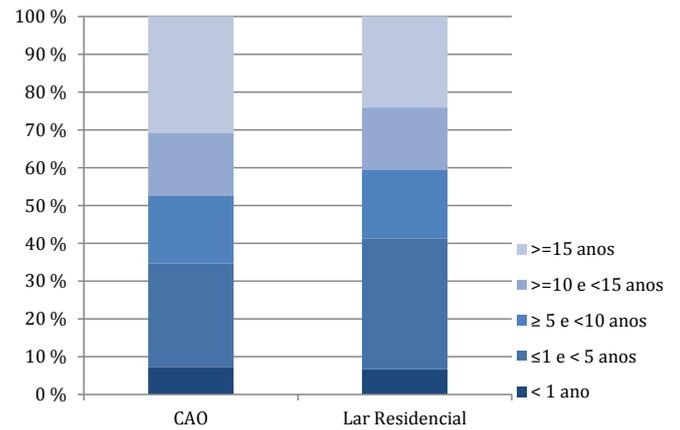


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Residência Autônoma era composto maioritariamente (69,4% e 59,2 %, respetivamente) por utentes entre 25 e 49 anos, a grande maioria dos utentes em Lar Residencial e SAD (74,8 % e 88,3 %, respetivamente) tinha mais de 35 anos. É de destacar, ainda, que à exceção de SAD, o escalão etário dos 35-49 anos era, em 2017, o mais representado em todas as respostas.

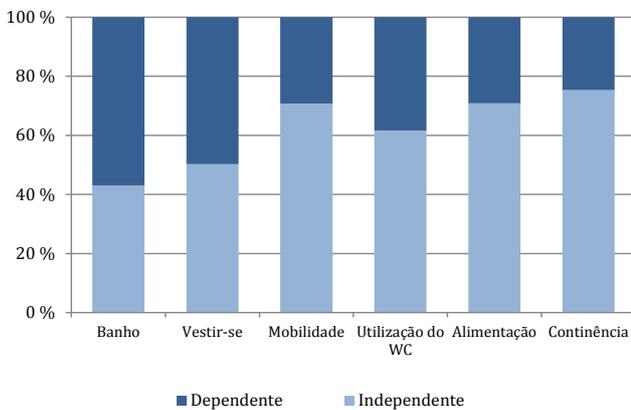
Relativamente ao tempo de permanência dos utentes nas respostas, desde que deram entrada nas mesmas, observava-se, por um lado, um peso relativo importante de utentes que frequenta/permanece nas respostas CAO e Lar Residencial entre 1 e 5 anos (27,4 % e 34,6 %, respetivamente), e por outro, uma percentagem não menos importante de utentes com uma permanência nas respostas superior a 15 anos (30,8 % e 24,1 %, respetivamente).

Figura 63 – Distribuição percentual dos utentes em respostas para Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência ou Incapacidade por tempo de permanência, Continente – 2017



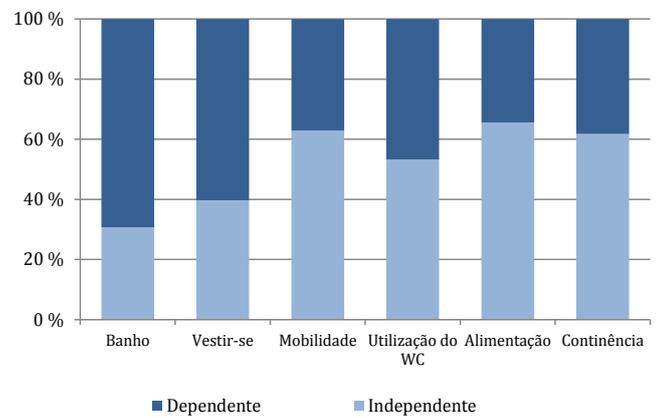
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 64 – Distribuição percentual dos utentes em CAO por capacidade de realização de Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD), Continente – 2017



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 65 – Distribuição percentual dos utentes em Lar Residencial por capacidade de realização de Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD), Continente – 2017



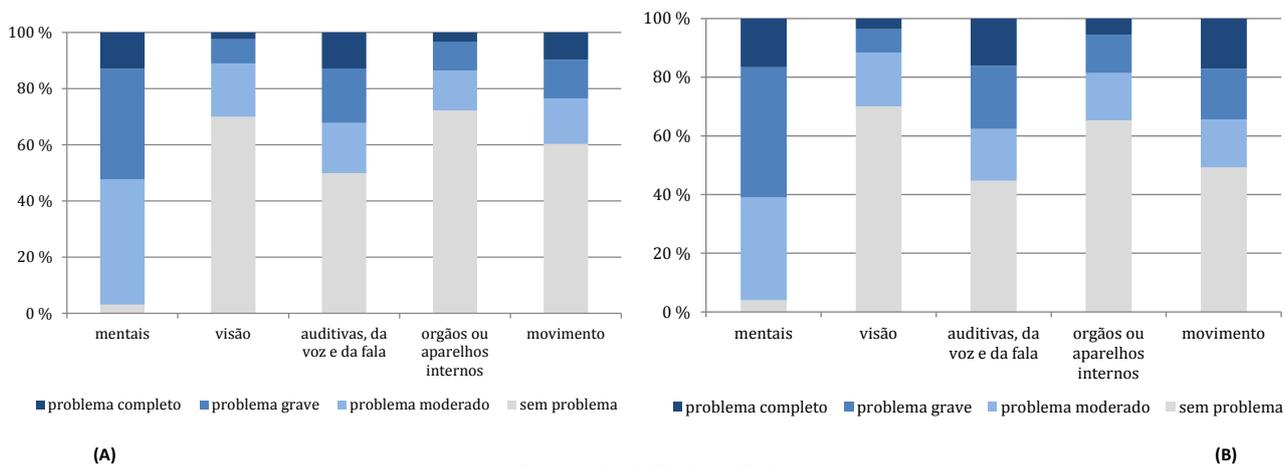
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

A análise à capacidade de realização de atividades básicas da vida diária (ABVD)<sup>10</sup> dos utentes que frequentam respostas sociais destinadas a pessoas com deficiência foi possível verificar que a maioria (61,9 %) dos utentes de CAO caracterizados eram

<sup>10</sup>Na questão sobre as Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD) (Banho, Vestir-se, Utilização do WC, Mobilidade, Alimentação e Continência) procura-se aferir em que medida a incapacidade apresentada pelos utentes limita o desempenho de atividades (relacionadas com o autocuidado) de forma autónoma.

independentes no desenvolvimento da quase totalidade (5 atividades no total das 6) das atividades avaliadas. Embora os níveis de dependência sejam superiores, 52,3 % dos utentes de Lar Residencial caracterizados desempenhavam de forma autónoma 4 das 6 atividades indicadas.

Figura 66 – Distribuição percentual dos utentes em CAO (A) e em Lar Residencial (B) por existência de problemas nas funções do corpo, Continente – 2017

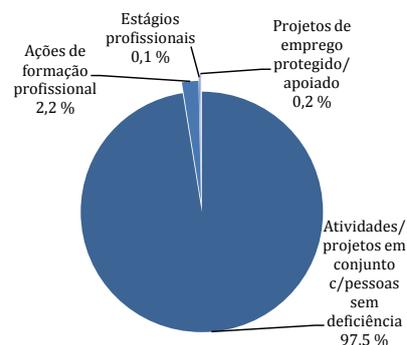


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Os problemas nas funções mentais continuavam a ser os mais frequentes nos utentes que frequentavam as respostas dirigidas a este grupo-alvo, designadamente CAO e Lar Residencial (96,9 % e 96,0 %, respetivamente), associando-se, por vezes, a problemas nas funções auditivas, da voz e da fala, e do movimento, nomeadamente em situações de paralisia cerebral, trissomias e perturbações do desenvolvimento, entre outras.

Do universo de utentes que frequentavam a resposta CAO em 2017, a maioria (51,3 %) participou nas atividades/projetos de inclusão na sociedade consideradas. Do conjunto de utentes envolvidos em atividades, 97,5 % participou em ações com pessoas sem deficiência.

Figura 67 – Distribuição percentual dos utentes em CAO com participação em atividades/projetos de inclusão na sociedade, Continente – 2017



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

### 3.3 Pessoas Idosas<sup>11</sup>

A **Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)**, o **Centro de Dia** e o **Serviço de Apoio Domiciliário para idosos (SAD)** consistem nas **respostas sociais** com maior representatividade no âmbito da RSES **dirigidas às Pessoas Idosas**. Para além da satisfação das Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD) e das Atividades Instrumentais da Vida Diária (AIVD) dos utentes, as respostas destinadas a esta população-alvo visam a promoção, a inclusão e a participação na comunidade, independentemente do maior ou menor grau de autonomia/dependência do idoso e de este se encontrar a residir na sua habitação ou numa instituição. Do universo de respostas que visam o apoio a Pessoas Idosas são de destacar, ainda, o **Centro de Convívio**, o **Centro de Noite** e o **Acolhimento Familiar para Pessoas Idosas**.

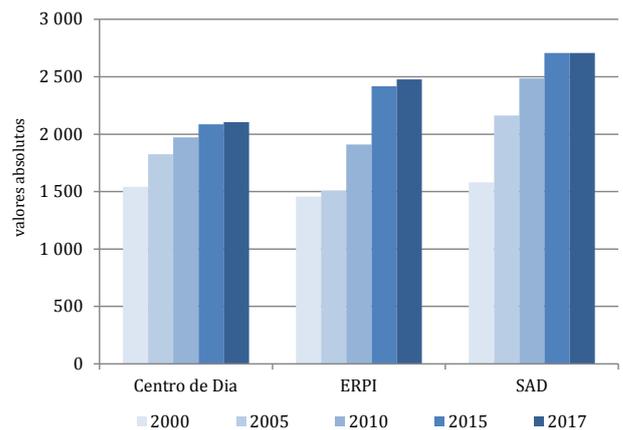
#### 3.3.1. Número de respostas sociais

As principais respostas dirigidas à população idosa têm verificado um desenvolvimento assinalável (59 %) desde 2000, traduzindo um aumento superior a 2700 novas respostas.

As respostas ERPI e SAD foram as que, neste domínio, mais cresceram em 2017 (70 % e 71 %, respetivamente) por comparação a 2000, e as que apresentavam maior oferta.

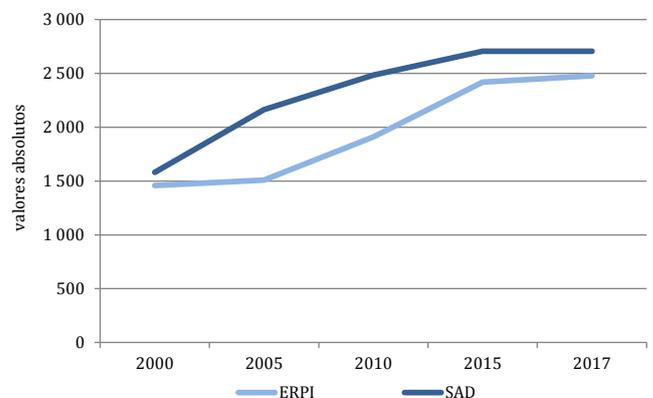
Em 2017, contabilizaram-se cerca de 7300 respostas de ERPI, SAD e Centro de Dia no território continental, das quais 37 % correspondiam a SAD.

Figura 68 – Evolução do número de respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2000-2017



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 69 – Evolução do número de respostas sociais ERPI e SAD, Continente – 2000-2017



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

<sup>11</sup> A análise do grupo-alvo Pessoas Idosas integra as respostas para Pessoas em Situação de Dependência.

### 3.3.2. Capacidade

O número de lugares/capacidade nas principais respostas para as Pessoas Idosas revelou um incremento (74 %) ao longo do período de análise (2000-2017), em linha com o aumento do número de respostas.

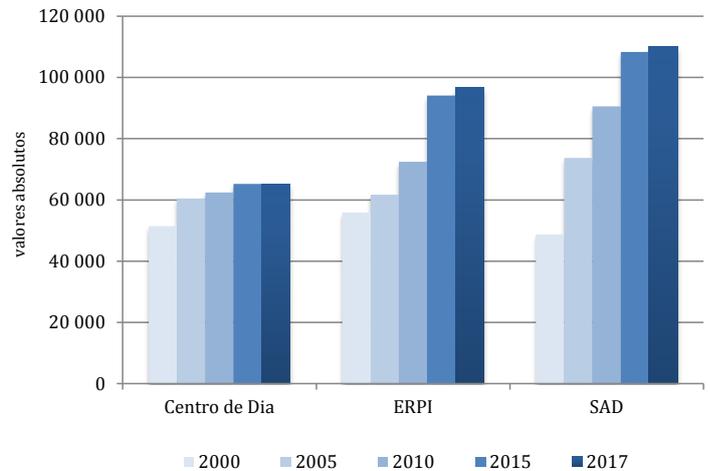
Em 2017, por relação ao ano de 2000, contabilizaram-se mais 116 000 novos lugares, totalizando cerca de 272 000 lugares.

O SAD constitui a resposta, no conjunto das principais respostas que visam o apoio a idosos, que apresentava maior oferta de lugares (40,4 %), contabilizando, em 2017, 110 000 lugares, sensivelmente.

À semelhança do número de lugares, o número de utentes que recebem apoio da resposta SAD tem revelado um crescimento, porém a um ritmo mais moderado.

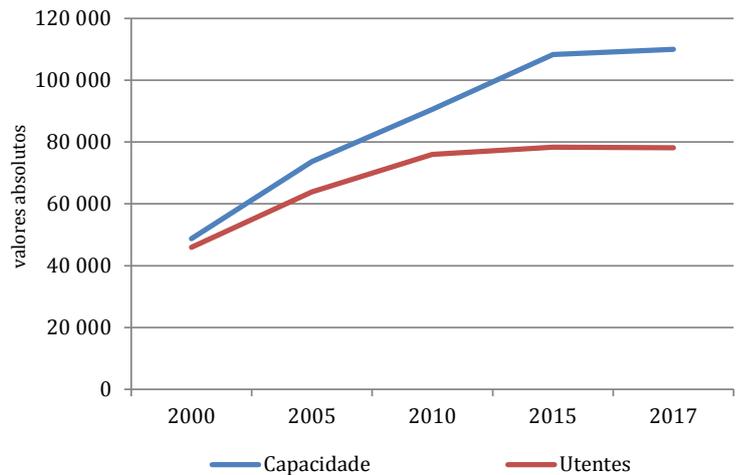
De referir, ainda, que, em 2017, 63 % do número total de lugares em SAD estavam abrangidos por acordos de cooperação<sup>12</sup>.

Figura 70 – Evolução da capacidade das respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2000-2017



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

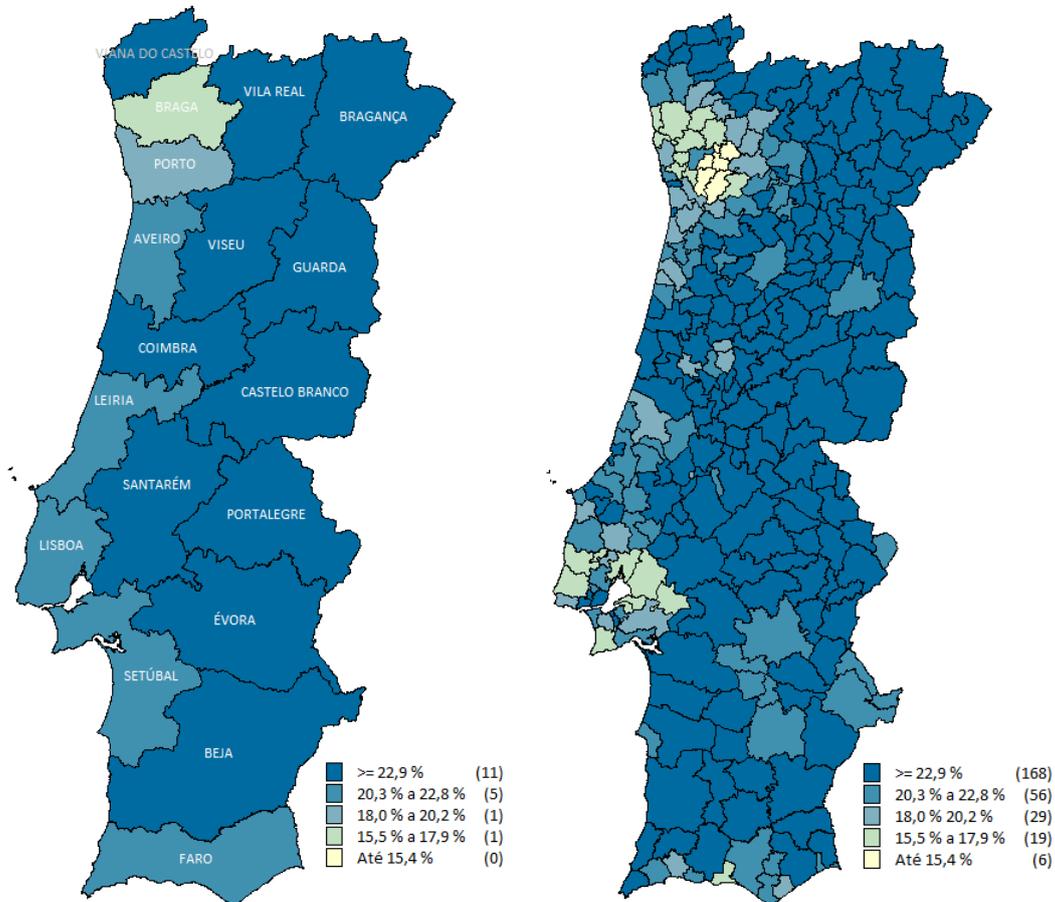
Figura 71 – Evolução da capacidade e do n.º de utentes da resposta social SAD, Continente – 2000-2017



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

<sup>12</sup> O Protocolo de Cooperação estabelecido bianualmente entre os Ministérios da Educação (ME), do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) e da Saúde (MS) e as entidades que compõem o setor social e solidário, representados pela União das Misericórdias Portuguesas (UMP), a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), a União das Mutualidades Portuguesas (UM) e a CONFECOOP - Confederação Cooperativa Portuguesa, CCRL, atento ao Decreto-Lei n.º 143/2017, define o valor de comparticipação financeira pago por utente/mês em cada uma das respostas abrangidas pelo Protocolo.

## 3.3.3. Distribuição territorial

Figura 72 – Relação entre a População Idosa ( $\geq 65$  anos) e a População Total, por distrito e por concelho – 2017

Fonte: INE, Estimativas da População Residente 2017.

O peso relativo da população residente com 65 ou mais anos na população total tem-se intensificado ao longo dos anos, representando, em 2017, 21,8 % da população total do Continente (em 2000 era 16,5 %). Dos dezoito distritos do território continental, doze registavam, em 2017, um peso relativo de população com 65 ou mais anos superior à média do Continente (21,8 %).

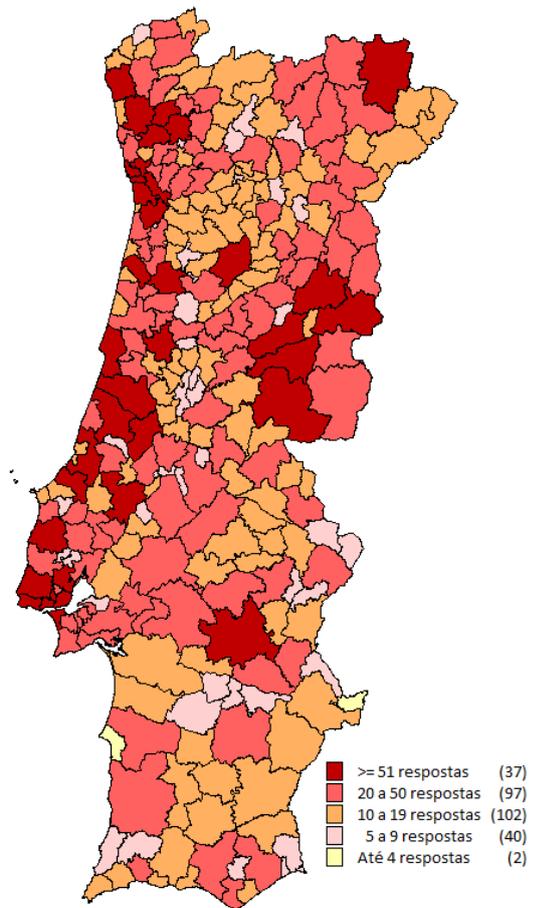
Em termos de distribuição territorial, os distritos localizados ao longo da faixa litoral, sobretudo em torno das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, constituem os territórios que apresentavam uma menor proporção de população idosa, contrastando com os distritos do interior do país.

Em 2017, as respostas sociais dirigidas a esta população-alvo encontravam-se bastante disseminadas por todo o território continental, conforme é visível no mapa seguinte. É de destacar que todos os concelhos do Continente apresentavam algum tipo oferta para este grupo, sendo que, dos 278 concelhos, 236 dispunham de 10 ou mais respostas sociais para os mais idosos.

A prestação de serviços no domicílio, desenvolvida pela resposta SAD, estava disponível, em 2017, em todos os concelhos do Continente, embora em maior número na região Norte, o que evidencia a expansão que esta resposta tem conhecido.

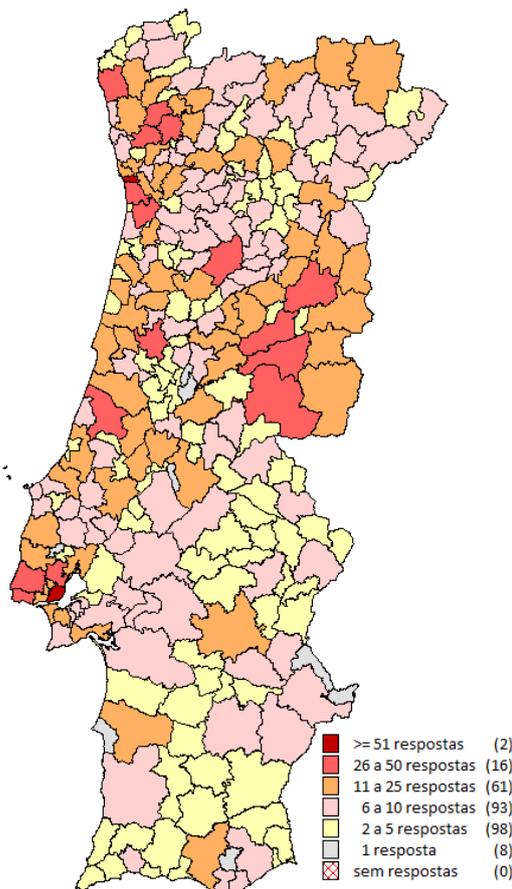
De referir, ainda, que a oferta de SAD por parte de entidades da rede solidária é maioritária em todos os distritos, apenas os distritos do Porto e Lisboa apresentavam, em 2017, uma oferta já significativa (acima de 20 %) de respostas da rede lucrativa.

Figura 73 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho – 2017



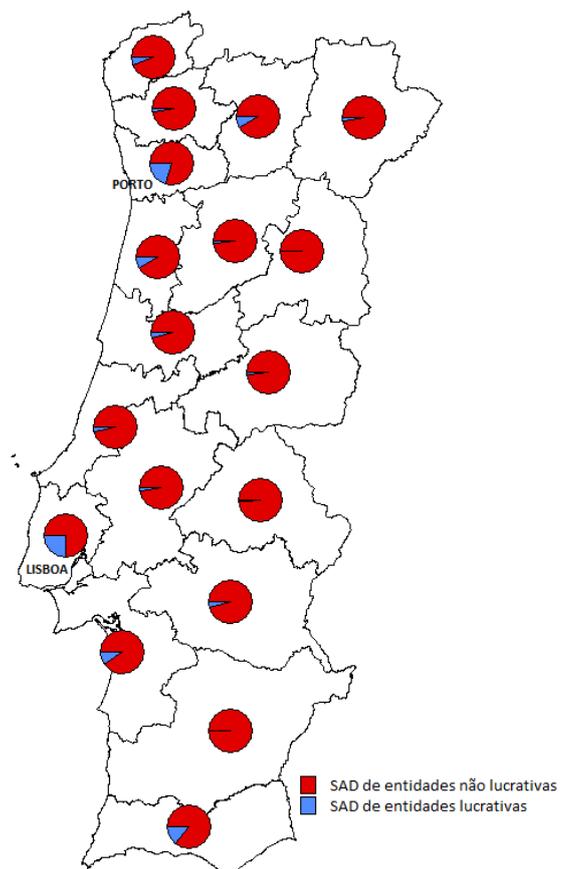
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 74 – Distribuição territorial da resposta social SAD, por concelho – 2017



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 75 – Distribuição percentual da resposta social SAD, por natureza jurídica da entidade proprietária e distrito – 2017



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

### 3.3.4. Taxa de cobertura

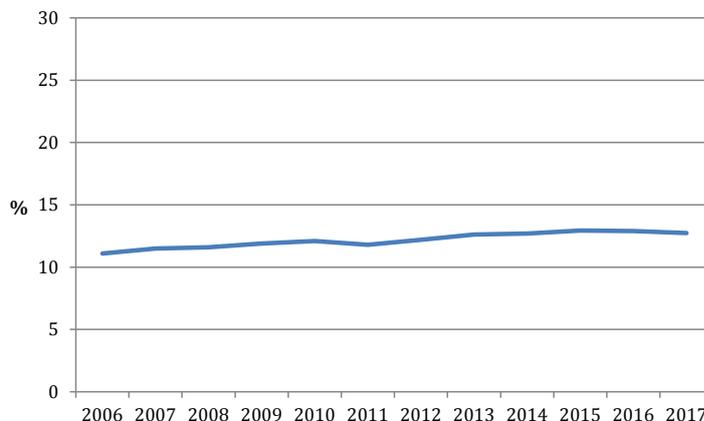
A cobertura de respostas para as Pessoas Idosas tem evoluído de forma positiva nos últimos dez anos, porém o aumento acelerado da população com 65 ou mais anos tem condicionado o crescimento da taxa de cobertura<sup>13</sup> destas respostas.

Em 2017, a taxa de cobertura média no Continente das principais respostas que visam o apoio à população idosa cifrou-se em 12,7 %, refletindo uma taxa de crescimento de 14,7 % por comparação a 2006.

Em termos territoriais, é de destacar que 65 % dos concelhos do território continental apresentava uma taxa de cobertura acima da média (12,7 %).

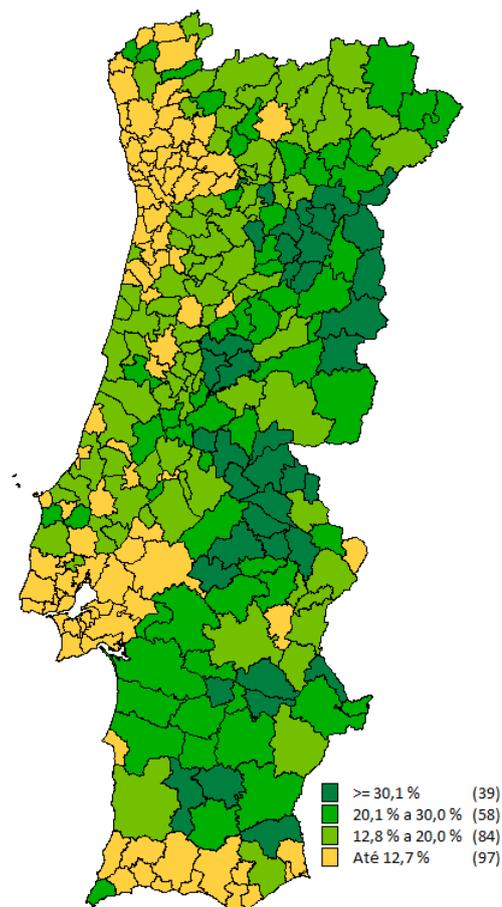
De referir, ainda, que as áreas metropolitanas do Porto e Lisboa, assim como a região algarvia, apresentavam, em 2017, na maioria dos seus concelhos, taxas de cobertura abaixo da média.

Figura 76 – Evolução da taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2006-2017



Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2017  
GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 77 – Taxa de cobertura das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho – 2017



Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2017  
GEP-MTSSS, Carta Social

<sup>13</sup> Para o cálculo da taxa de cobertura são considerados o número total de lugares existentes e a população de referência da(s) resposta(s) em análise.

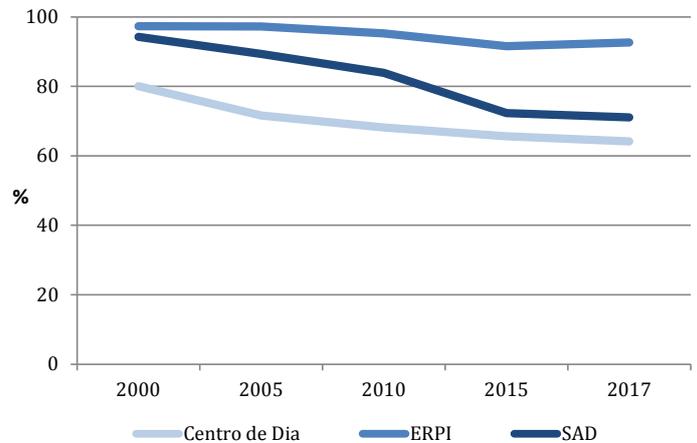
### 3.3.5. Taxa de utilização

A utilização das respostas sociais dirigidas à população idosa registou um abrandamento ao longo do período de análise (2000-2017), sendo que, em 2017, a taxa de utilização<sup>14</sup> média das principais respostas fixou-se em 77,1 %. São notórias, contudo, diferenças significativas entre as diferentes respostas, enquanto a resposta ERPI continuava a apresentar taxas de ocupação acima de 90 %, fixando-se, em 2017, em 92,6 %, as respostas SAD e Centro de Dia revelavam ocupações médias abaixo de 75 % (71,1 % e 64,2 %, respetivamente, em 2017).

O aumento das necessidades dos utentes, associadas à aceleração do envelhecimento da população, transferindo a procura para respostas que implicam a institucionalização, designadamente para ERPI ou para unidades da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), poderá, à semelhança de anos anteriores, constituir uma das explicações para os decréscimos observados.

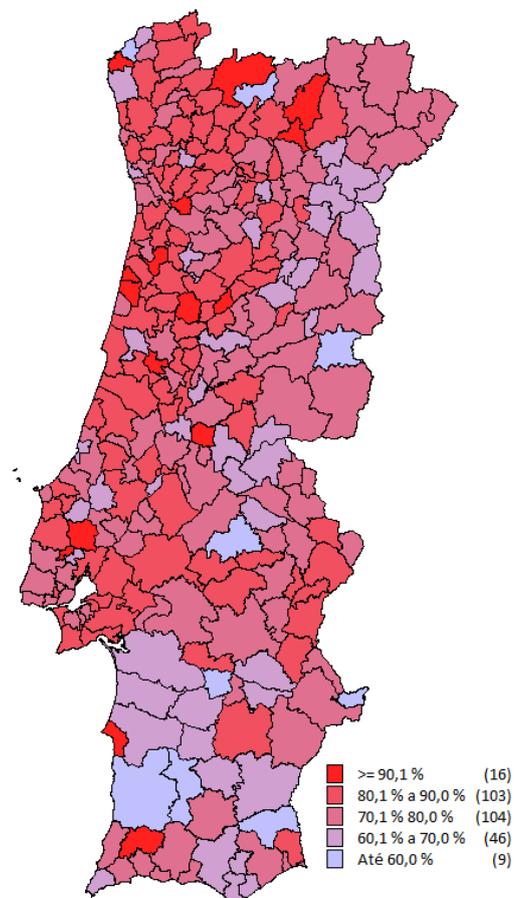
A nível territorial, é observável uma maior ocupação das respostas para pessoas idosas na região Norte. Destaque-se, ainda, que em 119 concelhos, dos 278 do território continental, as taxas de utilização de fixaram-se, em 2017, acima de 80 %.

Figura 78 – Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente – 2000-2017



Fonte: GEP-MTSS, Carta Social

Figura 79 – Taxa de utilização das principais respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho – 2017

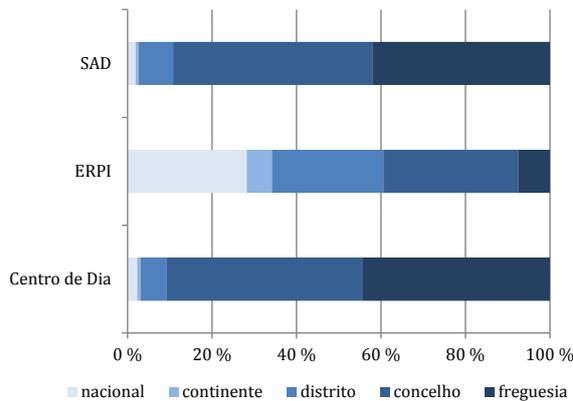


Fonte: GEP-MTSS, Carta Social

<sup>14</sup> Para o cálculo da taxa de utilização são considerados o número total de utentes e o número total de lugares existentes da(s) resposta(s) em análise.

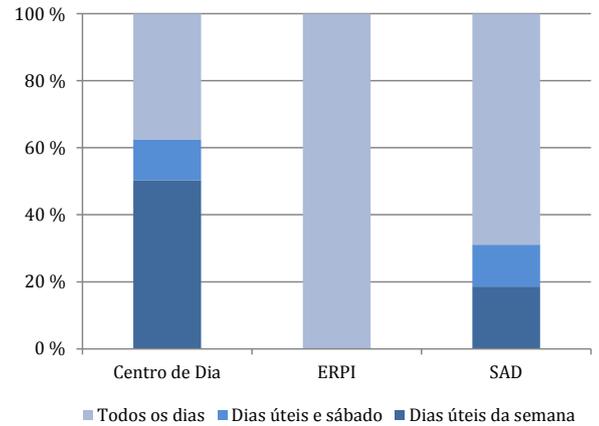
3.3.6. Funcionamento

Figura 80 – Distribuição percentual das respostas para as Pessoas Idosas por âmbito geográfico de funcionamento, Continente – 2017



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 81 – Distribuição percentual das respostas para as Pessoas Idosas por período de funcionamento, Continente – 2017



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

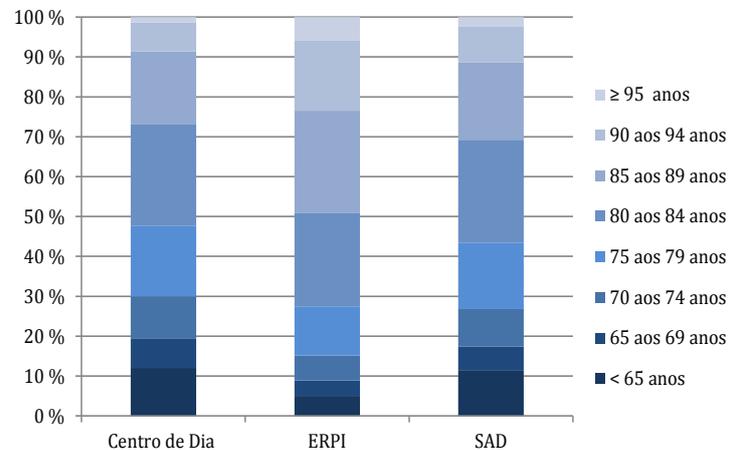
As respostas dirigidas à população idosa acolhiam, em 2017, maioritariamente utentes provenientes da própria freguesia ou concelho de implantação do equipamento, à exceção da resposta ERPI onde os utentes oriundos de outros concelhos ou distritos tinham um peso percentual de cerca de 60 %, traduzindo um raio de abrangência mais alargado.

No que concerne ao período de funcionamento, enquanto uma parte significativa das respostas de Centro de Dia, ainda, tende a funcionar apenas nos dias úteis (50,3 %), cerca de 69 % dos SAD opera todos os dias da semana. A resposta ERPI, atendendo ao objetivo a que se destina funciona durante todos os dias da semana.

3.3.7. Caracterização dos utentes

A distribuição etária dos utentes das respostas dirigidas à população idosa difere de resposta para resposta. Cerca de 48 % do universo dos utentes que frequentava a resposta social Centro de Dia e 43,4 % dos utentes de SAD era constituído, em 2017, por utentes com idade inferior a 80 anos, contrastando com o público-alvo da resposta ERPI que era composto maioritariamente (72,5 %) por idosos com 80 ou mais anos.

Figura 82 – Distribuição percentual dos utentes em respostas sociais para as Pessoas Idosas por escalão etário, Continente – 2017



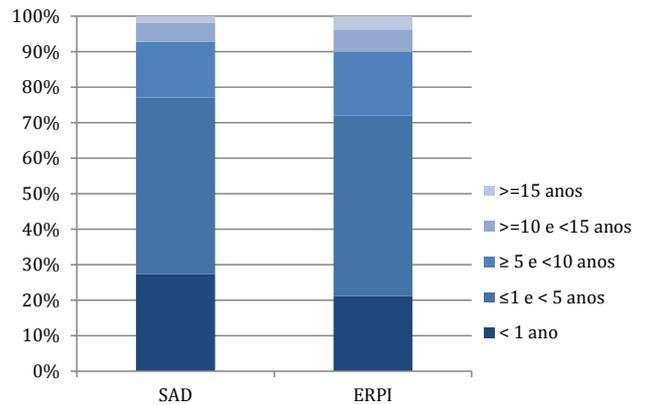
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Mais de 70 % dos utentes que frequentavam respostas sociais para Pessoas Idosas, em 2017, utilizava a resposta no máximo há 5 anos. É de destacar, todavia, que cerca de 10 % dos utentes de ERPI já permanecia na resposta há 10 ou mais anos.

Relativamente ao nível de incapacidade, observam-se claras diferenças que distinguem os utentes de Centro de Dia, ERPI e SAD.

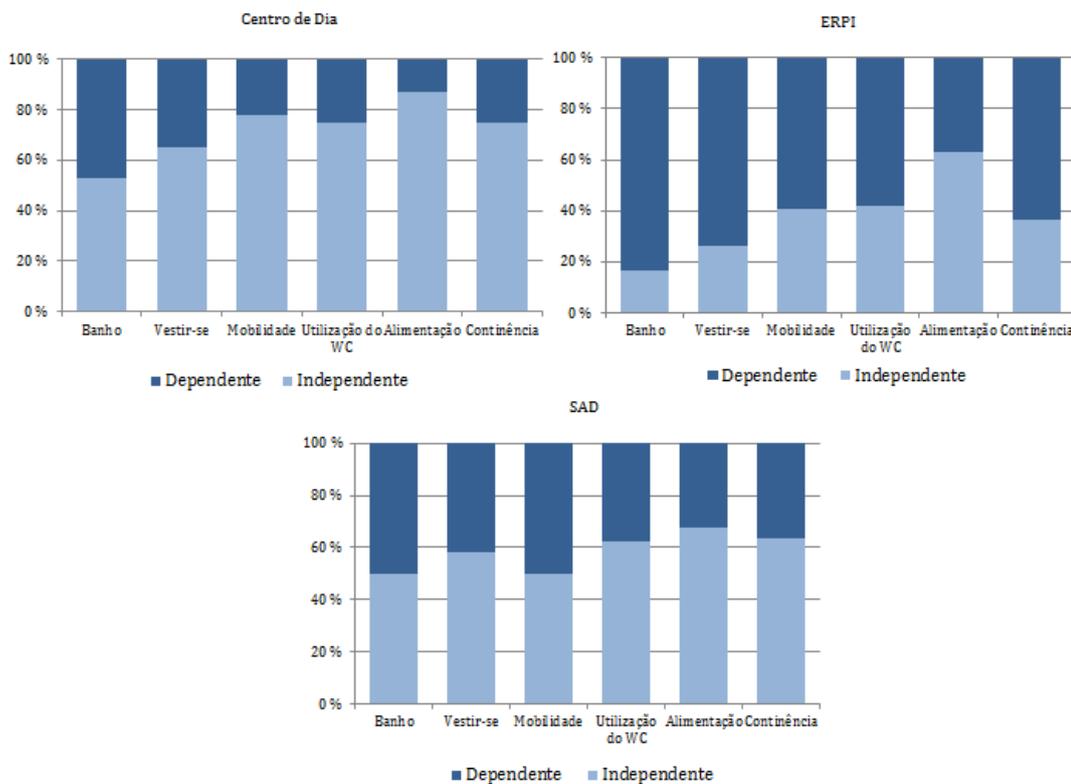
A análise da capacidade de realização de ABVD<sup>15</sup> sugere níveis de dependência elevados na resposta ERPI em todas as atividades avaliadas, por oposição às restantes respostas, nas quais a maioria dos utentes é independente na generalidade das atividades avaliadas.

Figura 83 – Distribuição percentual dos utentes em respostas sociais para as Pessoas Idosas por tempo de permanência na resposta, Continente – 2017



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

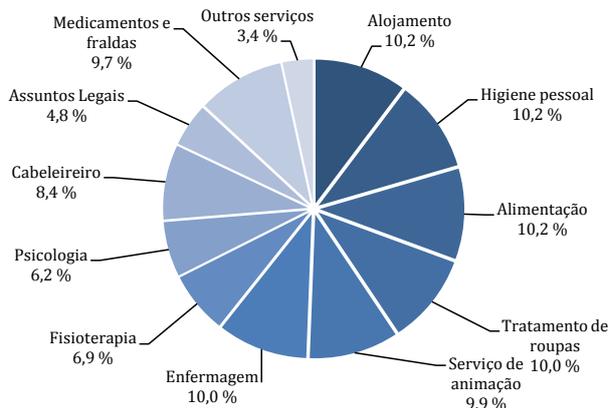
Figura 84 – Distribuição percentual dos utentes em Centro de Dia, ERPI e SAD por capacidade de realização de Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD), Continente – 2017



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

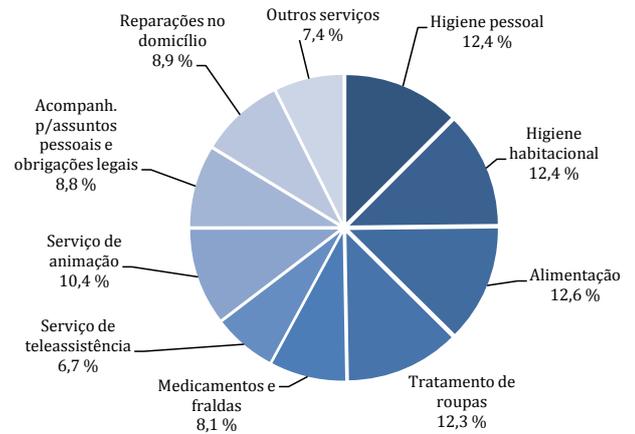
<sup>15</sup> Na questão sobre as Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD) (Banho, Vestir-se, Utilização do WC, Mobilidade, Alimentação e Continência) procura-se aferir em que medida a incapacidade apresentada pelos utentes limita o desempenho de atividades (relacionadas com o autocuidado) de forma autónoma.

Figura 85 – Distribuição percentual dos utentes em ERPI por serviços prestados, Continente – 2017



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 86 – Distribuição percentual dos utentes em SAD por serviços prestados, Continente – 2017



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

A oferta de serviços de apoio dirigidos a Pessoas Idosas tem crescido nos últimos anos, designadamente no âmbito das respostas ERPI e SAD. Nas respostas ERPI têm ganho expressão os serviços de fisioterapia, psicologia e de cabeleireiro, enquanto nos SAD, para além dos serviços de base, também já são disponibilizados em algumas respostas serviços de animação, acompanhamento dos utentes para resolução de assuntos pessoais e obrigações legais, reparações no domicílio e teleassistência.

### 3.4 Família e Comunidade

As **respostas sociais dirigidas à Família e Comunidade** têm como objetivo o apoio a pessoas e famílias que se encontrem em situação de vulnerabilidade, exclusão ou de marginalização social, quer através do apoio e acompanhamento social, quer através da minimização de situações de carência, podendo compreender um conjunto de ações integradas com vista à inserção social. O **Centro de Alojamento Temporário (CAT)**, a **Comunidade de Inserção** e a **Casa Abrigo** constituem algumas das respostas dirigidas a este grupo-alvo, de que ainda fazem parte o **Refeitório/Cantina Social**<sup>16</sup> e o **Atendimento/Acompanhamento Social**, entre outras respostas.

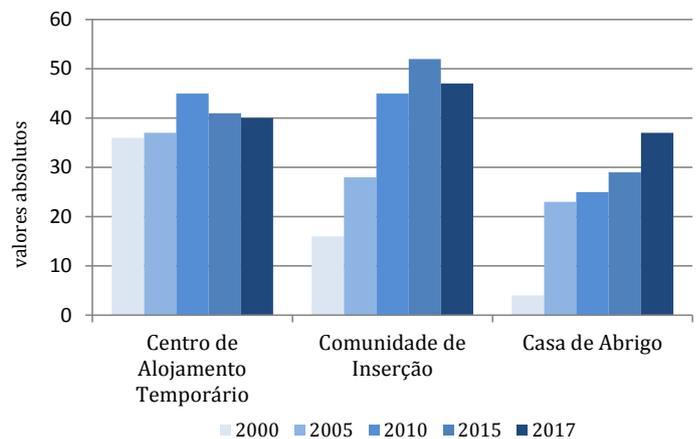
#### 3.4.1. Número de respostas sociais

A evolução do número de respostas de apoio à Família e Comunidade revelou um avanço significativo (192 %) entre 2000 e 2017, traduzindo-se em mais 250 novas respostas, totalizando em 2017 quatro centenas de respostas de apoio.

Destaque-se que as respostas que visam o apoio a esta população-alvo são desenvolvidas essencialmente por entidades não lucrativas com participação pública.

No conjunto das respostas em análise, a Comunidade de Inserção e a Casa Abrigo constituem as que maior desenvolvimento têm apresentado. Refira-se que as Casas Abrigo registaram em 2017, por comparação a 2000, um aumento superior a 30 novas respostas.

Figura 87 – Evolução das principais respostas sociais para a Família e Comunidade, Continente – 2000-2017



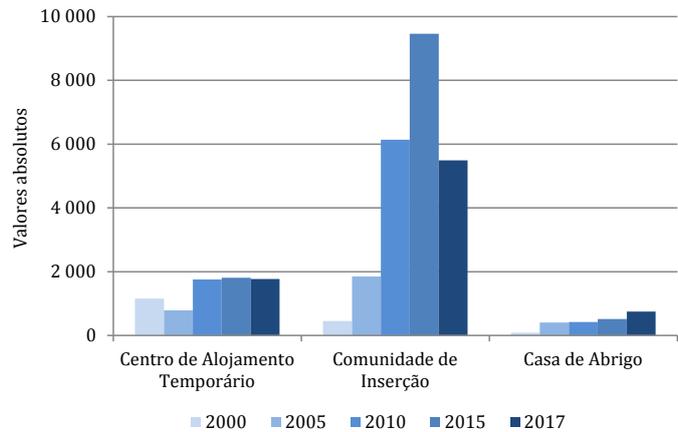
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

<sup>16</sup> Atendendo ao facto da informação obtida não ser precisa quanto à natureza da resposta, ou seja, se se trata de respostas instituídas, nos últimos anos, no âmbito da RSES e/ou de cantinas no quadro do Programa de Emergência Social (PES), optou-se por não se apresentar a informação relativa à resposta Refeitório/Cantina Social.

### 3.4.2. Capacidade

A capacidade das respostas dirigidas a este grupo-alvo tem acompanhado o aumento do número de respostas observado. A Comunidade de Inserção e a Casa Abrigo congregam o maior número de lugares, com destaque para a primeira, todavia enquanto a capacidade da Comunidade de Inserção tem apresentado alguma oscilação ao longo do período de análise, a capacidade da Casa de Abrigo tem mantido a tendência de subida, verificando-se, em 2017, um aumento de 46 % no número de lugares disponíveis face a 2015.

Figura 88 – Evolução da capacidade nas respostas para a Família e Comunidade, Continente – 2000-2017

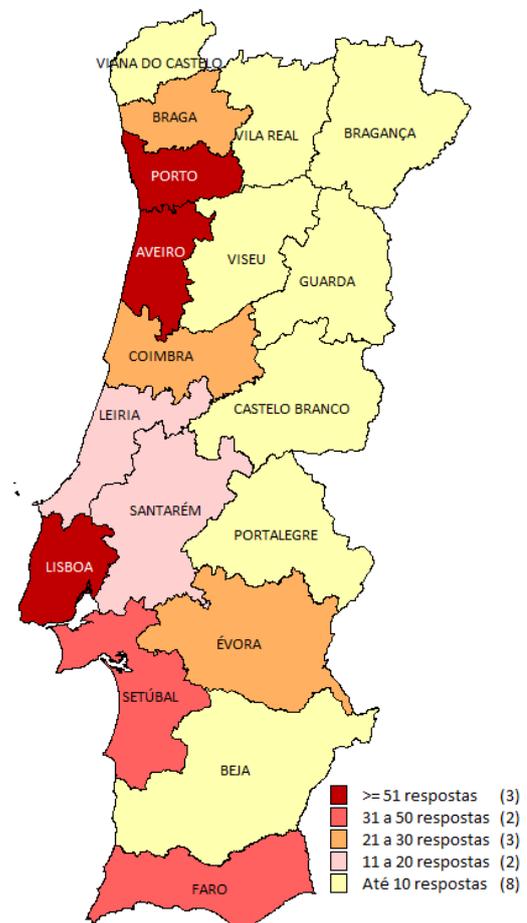


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

### 3.4.3. Distribuição territorial

A análise à distribuição territorial das respostas vocacionadas ao apoio à Família e Comunidade demonstra uma concentração acentuada de respostas nos distritos dispostos ao longo da faixa litoral, sendo que os distritos de Lisboa, Porto e Aveiro agregam mais de 50 % da oferta.

Figura 89 – Distribuição territorial das respostas sociais para a Família e Comunidade, distrito – 2017

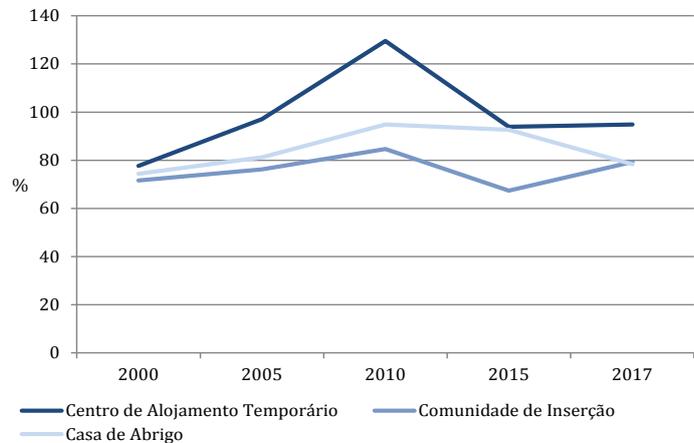


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

### 3.4.4. Taxa de utilização

A utilização das respostas dirigidas à Família e Comunidade regista várias oscilações ao longo período de análise, contudo é de destacar, a partir de 2015, um aumento da ocupação na generalidade das respostas, à exceção da Casa de Abrigo. Em 2017, a taxa de utilização média das principais respostas, situou-se em 72,3 %, apontando para uma ligeira quebra relativamente ao ano anterior, justificada em grande parte pela descida da utilização da Casa de Abrigo.

Figura 90 – Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para a Família e Comunidade, Continente – 2000-2017



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

### 3.4.5. A resposta social Acolhimento Familiar

#### *Acolhimento Familiar de Crianças e Jovens*

A resposta **Acolhimento Familiar de Crianças e Jovens**<sup>17</sup> destina-se a crianças e jovens até aos 18 anos em situação de perigo a quem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens ou o Tribunal tenha aplicado uma medida de promoção e proteção. Esta resposta consiste numa medida de carácter temporário, concretizada através da atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma pessoa singular ou a uma família, habilitadas para o efeito, visando a integração em meio familiar, bem como a prestação de cuidados adequados às necessidades, bem-estar e educação necessária ao desenvolvimento integral das crianças e dos jovens. O objetivo desta resposta, prosseguida através das famílias de acolhimento, é assegurar à criança ou ao jovem um meio sociofamiliar adequado ao desenvolvimento da sua personalidade, em substituição da família natural, enquanto esta não disponha de condições. Para além disso, constituem, também, objetivos da resposta afastar o perigo em que a criança ou jovem se encontra, proporcionar as condições que permitam proteger e promover a segurança,

<sup>17</sup> O Decreto-Lei n.º 11/2008, de 17 de janeiro, veio regular o regime de aplicação do acolhimento familiar de crianças e jovens, previsto na Lei n.º 147/99, de 1 de setembro - que aprovou a proteção de crianças e jovens em perigo.

saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral da criança ou jovem e garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso.

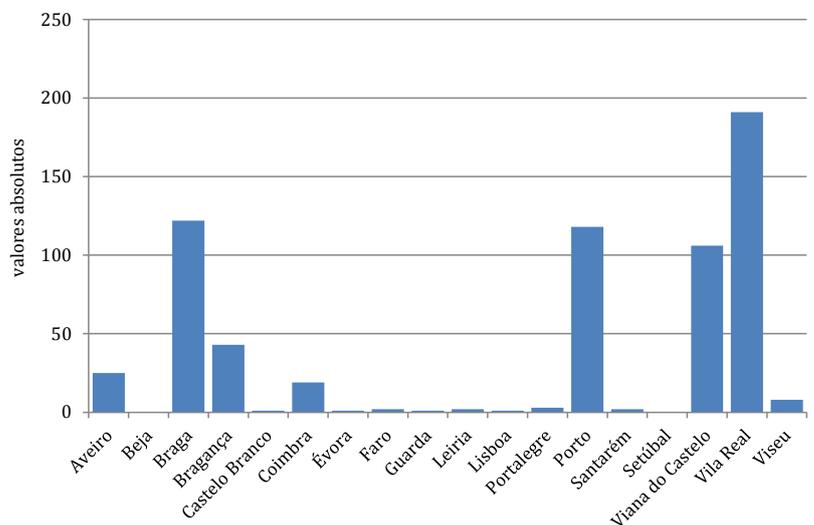
#### *Acolhimento Familiar de Idosos e Adultos com Deficiência*

O **Acolhimento Familiar de Idosos e Adultos com Deficiência**<sup>18</sup>, resposta desenvolvida por famílias consideradas idóneas, consiste no acolhimento familiar de pessoas idosas (com idade igual ou superior a 60 anos) ou de pessoas adultas com deficiência (com idade igual ou superior a 18 anos), de forma temporária ou permanente e a tempo completo ou a tempo parcial. O objetivo desta resposta é assegurar à pessoa idosa ou à pessoa adulta com deficiência um meio sociofamiliar e afetivo adequado à satisfação das suas necessidades básicas e ao respeito pela sua identidade, personalidade e privacidade.

Pese embora disponha de enquadramento e objetivos distintos conforme o grupo-alvo a que se destina, a resposta de Acolhimento Familiar no âmbito deste relatório continua a ser analisada de forma agregada.

No ano de 2017, contabilizaram-se perto de 650 famílias de acolhimento no território continental, sendo que cerca de 90 % das famílias estavam concentradas em cinco distritos (Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real).

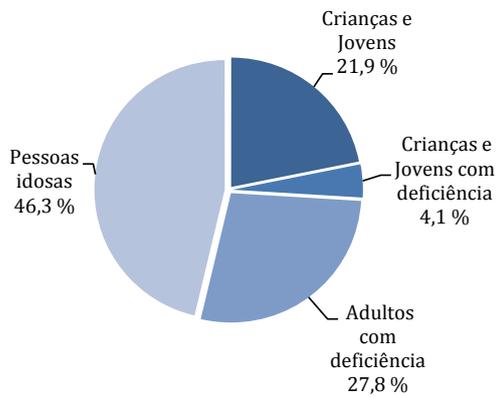
**Figura 91 – Distribuição da reposta social Família de Acolhimento por distrito – 2017**



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

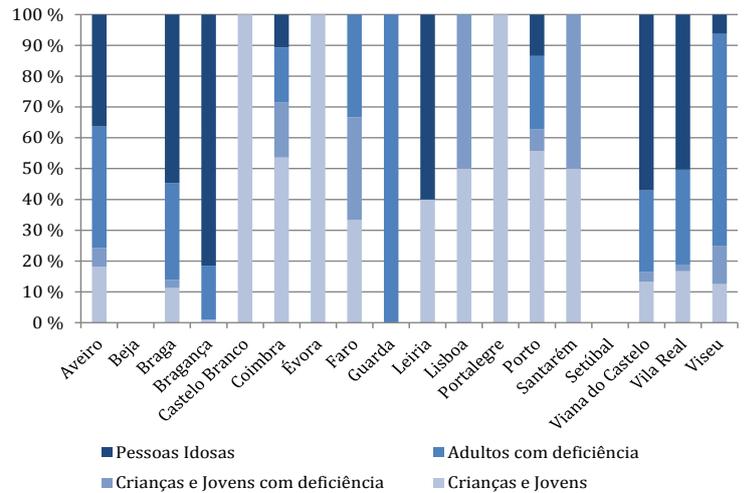
<sup>18</sup> O regime de acolhimento familiar de idosos e adultos com deficiência é regulado pelo Decreto-Lei n.º 391/91, de 10 de outubro.

Figura 92 – Distribuição percentual do número de pessoas acolhidas por grupo-alvo, Continente – 2017



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Figura 93 – Distribuição percentual das pessoas acolhidas por grupo-alvo, por distrito – 2017



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

Do universo de pessoas acolhidas, em 2017, as pessoas idosas representavam quase metade (46,3 %) do total, todavia em termos de distribuição territorial este grupo estava presente em apenas 9 distritos. As Crianças e Jovens, embora consistissem no terceiro grupo-alvo em termos de peso percentual, estavam presentes em maior número de distritos do território continental (15 distritos).

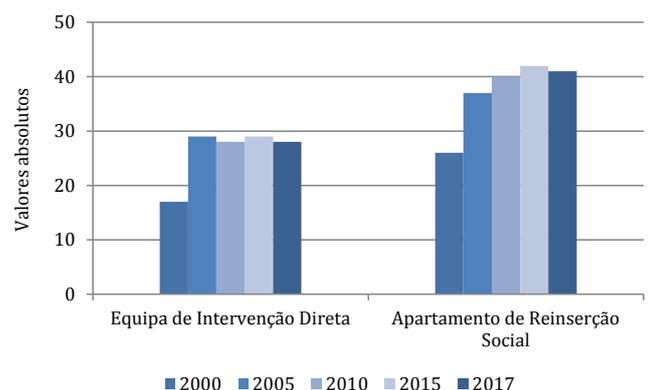
### 3.5 Pessoas Toxicodependentes

As respostas sociais dirigidas a **Pessoas Toxicodependentes** visam o apoio à população toxicodependente e às respetivas famílias, quer através de unidades de intervenção, quer em equipamento, por via do acolhimento temporário destas pessoas que após a sua saída de unidades de tratamento, de estabelecimentos prisionais, de centros tutelares ou de outros estabelecimentos da área da justiça, se confrontem com problemas de reinserção social, familiar, escolar ou profissional.

#### 3.5.1. Número de respostas sociais

No período entre 2000 e 2017, verificou-se que as respostas sociais destinadas a este grupo-alvo tiveram um crescimento de 65 % nas Equipas de Intervenção direta e de 58 % no caso dos Apartamentos de Reinserção Social.

Figura 94 – Evolução das respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes, Continente – 2000-2017

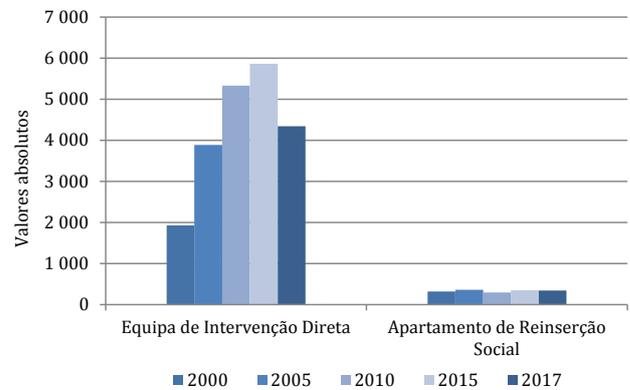


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

### 3.5.2. Capacidade

As Equipas de Intervenção Direta reuniam mais de 92 % da capacidade de resposta para este público-alvo.

Figura 95 – Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes, Continente – 2000-2017



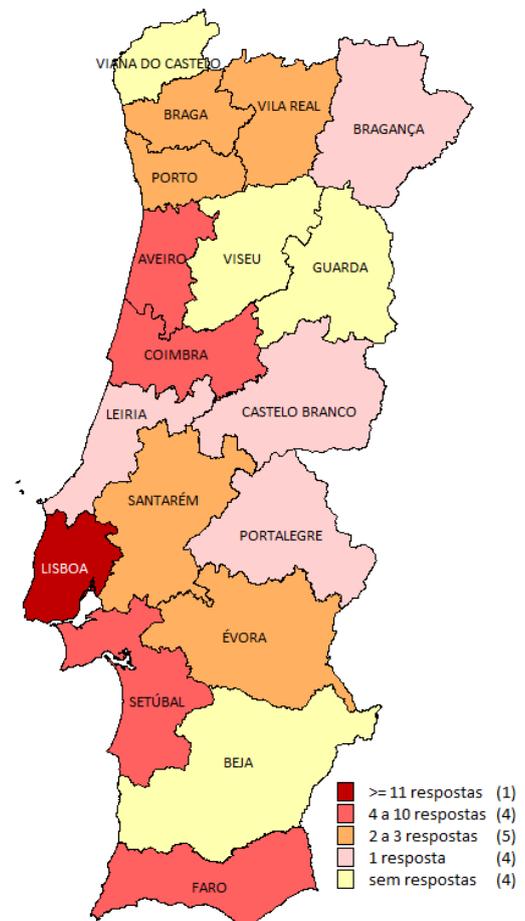
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

### 3.5.3. Distribuição territorial

Em consonância com os anos anteriores, os distritos situados ao longo da faixa litoral continuavam a registar um número mais elevado de respostas dirigidas às Pessoas Toxicodependentes.

Figura 96 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes, distrito – 2017

O distrito de Lisboa continuava a ser o distrito com maior número de respostas, concentrando mais de 41 % do número total das respostas existentes. Em relação a 2016, a única alteração ocorreu no distrito de Santarém, que passou do grupo 4 a 10 respostas para o grupo 2 a 3 respostas.

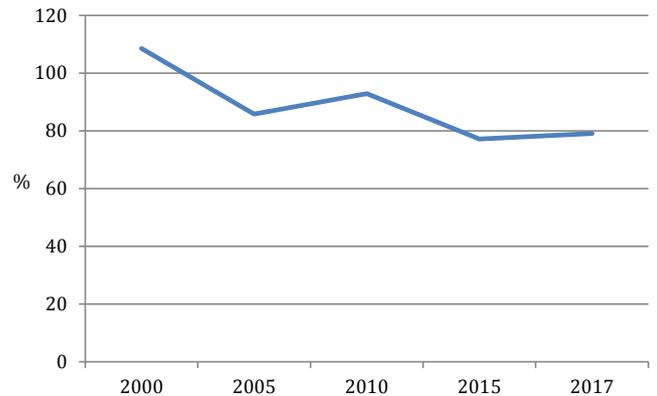


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

### 3.5.4. Taxa de utilização

A taxa de utilização da resposta Apartamento de Reinserção Social, em 2017, situou-se ligeiramente acima dos 79 %, invertendo desta forma a tendência de descida verificada nos últimos anos. Face a 2015, registou-se um aumento de 1,9 p.p., enquanto comparando com 2016 o aumento foi de 2,9 p.p.

Figura 97 – Evolução da taxa de utilização da resposta Apartamento de Reinserção Social, Continente – 2000-2017



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

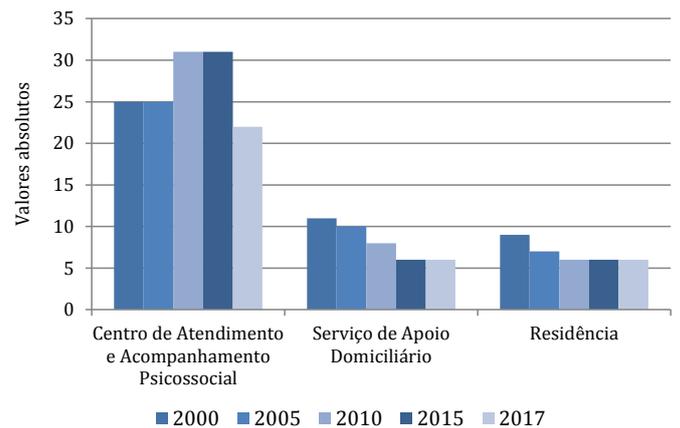
## 3.6 Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias

As respostas sociais que visam o **apoio a pessoas infetadas pelo VIH/SIDA e às suas famílias** têm por objetivo a promoção da autonomia, integração social e a saúde, dividindo-se em três tipos: (1) Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial, (2) Serviço de Apoio Domiciliário e (3) Residência para Pessoas Infetadas com o VIH/SIDA.

### 3.6.1. Número de respostas sociais

O número de respostas sociais do âmbito da RSES dirigidas a este grupo-alvo, entre 2015 e 2017, observou uma ligeira quebra, nos Centros de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial, mantendo as restantes respostas os mesmos valores de 2015. Em relação ao ano anterior (2016), este grupo-alvo não registou qualquer alteração de valores em nenhuma das respostas.

Figura 98 – Evolução das respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, Continente – 2000-2017

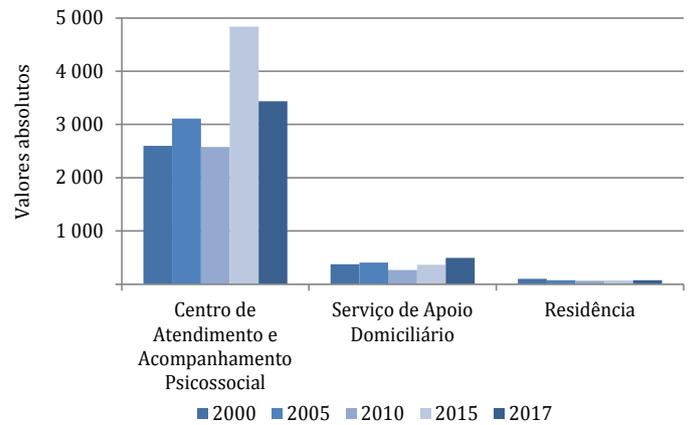


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

### 3.6.2. Capacidade

A capacidade das respostas dirigidas a esta população, não obstante a descida verificada nos Centros de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial, entre 2015 e 2017, apresentou, ainda assim, um crescimento acima de 32 %, face ao início do período (ano 2000). Em comparação com o ano 2015, o Serviço de Apoio Domiciliário foi a resposta que teve um maior aumento (36 %).

Figura 99 – Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, Continente – 2000-2017

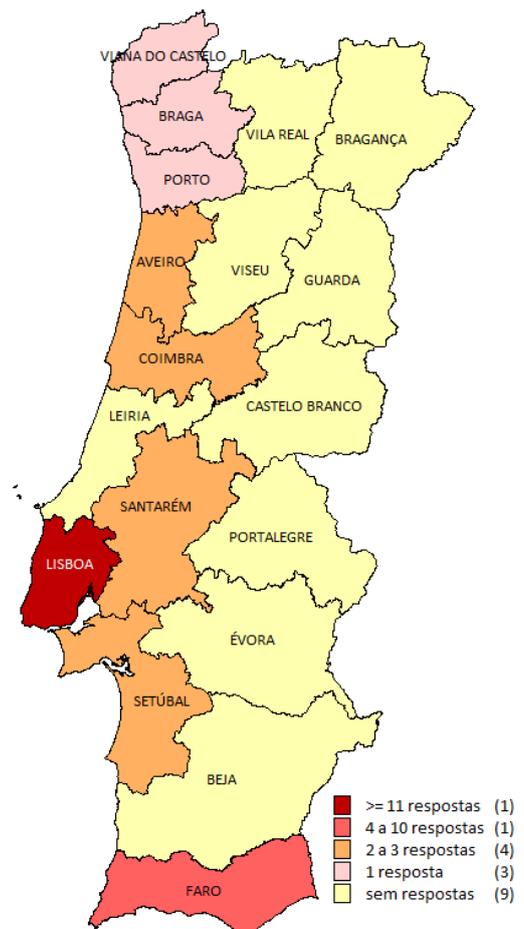


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

### 3.6.3. Distribuição territorial

A distribuição geográfica das respostas destinadas a Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA demonstra que existe uma concentração de respostas nos distritos do litoral do território continental, por oposição ao interior do país que apresenta a quase inexistência destas respostas.

Figura 100 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, distrito – 2017



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

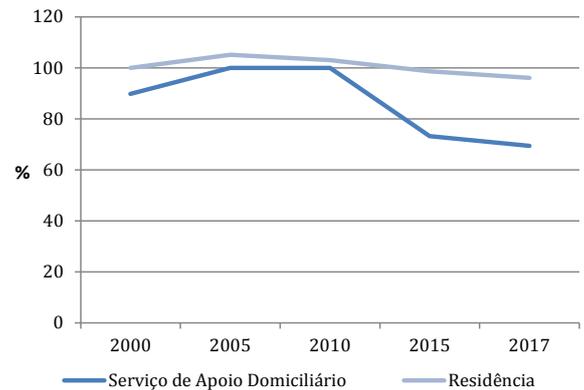
De acordo com o mapa adjacente, o distrito de Lisboa continua a reunir mais metade das respostas (53 %), seguido pelo distrito de Faro.

Em relação a 2016, verifica-se uma diminuição do número de respostas no distrito de Coimbra (passou para o grupo de 2 a 3 respostas).

### 3.6.4. Taxa de utilização

A taxa de utilização das respostas dirigidas a este grupo-alvo, ao longo do período de análise (2000-2017) vem marcando uma tendência de valores que se situam próximo da lotação máxima. Verifica-se no entanto, que a resposta SAD, a partir de 2010, tem vindo a diminuir, situando-se em 2017 ligeiramente acima dos 69 %.

Figura 101 – Evolução das taxas de utilização das respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, Continente – 2000-2017



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

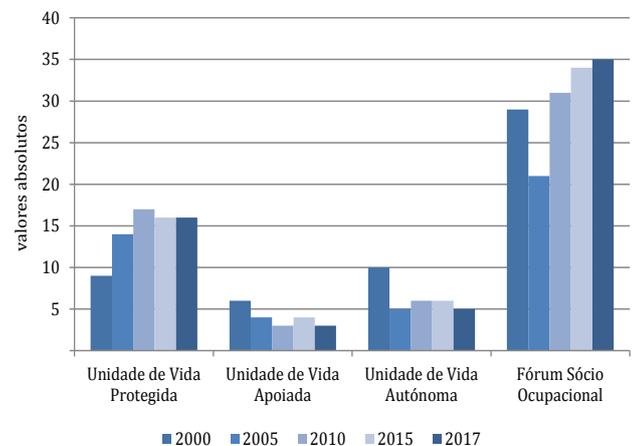
## 3.7 Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico

As respostas dirigidas a **Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico** abrangem um conjunto de respostas integradas de cuidados de saúde e de apoio social, especialmente para o grupo das que se encontra em situação de carência e desigualdade socioeconómica, dependência e vulnerabilidade social. Estas respostas têm como objetivo promover a autonomia, a integração social e a saúde, dividindo-se em quatro tipo de respostas em função da gravidade da doença e do grau de autonomia da pessoa: (1) Fórum Socio-ocupacional, (2) Unidade de Vida Autónoma, (3) Unidade de Vida Apoiada e (4) Unidade de Vida Protegida.

### 3.7.1. Respostas sociais

As respostas sociais que visam o apoio a Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, do âmbito da RSES, vinham registando até 2015 alguma oscilação. Em 2017, verificou-se uma estabilização das respostas nos níveis de 2015. Apenas a Unidade de Vida Apoiada e a Unidade de Vida Autónoma conheceram uma ligeira diminuição. Por outro lado, o Fórum Sócio Ocupacional teve um ligeiro aumento, enquanto a Unidade de Vida Protegida manteve-se nos valores de 2015.

Figura 102 – Evolução das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente – 2000-2017

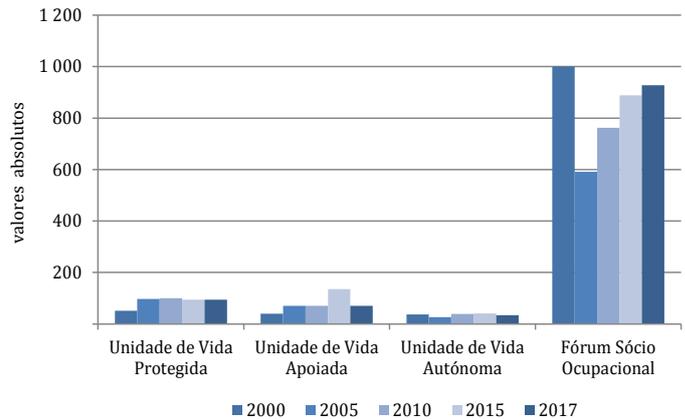


Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

### 3.7.2. Capacidade

Ao nível da capacidade, no período em análise, verificaram-se igualmente algumas oscilações, com um aumento da capacidade no Fórum Sócio Ocupacional, e uma diminuição na Unidade de Vida Apoiada e Unidade de Vida Autónoma, em consonância com o número de respostas.

Figura 103 – Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente – 2000-2017



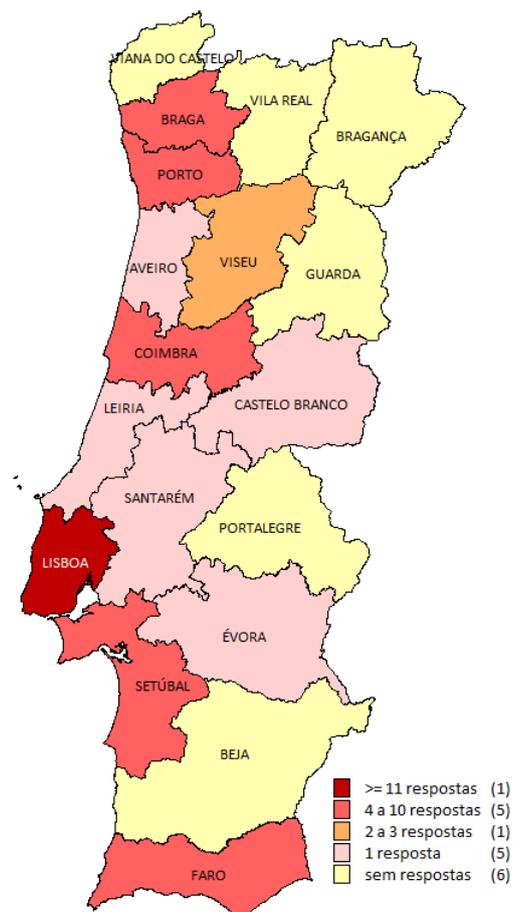
Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

### 3.7.3. Distribuição territorial

Ao longo do território nacional, a distribuição das respostas sociais para as pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, continuou a apresentar grandes disparidades.

Figura 104 – Distribuição territorial das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, distrito – 2017

O distrito de Lisboa continuou a ser o distrito com onze ou mais respostas, o que representava mais de 42 % das respostas sociais abrangidas.



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

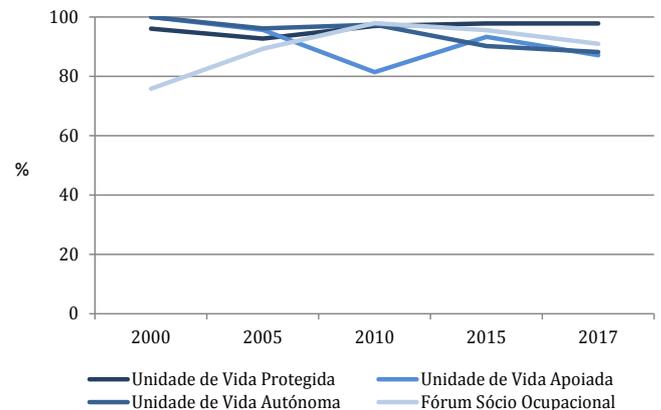
Os distritos do Porto, Coimbra, Setúbal, Faro e Braga detinham entre quatro a dez respostas.

Em relação ao ano de 2016, a única alteração ocorreu no distrito de Braga, que passou do grupo de duas a três respostas para o grupo de 4 a 10 respostas.

### 3.7.4. Taxa de utilização

A taxa de utilização das respostas sociais direcionadas para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, manteve-se nos mesmos valores de 2016 na resposta de Unidade de Vida Protegida (98 %) e na Unidade de Vida Apoiada (87 %), observando uma ligeira diminuição nas restantes respostas, que apresentavam, ainda assim, valores elevados.

Figura 105 – Evolução das taxas de utilização das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente – 2000-2017



Fonte: GEP-MTSSS, Carta Social

É de salientar, ainda, neste âmbito, que dando cumprimento ao objetivo de expansão e melhoria da RNCCI na componente de saúde mental, foi autorizada, ao abrigo do Despacho n.º 1269/2017, de 26 de janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, de 6 de fevereiro, a celebração de contratos-programa no âmbito da RNCCI na área da prestação de cuidados continuados integrados em saúde mental (CCISM) num total de 25 novas unidades de um conjunto de 8 tipologias abrangendo 366 lugares.

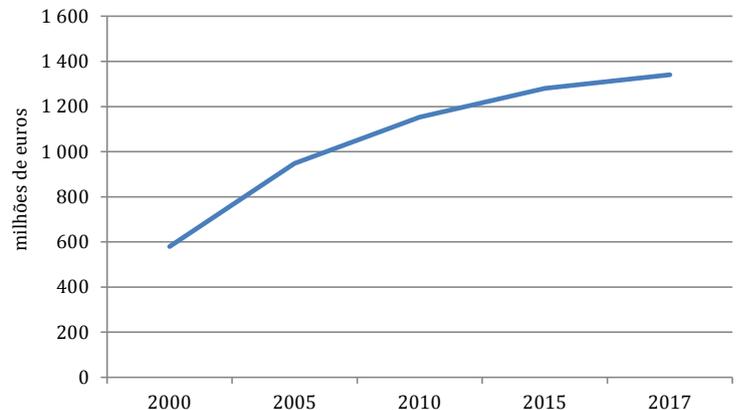
## 4. Despesas de funcionamento em serviços e equipamentos sociais: o esforço público

### 4.1. Despesa de funcionamento

O funcionamento das respostas sociais que compõem a RSES é suportado pelos acordos de cooperação celebrados entre o Estado e as entidades que integram a rede solidária (IPSS e entidades equiparadas), a comparticipação do utente e/ou dos familiares e as receitas próprias das instituições.

Entre 2000 e 2017, a despesa pública com acordos de cooperação registou um crescimento de aproximadamente 132 %, em resultado da atualização anual dos valores da comparticipação pública por utente, assim como pelo aumento do número de utentes abrangidos pelos acordos de cooperação. Em 2017, a despesa pública referente a acordos de cooperação para funcionamento das respostas sociais cifrou-se em 1340 milhões de euros.

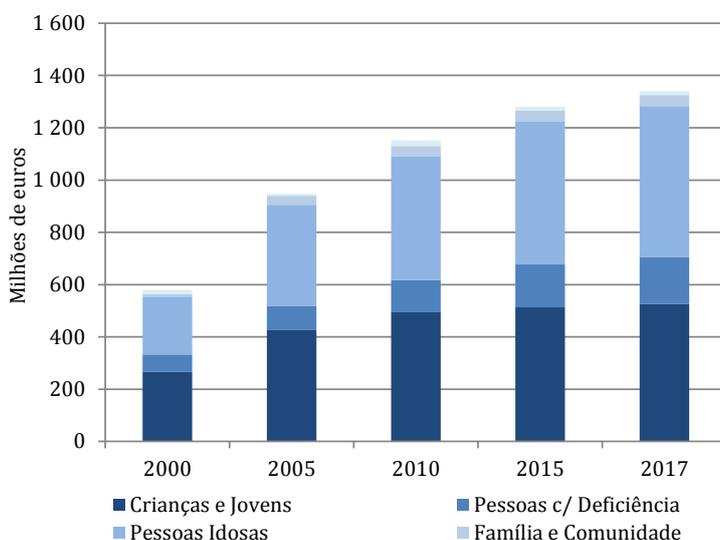
Figura 106 – Evolução da despesa de funcionamento com acordos de cooperação, Continente – 2000-2017<sup>1</sup>



Fonte: IGSSS-MTSSS, Conta da Segurança Social.

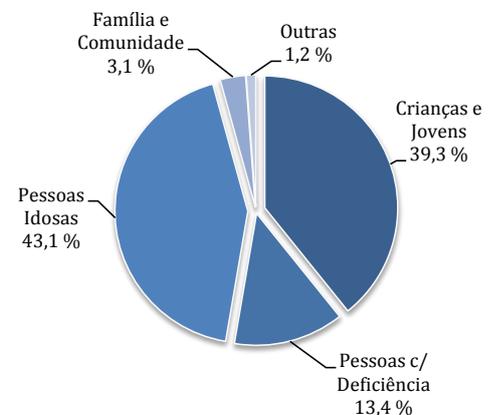
<sup>1</sup>Revisão de série, com efeitos a partir de 2000, em função de alteração metodológica (contabilizada apenas a despesa com acordos de cooperação).

Figura 108 – Evolução da despesa de funcionamento com acordos de cooperação por população-alvo, Continente – 2000-2017



Fonte: IGSSS-MTSSS, Conta da Segurança Social.

Figura 107 – Distribuição percentual da despesa de funcionamento com acordos de cooperação por população alvo, Continente – 2017



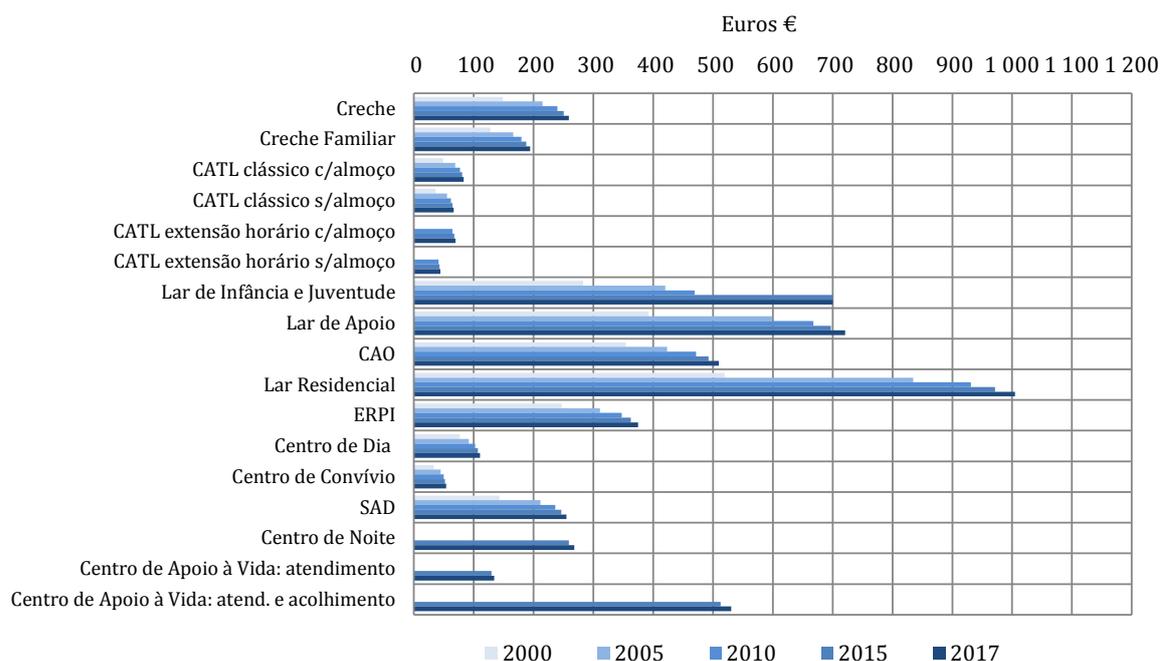
Fonte: IGSSS-MTSSS, Conta da Segurança Social.

As despesas com as respostas sociais dirigidas às Pessoas com Deficiência ou Incapacidade e as respostas que visam o apoio às Pessoas Idosas registaram, entre 2000 e 2017, o crescimento mais acentuado no universo das principais populações-alvo. No ano de 2017, a maior proporção de despesa visava contudo, o apoio às Pessoas Idosas (43,1 %), seguida pelas Crianças e Jovens (39,3 %), representando em conjunto cerca de 82 % da despesa total de funcionamento da RSES.

#### 4.2. Comparticipação da Segurança Social através dos acordos de cooperação

O valor da comparticipação financeira da Segurança Social, por força dos acordos de cooperação celebrados para as respostas sociais abrangidas pelo Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário para o biénio 2017-2018, foi aumentado em 2,1 % em 2017, face a 2016. As respostas sociais dirigidas a Pessoas com Deficiência ou Incapacidade continuam a constituir as respostas com os valores mais elevados de comparticipação por utente, designadamente o Lar Residencial, o Lar de Apoio e o Centro de Atividades Ocupacionais. No âmbito das Crianças e Jovens em situação de perigo, a resposta Lar de Infância e Juventude, por efeito da reestruturação de que foi alvo, beneficiou de um incremento no valor da comparticipação financeira a partir de 2013, constituindo a terceira resposta social com maior comparticipação financeira por utente.

Figura 109 – Evolução da comparticipação da Segurança Social, por resposta social e utente, com base nos acordos de cooperação, Continente – 2000-2017



Fonte: IGFSS-MTSSS, Conta da Segurança Social.



## **Nomenclaturas e Conceitos**

(Despacho de Aprovação do Secretário de Estado da Segurança Social, exarado em 2006/Ø1/19)

## INFÂNCIA E JUVENTUDE

---

### Crianças e Jovens

#### **AMA**

Resposta social desenvolvida através de um serviço prestado por pessoa idónea que, por conta própria e mediante retribuição, cuida de crianças que não sejam suas parentes ou afins na linha reta ou no 2.º grau da linha colateral, por um período de tempo correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais.

#### **CRECHE FAMILIAR**

Resposta social desenvolvida através de um serviço prestado por um conjunto de amas (não inferior a 12 nem superior a 20), que residam na mesma zona geográfica e que estejam enquadradas, técnica e financeiramente, pelos Centros Distritais de Segurança Social, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ou Instituições Particulares de Solidariedade Social com atividades no âmbito das 1.ª e 2.ª infâncias.

#### **CRECHE**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, de natureza socioeducativa, para acolher crianças até aos três anos de idade, durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto, vocacionada para o apoio à criança e à família.

#### **ESTABELECIMENTO DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR**

Resposta, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe atividades educativas e atividades de apoio à família.

#### **CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES – CATL**

Resposta social, desenvolvida em equipamento ou serviço, que proporciona atividades de lazer a crianças e jovens a partir dos 6 anos, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares e de trabalho, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/inserção, prática de atividades específicas e multiactividades, podendo desenvolver, complementarmente, atividades de apoio à família.

### Crianças e Jovens com Deficiência

#### **INTERVENÇÃO PRECOCE**

Resposta desenvolvida através de um serviço que promove o apoio integrado, centrado na criança e na família mediante ações de natureza preventiva e habilitativa, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da ação social.

#### **LAR DE APOIO**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a acolher crianças e jovens com necessidades educativas especiais que necessitem de frequentar estruturas de apoio específico situadas longe do local da sua residência habitual ou que, por comprovadas necessidades familiares, precisem, temporariamente, de resposta substitutiva da família.

#### **TRANSPORTE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Resposta social desenvolvida através de um serviço de natureza coletiva de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência, que assegura o transporte e acompanhamento personalizado.

## **Crianças e Jovens em Situação de Perigo**

### **CENTRO DE APOIO FAMILIAR E ACONSELHAMENTO PARENTAL**

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, vocacionada para o estudo e prevenção de situações de risco social e para o apoio a crianças e jovens em situação de perigo e suas famílias, concretizado na sua comunidade, através de equipas multidisciplinares.

### **EQUIPA DE RUA DE APOIO A CRIANÇAS E JOVENS**

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, destinada ao apoio a crianças e jovens em situação de perigo, desinseridas a nível sociofamiliar e que subsistem pela via de comportamentos desviantes.

### **ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA CRIANÇAS E JOVENS**

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, que consiste na atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma família ou a uma pessoa singular, habilitadas para o efeito, tecnicamente enquadradas, decorrente da aplicação da medida de promoção e proteção, visando a sua integração em meio familiar.

### **CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento urgente e temporário de crianças e jovens em perigo, de duração inferior a seis meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção.

### **LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo, de duração superior a 6 meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção.

### **APARTAMENTO DE AUTONOMIZAÇÃO**

Resposta social, desenvolvida em equipamento – apartamento inserido na comunidade local – destinada a apoiar a transição para a vida adulta de jovens que possuem competências pessoais específicas, através da dinamização de serviços que articulem e potenciem recursos existentes nos espaços territoriais.

## **POPULAÇÃO ADULTA**

### **Pessoas Idosas**

#### **SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD**

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

#### **CENTRO DE CONVÍVIO**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, de apoio a atividades socio-recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação ativa das pessoas idosas de uma comunidade.

#### **CENTRO DE DIA**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sociofamiliar.

#### **CENTRO DE NOITE**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que tem por finalidade o acolhimento noturno, prioritariamente para pessoas idosas com autonomia que, por vivenciarem situações de solidão, isolamento ou insegurança necessitam de suporte de acompanhamento durante a noite.

### **ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA PESSOAS IDOSAS**

Resposta social que consiste em integrar, temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idôneas, pessoas idosas quando, por ausência ou falta de condições de familiares e/ou inexistência ou insuficiência de respostas sociais, não possam permanecer no seu domicílio.

### **RESIDÊNCIA**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, constituída por um conjunto de apartamentos com espaços e/ou serviços de utilização comum, para pessoas idosas, ou outras, com autonomia total ou parcial.

### **LAR DE IDOSOS**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para pessoas idosas ou outras em situação de maior risco de perda de independência e/ou de autonomia.

**ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS – ERPI** (Nova denominação das respostas residenciais para pessoas idosas, substituindo as designações lar de idosos e residência para idosos, nos termos da Portaria n.º 67/2012, de 21 de março.)

Considera-se estrutura residencial para pessoas idosas, o estabelecimento para alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, em que sejam desenvolvidas atividades de apoio social e prestados cuidados de enfermagem. A estrutura residencial pode assumir um das seguintes modalidades de alojamento: **a)** Tipologias habitacionais, designadamente apartamentos e ou moradias; **b)** Quartos e **c)** Tipologias habitacionais em conjunto com o alojamento em quartos.

## **Pessoas Adultas com Deficiência**

### **CENTRO DE ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO E ANIMAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, organizada em espaço polivalente, destinado a informar, orientar e apoiar as pessoas com deficiência, promovendo o desenvolvimento das competências necessárias à resolução dos seus próprios problemas, bem como atividades de animação sociocultural.

### **SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD**

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

### **CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS – CAO**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a desenvolver atividades para jovens e adultos com deficiência grave.

### **ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA PESSOAS ADULTAS COM DEFICIÊNCIA**

Resposta social, que consiste em integrar, temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idôneas, pessoas com deficiência, a partir da idade adulta.

### **LAR RESIDENCIAL**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojar jovens e adultos com deficiência, que se encontrem impedidos temporária ou definitivamente de residir no seu meio familiar.

### **TRANSPORTE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, de natureza coletiva de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência, que assegura o transporte e acompanhamento personalizado.

## Pessoas em Situação de Dependência

### **SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD**

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

### **APOIO DOMICILIÁRIO INTEGRADO – ADI**

Resposta que se concretiza através de um conjunto de ações e cuidados pluridisciplinares, flexíveis, abrangentes, acessíveis e articulados, de apoio social e de saúde, a prestar no domicílio, durante vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana.

### **UNIDADE DE APOIO INTEGRADO – UAI**

Resposta, desenvolvida em equipamento, que visa prestar cuidados temporários, globais e integrados, a pessoas que, por motivo de dependência, não podem, manter-se apoiadas no seu domicílio, mas que não carecem de cuidados clínicos em internamento hospitalar.

### **APOIO DOMICILIÁRIO INTEGRADO – ADI**

Resposta que se concretiza através de um conjunto de ações e cuidados pluridisciplinares, flexíveis, abrangentes, acessíveis e articulados, de apoio social e de saúde, a prestar no domicílio, durante vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana.

### **UNIDADE DE APOIO INTEGRADO – UAI**

Resposta, desenvolvida em equipamento, que visa prestar cuidados temporários, globais e integrados, a pessoas que, por motivo de dependência, não podem, manter-se apoiadas no seu domicílio, mas que não carecem de cuidados clínicos em internamento hospitalar.

### **UNIDADE DE VIDA APOIADA**

Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas adultas que, por limitação mental crónica e fatores sociais graves, alcançaram um grau de desvantagem que não lhes permite organizar, sem apoio, as atividades de vida diária, mas que não necessitam de intervenção médica frequente.

## **Pessoas Sem-Abrigo**

### **EQUIPA DE RUA PARA PESSOAS SEM-ABRIGO**

Resposta social, desenvolvida através de um serviço prestado por equipa multidisciplinar, que estabelece uma abordagem com os sem-abrigo, visando melhorar as suas condições de vida.

### **ATELIER OCUPACIONAL**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao apoio à população adulta, sem abrigo, com vista à reabilitação das suas capacidades e competências sociais, através do desenvolvimento de atividades integradas em programas “estruturados” que implicam uma participação assídua do indivíduo, ou “flexíveis” onde a assiduidade depende da sua disponibilidade e motivação.

## **FAMÍLIA E COMUNIDADE**

### Família e Comunidade em Geral

#### **ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO SOCIAL**

Resposta social, desenvolvida através de um serviço de primeira linha, que visa apoiar as pessoas e as famílias na prevenção e/ou reparação de problemas geradores ou gerados por situações de exclusão social e, em certos casos, atuar em situações de emergência.

**GRUPO DE AUTO-AJUDA**

Resposta social, desenvolvida através de pequenos grupos para interajuda, organizados e integrados por pessoas que passam ou passaram pela mesma situação/problema, visando encontrar soluções pela partilha de experiências e troca de informação.

**CENTRO COMUNITÁRIO**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, onde se prestam serviços e desenvolvem atividades que, de uma forma articulada, tendem a constituir um polo de animação com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projeto de desenvolvimento local, coletivamente assumido.

**CENTRO DE FÉRIAS E DE LAZER**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada à satisfação de necessidades de lazer e de quebra da rotina, essencial ao equilíbrio físico, psicológico e social dos seus utilizadores.

**REFEITÓRIO/CANTINA SOCIAL**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao fornecimento de refeições, em especial a indivíduos economicamente desfavorecidos, podendo integrar outras atividades, nomeadamente de higiene pessoal e tratamento de roupas.

**CENTRO DE APOIO À VIDA**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o apoio e acompanhamento a mulheres grávidas ou puérperas com filhos recém-nascidos, que se encontram em risco emocional ou social.

**COMUNIDADE DE INSERÇÃO**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, com ou sem alojamento, que compreende um conjunto de ações integradas com vista à inserção social de diversos grupos alvo que, por determinados fatores, se encontram em situação de exclusão ou de marginalização social.

**CENTRO DE ALOJAMENTO TEMPORÁRIO – CAT**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que visa o acolhimento, por um período de tempo limitado, de pessoas adultas em situação de carência, tendo em vista o encaminhamento para a resposta social mais adequada.

**AJUDA ALIMENTAR**

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, que proporciona a distribuição de géneros alimentícios, através de associações ou entidades sem fins lucrativos, contribuindo para a resolução de situações de carência alimentar de pessoas e famílias.

**Pessoas com VIH/Sida e Suas Famílias****CENTRO DE ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL – CAAP**

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, dirigida a pessoas infetadas e/ou doentes de VIH, vocacionada para o atendimento, acompanhamento e ocupação em regime diurno.

**SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD**

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

**RESIDÊNCIA PARA PESSOAS INFETADAS PELO VIH/SIDA**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, vocacionada para alojar pessoas infetadas e/ou doentes de VIH, em rutura familiar e desfavorecimento socioeconómico.

**Pessoas Toxicodependentes****EQUIPA DE INTERVENÇÃO DIRETA**

Resposta social desenvolvida através de um serviço constituído por unidades de intervenção junto da população toxicodependente e suas famílias e junto de comunidades afetadas por este fenómeno.

**APARTAMENTO DE REINserÇÃO SOCIAL**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste em acolher, temporariamente, pessoas toxicodependentes, que após a saída de unidades de tratamento, de estabelecimentos prisionais, de centros tutelares ou de outros estabelecimentos da área da justiça, se confrontem com problemas de reinserção social, familiar, escolar ou profissional.

**Pessoas Vítimas de Violência Doméstica****CENTRO DE ATENDIMENTO**

Resposta, desenvolvida através de um serviço constituído por uma ou mais equipas técnica e pluridisciplinares, que assegura o atendimento, apoio e reencaminhamento das mulheres vítimas de violência, tendo em vista a proteção destas.

**CASA DE ABRIGO**

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste no acolhimento temporário a mulheres vítimas de violência, acompanhadas ou não de filhos menores, que não possam, por questões de segurança, permanecer nas suas residências habituais.

---

**GRUPO FECHADO DE RESPOSTAS PONTUAIS**

---

**APOIO DOMICILIÁRIO PARA GUARDA DE CRIANÇAS**

Serviço prestado por pessoas enquadradas por uma instituição que, por conta própria, mediante pagamento pecuniário, se deslocam ao domicílio para prestação de cuidados individuais a crianças, durante um determinado período de tempo, fora dos horários dos equipamentos tradicionais e de acordo com as necessidades da família.

**APOIO EM REGIME AMBULATORIO**

Resposta social, desenvolvida através de um serviço/equipamento, destinada ao apoio de pessoas com deficiência, a partir dos 7 anos, suas famílias e técnicos da comunidade, que desenvolve atividades de avaliação orientação e intervenção terapêutica e socioeducativa promovidas por equipas transdisciplinares.

**IMPrensa BRAILLE**

Serviço de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência visual, que se destina a produzir, adaptar e editar a produzir, adaptar e editar livros em Braille, de suporte ao processo de ensino/aprendizagem, assim como às atividades de natureza cultural e recreativa.

**ESCOLA DE CÃES-GUIA**

Equipamento onde se desenvolvem atividades de formação, educação e treino de cães-guia para apoio à pessoa cega.

